

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS**

Rafael Berbigier de Bortoli

**A EXPRESSÃO DOS INTERESSES DAS CLASSES DOMINANTES NOS
EDITORIAIS DO JORNAL O GLOBO: do início da crise política ao *impeachment*
de Dilma Rousseff**

**Porto Alegre
2019**

Rafael Berbigier de Bortoli

**A EXPRESSÃO DOS INTERESSES DAS CLASSES DOMINANTES NOS
EDITORIAIS DO JORNAL O GLOBO: do início da crise política ao *impeachment*
de Dilma Rousseff**

Trabalho de conclusão de curso de especialização apresentado ao Departamento de Ciências Administrativas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do grau de Especialista em Administração Pública Contemporânea.

Orientador: Prof. Dr. Leonardo Granato

Porto Alegre

2019

Rafael Berbigier de Bortoli

**A EXPRESSÃO DOS INTERESSES DAS CLASSES DOMINANTES NOS
EDITORIAIS DO JORNAL O GLOBO: do início da crise política ao *impeachment*
de Dilma Rousseff**

Este trabalho de conclusão de curso foi julgado adequado para a obtenção do grau de Especialista em Administração Pública Contemporânea e aprovado em sua forma final pelo Orientador e Banca Examinadora.

Orientador: _____
Prof. Dr. Leonardo Granato
UFRGS

Banca Examinadora

Profa. Dra. Jaqueline Marcela Villafuerte Bittencourt

Porto Alegre, 13 de dezembro de 2019

AGRADECIMENTOS

Ao meu pai, Jacirio Afonso de Bortoli, e ao meu avô, Ayrton Leumas Berbigier, que, tenho certeza, estariam muito felizes neste momento.

A todos os familiares que me apoiaram nesta caminhada, principalmente, à amada tia Rejane de Mello Berbigier, pois sempre foi uma pessoa que muito me apoiou e incentivou a estudar.

Às amigas e aos amigos que torcem sempre por mim, em especial, aos colegas da FABICO pela compreensão e apoio no período de redação do trabalho, com destaque às colegas e amigas Joseane Maria Góes Lima e Maria Berenice Lopes pelo grande apoio e incentivo.

À professora Marcia Benetti por todas as dicas valorosas que me forneceu.

Ao querido, competente e atencioso Leonardo Granato, meu orientador, por ter aceitado a orientação, por todo o apoio, por todas as dicas e pela atenção primorosa prestada durante toda a elaboração da pesquisa.

RESUMO

O presente trabalho visa a verificar como estão expressos os interesses das classes dominantes nos editoriais do jornal “O Globo”, no período consistente do início da crise política ao *impeachment* de Dilma Rousseff. Abordar-se-á, inicialmente, a concepção de Estado contemporâneo e os interesses de classe, com enfoque nas características do Estado, bem como nas definições de classes sociais, luta de classes e interesses das classes dominantes; após, será destacada a temática crise brasileira e o *impeachment*, momento em que serão salientadas as causas da crise política e econômica que resultaram no impedimento da presidenta Dilma. Em seguida, buscar-se-á conceituar a grande mídia como aparelho ideológico do Estado capitalista, destacando o papel da *Globo* nessa seara. Adentrando, por sua vez, ao estudo de caso, a partir da coleta de dados (1077 editoriais observados) e dos filtros aplicados com o auxílio de instrumento de análise elaborado, os textos são verificados diante de quatro categorias (“problemas identificados”, “causas”, “julgamento moral” e “indicação de solução”), individual e globalmente. Compreende-se, por fim, que a expressão dos interesses das classes dominantes se dá, predominantemente, na categoria “problemas identificados”; na utilização de expressões que contestam a política econômica implementada pelo governo federal; nas citações em apoio ao prosseguimento ao impedimento de Dilma; nos julgamentos adjetivados, em especial, das ações da presidente e do seu partido; na busca de “soluções” ligadas à pauta econômica do país, em alinhamento os anseios, sobretudo, da fração de classe burguesa financeira.

Palavras-chave: Interesses. Classes. Burguesia. Estado. Crise. *Impeachment*. Impedimento. Dilma. Mídia.

ABSTRACT

This paper aims to verify how the interests of the dominant classes are expressed in the editorials of the newspaper "O Globo", in the consistent period of the political crisis to Dilma Rouseff's impeachment. Initially, it will approach the concept of contemporary State and class interests, focusing on the characteristics of the State, as well as in the definition of social classes, classes struggle and the interests of the dominant classes; afterwards, will be highlighted the thematic Brazilian crisis and impeachment, moment when will be stressed both political and economic crisis' causes which resulted to president Dilma's impeachment. Then, it will seek to conceptualize the mainstream media as ideological tool of the capitalist State, accentuating Globo's roll in this field. In turn, entering the case study, from the data collection (1077 editorials observed) and the filters applied with the aid of an elaborated analysis tool, the texts are verified against four categories ("identified problems", "causes", "moral judgment" and "solution indication"), individually and globally. Finally, it is understood that the expression of the dominant classes occurs predominantly in the category "identified problems"; in the use of expressions that contest the economic policy implemented by the federal government; in citations in support of prosecution to Dilma's impediment; in the judgments given, in particular, on the actions of the president and her party; in seek of "solutions" linked to the country's economic agenda, in alignment to the yearnings, above all, of the bourgeois financial class fraction.

Key words: Interests. Classes. Bourgeois. State. Crisis. Impeachment. Impediment. Dilma. Midia.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	11
2.1 ESTADO E INTERESSES DE CLASSE.....	11
2.1.1 Estado e forma política	11
2.1.2 Estado, classes sociais e interesses das classes dominantes	14
2.2 CRISE E IMPEACHMENT.....	20
2.3 A MÍDIA COMO APARATO IDEOLÓGICO E “O GLOBO”	25
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	29
4 ANÁLISE EMPÍRICA	35
4.1 COLETA DE DADOS	35
4.2 ANÁLISE DE DADOS – OS EDITORIAIS SELECIONADOS.....	37
5 ANÁLISE DOS RESULTADOS	67
5.1 A EXPRESSÃO DOS INTERESSES DOMINANTES QUANTITATIVAMENTE ..	67
5.2 A EXPRESSÃO DOS INTERESSES DOMINANTES QUALITATIVAMENTE	69
5.3 A EXPRESSÃO DOS INTERESSES NAS CLASSES DOMINANTES E A SÍNTESE DOS RESULTADOS	76
6 CONCLUSÃO	78
REFERÊNCIAS	82
APÊNDICE A – EDITORIAIS OBSERVADOS	85

1 INTRODUÇÃO

O tema desta pesquisa está alinhado ao debate sobre Estado capitalista, classes dominantes e crise política no contexto histórico em que ocorreu a destituição da presidenta Dilma Rousseff. A partir dessa temática, iremos nos inserir no campo jornalístico, através da análise da mídia enquanto aparelho ideológico, culminando com a verificação empírica dos editoriais do jornal “O Globo”, focando-se em buscar identificar como estão presentes os interesses das classes dominantes nessa conjuntura histórico-política. Nessa perspectiva, o trabalho será dividido em quatro capítulos de desenvolvimento, que objetivamos detalhar nos parágrafos seguintes: 1. Fundamentação Teórica; 2. Procedimentos Metodológicos; 3. Análise empírica; 4. Análise dos resultados.

No primeiro capítulo, buscaremos abordar as seguintes temáticas: Estado e interesses de classe (Estado e forma política; Estado, classes sociais e interesses das classes dominantes); crise e *impeachment*; e a mídia como aparato ideológico e o “O Globo”. Na primeira subseção, buscaremos, a partir dos ensinamentos de Nicos Poulantzas e Alysson Mascaro, apresentar a origem e as características do Estado contemporâneo, delineando sua forma política capitalista. Após, analisaremos os interesses das classes, conceituando-as e distinguindo, por conseguinte, o que caracterizam as classes burguesa e trabalhadora e a luta de classes.

Na segunda subseção do capítulo inicial, por sua vez, destacaremos o conceito de crise capitalista a partir da definição das suas causas determinantes (econômica e política) e sobredeterminantes (sobretudo jurídica). Ato contínuo, à luz da conceituação de crise e das suas causas, analisaremos o momento crítico no contexto do *impeachment* de Dilma Rousseff, concluindo esta etapa.

Na terceira parte do primeiro capítulo, inicialmente, focaremos em caracterizar a comunicação de massas no Brasil, analisando o oligopólio midiático existente no país, derivado de uma política pública de comunicação que acaba influenciando não só mentes, mas projetos de governos e, por consequência, o desenvolvimento do país e das suas regiões em grande escala, abordando-se, nessa linha de pensamento, a mídia como um aparelho ideológico. Nesse contexto, encerraremos o capítulo objetivando demonstrar a influência da comunicação de massas na relação conflitante “capital X trabalho”.

Ingressando ao segundo capítulo do desenvolvimento, será realizada a análise empírica dos editoriais do jornal “O Globo”. Nessa perspectiva, definindo-se o *corpus* da análise, o qual será a partir do início do segundo mandato da Presidenta Dilma Rousseff, 2015, até um dia após a efetivação do *impeachment* (afastamento definitivo), ocorrido em 31 de agosto de 2016, serão analisados os editoriais do jornal em que constam as palavras “impeachment”, “impedimento”, ou “crise” e “Dilma”, destacando os mais relevantes para o objeto desta pesquisa. Nessa seara, a partir dessa análise de conteúdo empírica, objetiva-se identificar como os interesses da classe dominante estão expressos nos editoriais do jornal “O Globo”, salientando como estão contextualizados no período objeto de análise.

O tema desta pesquisa, portanto, vai ao encontro de assuntos relevantes à sociedade, pois visa a identificar, em um período conturbado da história Brasileira (do segundo mandato da Presidenta Dilma até seu *impeachment*), através da verificação em jornal da grande mídia (nos editoriais de “O Globo”), como os interesses de determinada classe (dominante) estão expressos diante da conjuntura de crise capitalista, detendo-se à crise político/econômica/jurídica à época do impedimento de Dilma. Ressalta-se, por oportuno, que a pesquisa será embasada em análise bibliográfica e análise de conteúdo através estudo de caso, dando sustentação ao trabalho.

A partir da definição da temática da pesquisa, faz-se necessário, então, focarmos no problema que será enfrentado por meio deste trabalho. Com efeito, é fundamental destacarmos que almejamos responder ao seguinte questionamento: como estão presentes os interesses das classes dominantes nos editoriais do jornal “O Globo”, no contexto de crise política, à época do *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff?

Destaca-se que o problema de pesquisa é constituído de quatro polos que, ao interseccioná-las, buscaremos chegar à descoberta a que o trabalho se propõe, quais sejam: interesses das classes dominantes; editoriais do jornal “O Globo”; crise política; *impeachment* de Dilma Rousseff. Passemos, então, a abordá-las nos parágrafos seguintes.

O primeiro polo que se destaca no problema é “interesses das classes dominantes”. Partindo de amparo teórico sustentado por Nicos Poulantzas e Alysson Mascaro, saberemos que os interesses das classes dominantes, a partir da concepção de Estado capitalista, estão presentes em aparelhos ideológicos como a

mídia. Cabe-nos, portanto, nessa perspectiva, e esta se almeja ser a contribuição desta pesquisa, identificar como os interesses das classes dominantes estão presentes.

Há, ainda, que se limitar em que meio midiático será realizada a análise empírica – eis a segunda categoria do problema de pesquisa. Nessa perspectiva e, diante da representação que as organizações “Globo” têm nos meios de comunicação de massas, escolhemos o jornal “O Globo”, em específico, seus editoriais, pois são partes importantes dos jornais impressos que destacam, de modo geral, a linha ideológica dos grupos midiáticos.

Frisamos, outrossim, as categorias que estão inseridas no problema, a fim de definir que a análise ocorrerá em determinado contexto histórico/político/social. Nessa linha, deseja-se trabalhar a pesquisa no contexto de crise política, à época do impeachment da presidenta Dilma Rousseff, delimitando o lapso temporal do início mandato de Dilma até seu afastamento do cargo.

Ressaltamos, nessa seara, que se pretende, através da interseção das categorias que compõem o problema proposto, por meio da pesquisa a ser realizada, chegar à resposta à indagação ora levantada. Almejamos, por meio deste trabalho, portanto, responder *como estão presentes os interesses das classes dominantes nos editoriais do jornal “O Globo”, no contexto de crise política, à época do impeachment da presidenta Dilma Rousseff.*

Colocada, assim, a indagação, o nosso objetivo geral é verificar como estão presentes os interesses das classes dominantes nos editoriais do jornal “O Globo”, no contexto de crise política, à época do *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff. Os objetivos específicos, por seu turno, consistem em (1) identificar as características do Estado contemporâneo capitalista; (2) identificar os interesses das classes sociais, destacando os das classes dominantes; (3) descrever o contexto de crise política à época do *Impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff; (4) analisar o papel da mídia enquanto aparelho ideológico; e (5) analisar os editoriais do jornal “O Globo” a partir da descrição de categorias para a análise.

Por fim, importante, após delinear os objetivos, justificarmos a pesquisa. Diante do cenário de crise política, da polarização entre “esquerda e direita”, que fez parte do cotidiano da população brasileira no período entre o início do segundo mandato da Presidenta Dilma Rousseff e seu *impeachment*, esta pesquisa se mostra relevante ao abordar temas centrais que buscarão contribuir com a demonstração à

sociedade de como estavam presentes os interesses das classes dominantes nesse período histórico, nos editoriais do jornal “O Globo”.

É necessário destacarmos que, ao abordarmos um tema que pode ser visto como polêmico, não se pretende outro propósito que não o de colaborar com o debate na e para a sociedade: ao demonstrarmos como os interesses de classe estão presentes em um veículo de comunicação, partindo do foco desta pesquisa, objetivamos propiciar que se aprofunde o debate, na sociedade, sobre as temáticas Estado, classes sociais, crise, *impeachment* e, também, sobre a própria mídia. Nesse contexto, a contribuição da pesquisa está na demonstração de como os interesses das classes dominantes estavam presentes nos editoriais de um dos mais relevantes jornais do país, pertencente às Organização Globo, principal e maior empresa da mídia brasileira.

Ressalta-se, nessa perspectiva, que demonstrar para a sociedade como os interesses das classes dominantes estavam realçados nas páginas de um dos jornais mais influentes do país é relevante, pois, diante de um cenário de crise, de *impeachment*, é necessário elucidarmos à sociedade como determinados interesses se expressam e o que significam. Frisa-se, nesse contexto, ainda, que a elucidação à sociedade partirá da demonstração das características do Estado Contemporâneo capitalista, da identificação dos interesses das classes sociais e da análise do papel da mídia enquanto aparelho ideológico, consolidando-se via análise empírica realizada por meio dos editoriais do jornal “O Globo”, buscando, assim, contribuir com o debate a respeito de temas fundamentais no contexto de crise e de tensionamentos ideológicos.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Ao vislumbrar executar a pesquisa sobre como estão presentes os interesses das classes dominantes nos editoriais do jornal “O Globo”, no contexto de crise política, do início do segundo mandato de Dilma Rousseff até sua destituição, necessário se faz que iniciemos a abordagem teórica dos conceitos-chave do trabalho. Nessa perspectiva, é relevante que comecemos a identificar os aspectos atinentes às características do Estado contemporâneo, para que, posteriormente, averiguemos os interesses das classes sociais, sobretudo da classe dominante; após, é importante que descrevamos o contexto de crise política à época do *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff; e, por fim, que destaquemos o papel da mídia enquanto aparelho ideológico, para, então, realizar a análise empírica dos editoriais do jornal “O Globo”.

2.1 ESTADO E INTERESSES DE CLASSE

2.1.1 Estado e forma política

O Estado contemporâneo, dentre eles o Brasileiro, tem sua forma política advinda do próprio sistema capitalista: a forma política estatal atual está enraizada no capitalismo e é dependente do próprio sistema capitalista (MASCARO, 2013). Nesse contexto, partindo de uma concepção marxista, o Estado, para além de ser um aparato de repressão, é também um constituinte social, pois é um terceiro necessário na relação entre capital e trabalho, permitindo que haja reprodução capitalista, com exploração da força de trabalho assalariada servindo à acumulação de capital (e vice-versa), em uma dinâmica controversa, mas inerente e vital à sobrevivência do próprio sistema capitalista. Com efeito, o Estado contemporâneo deriva da forma-valor e da forma-mercadoria, as quais são formas sociais, que, por sua vez, advêm das interações sociais, objetivando-as: o Estado contemporâneo é capitalista e só mantém sua forma política atual, porque é tão necessário à

reprodução do sistema capitalista quanto as formas puras das quais se origina. Essa perspectiva é defendida por Mascaro, o qual citamos a seguir:

Ao contrário de outras formas de domínio político, o Estado é um fenômeno especificamente capitalista. O Estado, assim, se revela como um aparato necessário à reprodução capitalista, assegurando a troca das mercadorias e a própria exploração da força de trabalho sob forma assalariada. [...] exsurge o Estado como terceiro em relação à dinâmica entre capital e trabalho. Este terceiro não é um adendo nem um complemento, mas parte necessária da própria reprodução capitalista. Sem ele, o domínio do capital sobre o trabalho assalariado seria domínio direto – portanto, escravidão ou servidão. O aparato estatal é a garantia da mercadoria, da propriedade privada e dos vínculos jurídicos de exploração que jungem o capital e o trabalho.” (MASCARO, 2013, p. 18)

Notamos, a partir do trecho destacado, que a existência do Estado para a manutenção do sistema é necessária, pois, sem esse terceiro para garantir a reprodução do sistema capitalista, poderíamos retornar à barbárie, à escravidão. Nessa seara, o Estado é o garante necessário, para que explorador e explorado, na relação capitalista, sejam sujeitos de direito inseridos em um regime político e em um território unificado normativamente, sob uma pátria ou nação, se consignando Estado como o aparato ou o núcleo político do capitalismo (MASCARO, 2013). A partir das contribuições de autores como Alysson Mascaro e Nicos Poulantzas, que destacaremos a seguir, pretendemos realizar a pesquisa. Ressaltamos, por conseguinte, logo mais, outros autores que trabalham a temática “Estado”, a fim de contribuir com diferentes aspectos e perspectivas sobre esse tema essencial ao nosso trabalho.

A partir dos ensinamentos de Poulantzas (1977), verificamos que, ao se analisar o Estado por meio da sua superestrutura política, do poder institucionalizado estatal, a função geral do Estado é de constituir o fator de coesão (de ordem) dos níveis de uma formação social, ou seja, de um todo social, buscando regular o equilíbrio dessa dinâmica social. Nessa perspectiva, importante destacarmos que a função de “ordem” do Estado apresenta diferentes “modalidades”, que dizem respeito aos níveis sobre os quais ela se exerce: função técnico-econômica – nível econômico; função propriamente política – nível de luta política de classes; função ideológica – nível ideológico. Há, contudo, que se frisar que as funções técnico-

econômica e ideológica são sobredeterminadas pela propriamente política (relativa à luta de classes), pois o papel principal do Estado, o de coesão do todo social, é político (POULANTZAS, 1977). Nesse sentido, citamos Poulantzas:

[...] papel global do Estado, fator de coesão da unidade de uma formação: este papel global do Estado é um papel político. O Estado está em relação com uma “sociedade dividida em classes”, e com a dominação política de classe, na medida precisamente em que ocupa tal lugar – e desempenha tal papel – em um conjunto de estruturas que têm como efeito, na sua unidade, a divisão de uma formação em classes e a dominação política de classes. (POULANTZAS, 1977, p. 48)

Ao destacarmos que a função global estatal (fator de coesão de formação social) está inserida e permeada na luta de classes, verificamos, ainda, que as funções do Estado correspondem, assim, aos interesses políticos da classe dominante (POULANTZAS, 1977). Nessa linha, Poulantzas (1977) explica que, como a função política do Estado é a manutenção da ordem do todo social, as funções econômica e ideológica, por exemplo, irão corresponder aos interesses políticos da classe dominante, visto que justamente a classe política dominante é essencial para a permanência do *status quo* da unidade de formação social.

O Estado capitalista, ainda, para Poulantzas (1977), é caracterizado por uma legitimidade advinda do conjunto de indivíduos-cidadãos livres e iguais, da responsabilidade laica do próprio Estado e da soberania popular, revestido, através de um sistema jurídico, de caráter normativo, consignando-se em o Estado da “lei”, no qual verificamos sujeitos de direitos, sejam eles burgueses ou trabalhadores, agentes nas relações capitalistas de produção. Enfatiza-se, nesse contexto, que o Estado contemporâneo é caracterizado pelo modo de produção capitalista, em que de um lado há o trabalhador, enquanto mecanismo coletivo de produção, caracterizando a socialização das forças produtivas, e de outro os proprietários dos meios de produção, que visam à concentração do capital, ambos agentes-produtores que mantêm, portanto, determinadas relações na estrutura do processo de trabalho (POULANTZAS, 1977).

Por fim, cabe-nos aqui salientar uma característica essencial do Estado capitalista, consoante nos ensina Poulantzas (1977): a sua autonomia relativa em relação às classes sociais. Nessa seara, Marx e Engels (1848) destacam que havia

dois grandes blocos inimigos que contrapunham seus interesses, representando duas grandes classes: a burguesia e o proletariado. A partir da distinção de interesses de classe (que abordaremos na subseção a seguir), Poulantzas (1977), no bojo da luta de classes, ressalta que o Estado capitalista é caracterizado por deter autonomia relativa diante das classes, o que consiste em afirmar que o Estado nem sempre está diretamente atrelado aos interesses de determinada classe, pois pode, momentaneamente, por exemplo, se alinhar aos interesses da classe trabalhadora, para que se reduza o potencial revolucionário das classes dominadas, a fim de assegurar a hegemonia social da burguesia a longo prazo. Nessa perspectiva, buscando ilustrar a característica do Estado de possuir autonomia relativa, destacamos passagem do livro “Poder Político e Classes Sociais” de Poulantzas (1977):

Estado capitalista assume uma autonomia relativa face à burguesia: é aqui que reside a significação profunda das análises de Marx relativas ao bonapartismo como tipo capitalista de Estado. Essa autonomia relativa permite-lhe precisamente intervir, não somente com vista a realizar compromissos em relação às classes dominadas, que, a longo prazo, se mostram úteis para os próprios interesses econômicos das classes e frações dominantes, mas também intervir, de acordo com a conjuntura concreta, contra os interesses a longo prazo desta ou daquela fração da classe dominante: compromissos e sacrifícios por vezes necessários para a realização do seu interesse político de classe. [...] o Estado, a fim de assumir concretamente essa autonomia relativa inscrita no jogo das suas instituições e necessária precisamente para a dominação hegemônica de classe, apóia-se em certas classes dominadas da sociedade, conseguindo apresentar-se, através de um processo ideológico complexo, como o seu representante: fazendo-as de algum modo, funcionar contra a classe ou as classes dominantes, mas em proveito político destas últimas. (POULANTZAS, 1977, p. 281-282)

2.1.2 Estado, classes sociais e interesses das classes dominantes

A partir da identificação das características do Estado capitalista abordadas anteriormente, é necessário destacarmos nesta subseção, ancorados, inicialmente, na concepção de classes sociais, os interesses dessas classes. Nesse contexto,

visando a focar no objetivo geral a que a pesquisa se propõe, enfatizaremos os interesses das classes dominantes, utilizando como referencial teórico autores como Poulantzas, Mascaró e Osório.

Ingressando na busca de definição do que são as classes sociais, recorreremos a Poulantzas (1974), o qual explica que elas consistem em grupos de agentes sociais, homens e mulheres, definidos, primordialmente, pela posição que ocupam no processo de produção (na esfera econômica). Ressaltamos, contudo, a despeito de o econômico ser determinante na definição das classes sociais, que o político e o ideológico também são importantes, visto que, ao abordarem as classes sociais, Marx, Engels e Lenin referiam-se ao conceito de “posição de classe”, o qual consiste em analisar as próprias classes sociais, para além do só econômico, a partir dos aspectos político e ideológico, diante da formação social, do todo social, das práticas sociais, da posição dos grupos de agentes sociais no conjunto da divisão social do trabalho, o que vai implicar, outrossim, a identificação das próprias classes e de frações de classe (POULANTZAS, 1974).¹

Partindo da definição de classes sociais, é necessário que as identifiquemos. Nessa linha, como abordado sucintamente na subseção anterior, Marx e Engels (2014) ressaltam a existência de duas classes opostas, dois grandes blocos distintos e com interesses antagônicos: a burguesia e o proletariado. Devemos, todavia, destacarmos que a identificação de duas classes sociais, como verificamos com Marx e Engels no *Manifesto do Partido Comunista*, está adstrita à identificação das classes em relação ao modo de produção de forma abstrata (no caso, modo de produção capitalista), pois, se analisarmos as classes sociais sem ingressar na formação social, cada modo de produção comportará justamente duas classes sociais (que são as fundamentais): a exploradora, política e ideologicamente dominante, e a explorada, política e ideologicamente dominada – homens livres e escravos (modo de produção escravista); senhores e servos (modo de produção feudal); burgueses e operários (modo de produção capitalista) (POULANTZAS, 1974).

A sociedade concreta, uma formação social, composta de diferentes momentos e formas de produção, comporta, por conseguinte, mais de duas classes

¹ No que se refere às classes sociais, identificamos também a recente e bem elaborada Dissertação “O Estado brasileiro, os interesses de classe e a reformulação do Mercosul (2003-2010)” (BATISTA, 2018).

sociais, para além das duas fundamentais identificadas a partir do modo de produção “puro”, assim como também abarca frações e camadas dentro das próprias classes, como a pequena burguesia (artesãos, pequenos comerciantes), as classes sociais no campo (campesinato e proprietários de terra), as frações da burguesia (financeira, industrial e comercial) e as camadas da classe operária (capatazes, operários especializados e operários qualificados) (POULANTZAS, 1974).

Osório (2014), por sua vez, enfatiza a importância que o estudo das classes sociais tem, para que possamos “destrinchar o núcleo articulador da sociedade moderna capitalista” (OSÓRIO, 2014, p. 113). Em seu livro “O Estado no Centro da mundialização”, o pesquisador defende, referenciando-se em Lenin, critérios cumulativos para identificação das classes sociais no capitalismo, que consistem na (1) verificação de em que polo (explorador ou explorado; dominante ou dominado) da estrutura do sistema de produção estão situados os sujeitos; na (2) elucidação se o grupo de pessoas é ou não proprietário dos meios de produção; na (3) averiguação da forma de apropriação de riqueza social (mais-valia; ou renda; ou salário; ou reprodução mercantil simples); e na (4) capacidade de controlar ou não processos produtivos (nenhuma fase, alguma fase ou o conjunto do processo de trabalho).

A partir da confluência dos critérios elencados no parágrafo anterior (os quais destacamos a seguir por meio da identidade classe/ critérios numerados), Osório (2014) identifica as seguintes classes sociais com as correspondentes características: proletariado – (1) dominado, (2) não proprietário, (3) salário, (4) não controla; burguesia – (1) dominante, (2) proprietário, (3) mais-valia, (4) controla; proprietários de terra – (1) dominante, (2) proprietário, (3) renda, (4) controla/ não controla; pequena burguesia – (1) dominado/dominante, (2) não proprietário/ proprietário, (3) salário/ mercantil simples, (4) não controla/ controla; campesinato – (1) dominado, (2) proprietário, (3) mercantil simples, (4) controla. Destaca-se, ainda, que o autor também aborda as frações de classe, apresentando as frações da classe burguesa (financeira ou bancária, industrial, comercial e agrária) a partir do lugar que ocupam na reprodução do capital (OSÓRIO, 2014).

À luz da conceituação e identificação das classes sociais apresentadas, é necessário, por ora, frisarmos que a pesquisa adotará a divisão de classes a partir de blocos contrapostos (burguesia e proletariado), na linha dos ensinamentos de

Marx e Engels no *Manifesto Comunista*, em consonância com Poulantzas (1974), que reforça que as classes “fundamentais” do modo de produção dominante (capitalista) são as duas derivadas, na essência, dele. Nessa perspectiva, é de suma importância que saibamos que a classe dominante corresponde à burguesia: ela detém a dominação econômica (a propriedade dos meios de produção) e política, via de regra, nos Estados contemporâneos, posto que essencialmente capitalistas (POULANTZAS, 1974).

Diante da elucidação da classe correspondente à dominante no Estado capitalista, é relevante relembramos, conforme nos ensina Poulantzas (1974), que a burguesia é composta por frações (financeira, comercial e industrial) que compõem o “bloco no poder”, juntamente com a classe dos proprietários de terra, em uma aliança que deve ser liderada por uma fração hegemônica, a qual irá variar diante da conjuntura: a dominação política, por exemplo, não é exercida somente pela classe ou fração hegemônica, mas sim pelo conjunto de frações e classes dominantes. Há, contudo, que se frisar que as disputas entre as frações dominantes no “bloco do poder”, apesar de ser necessário realçar, não é mais relevante que a contraposição das duas classes “puras”: a classe burguesa (dominante) e a classe proletária (dominada).

Passemos, então, a verificar os interesses das classes sociais a partir da visão de Marx, Engels e Osorio. É essencial destacarmos, inicialmente, que, frente à luta de classes entre polos antagônicos e que se chocam (burguesia X proletariado), como frisamos anteriormente, os interesses das duas classes opostas também são distintos e contrapostos. Marx e Engels (2014) direcionam-nos à origem da contraposição dos interesses das classes, quando consubstanciam que, no modo de produção capitalista (e, portanto, no Estado contemporâneo capitalista), há uma relação dicotômica entre Capital e Trabalho, com, conseqüentemente, diferentes objetivos: a reprodução do capital objetiva a produção de mais-valia e lucro a partir da exploração da força de trabalho.

Centrando na relação de enfrentamento entre Capital e Trabalho, é importante destacarmos que ela é intrínseca e necessária ao próprio modo de produção capitalista e, por conseguinte, essencial para a existência do Estado contemporâneo como conhecemos atualmente: não há como se manter o capitalismo sem a exploração do capital sobre o trabalho; o trabalho só é trocado por capital, se multiplicar o capital, pois, na perspectiva da reprodução capitalista, ambos, apesar

de serem vistos sob óticas frontalmente antagônicas, são dependentes entre si. Nesse contexto, citamos passagem de Marx (2010):

O capital pressupõe o trabalho assalariado, o trabalho assalariado pressupõe o capital. Eles se condicionam reciprocamente [...]. O capital só pode se multiplicar trocando-se pela força de trabalho, somente assim se dá vida ao trabalho assalariado. A força de trabalho do assalariado só pode se trocar por capital, multiplicando o capital, fortalecendo o poder do qual é escrava. (MARX, 2006, p. 45-46)

A partir dessa relação entre Capital e Trabalho, conseguimos vislumbrar os interesses das classes sociais no capitalismo. A classe dominante, composta pela burguesia, visa à acumulação de riqueza, através da reprodução de capital, por meio da exploração da força de trabalho assalariada, criando mais-valia e gerando lucro. Nesse contexto, Marx e Engels (2014, p. 44-45) apontam que “a condição essencial da existência e da supremacia da classe burguesa é a acumulação da riqueza nas mãos privadas, a formação e o incremento do capital”. A classe dominante tem, então, interesses que correspondem à manutenção do *status quo*, no que se refere à dominação do capital sobre o trabalho, para hegemonia do capital financeiro, detendo a propriedade dos meios de produção, objetivando à obtenção de lucro e de mais-valia, não se preocupando, de modo geral, com os salários, as condições de trabalho e os direitos da classe proletária/trabalhadora. Citamos, nesse contexto, passagem de Osorio (2014):

O destino social de uma classe é o reverso do destino social da outra. A concentração de meios de vida e de produção gerados pela acumulação capitalista tem como sua outra cara: a privação desses meios para o proletariado; a concentração de riqueza da burguesia implica o aumento da miséria e a pobreza (relativa) no seio do proletariado como classe em geral. (OSORI, 2014, p. 133)

Notamos, face ao trecho destacado, que os interesses da burguesia correspondem não só à acumulação de riqueza, mas, outrossim, à sua concentração, o que implica miséria, pobreza e, por consequência, aumento da desigualdade social. Com efeito, partindo dos referenciais teóricos realçados, nos parece fundamental exemplificar os interesses da classe dominante, recorrendo a um tema atual, que

estava recentemente em discussão no Congresso Nacional do Brasil: a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 06/2019, relativa à Reforma da Previdência². Nesse exemplo, atentamos para a parte da proposta inicial que consistia em alterar o regime previdenciário de repartição (trabalhador, Estado e empregador contribuindo, para que haja aposentadoria futura) para o regime de capitalização, em que apenas o trabalhador contribuiria para a sua aposentadoria, mediante uma “poupança” que seria administrada por um Fundo (capital financeiro), acarretando recebimento de proventos de aposentadoria proporcionais à contribuição unilateral do trabalhador, caso o Fundo não houvesse quebrado. Esse é um exemplo notório de interesse da classe dominante por, pelo menos, dois motivos: 1) fica evidenciado o interesse do capital financeiro (grandes bancos) de administrar fundos de aposentadoria, pois, fazendo o capital circular, se reproduz mais capital, mais lucro e se acumula mais riqueza; 2) a exclusão do regime de repartição desoneraria o Estado (capitalista) e o burguês, dono de uma grande empresa, por exemplo, a contribuir para a aposentadoria dos trabalhadores desse estabelecimento, implicando mais lucro aos capitalistas.

Os interesses da classe dominada, por sua vez, correspondem ao Trabalho, melhores salários (pelo menos, correspondentes ao trabalho prestado) e condições de vida, bem como a luta contra a exploração (MARX; ENGELS, 2014). Cabe-nos destacar que tratamos, até o momento, dos interesses econômicos da classe dominante (Capital – acumulação de riqueza) em contraposição aos da classe dominada (Trabalho – melhores salários e condições). Nessa perspectiva, é importante salientarmos que há também os interesses políticos de classe, que correspondem a busca pelo poder político em meio ao aparato Estatal e têm como condição a organização política da classe. Nessa perspectiva, Poulantzas (1977) ressalta que se poderá, para consolidação desses interesses, visando ao alcance de espaço no nível político, aprender nas relações entre as práticas políticas de classe, na luta política de classe, relações de poder político, de dominação política, destacando, ainda, que o mesmo movimento ocorre no campo ideológico.

Parece-nos necessário, então, enfatizarmos que, diante do Estado capitalista, a relação dos interesses econômicos e políticos das classes é evidenciada e

² PEC 06/2019 disponível em:

<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=30F18793D0A8E93C29F73118B82FE6C4.proposicoesWebExterno1?codteor=1712459&filename=PEC+6/2019>. Consultado em 06 de set de 2019.

balizada pelo poder econômico e poder político. Nessa perspectiva, é necessário destacarmos, conforme Poulantzas (1977), que a autonomia do político (da forma política Estatal) pode acarretar, dependendo da conjuntura, a satisfação de interesses econômicos da classe (ou frações de classe) dominada, mesmo que implique, a curto prazo, limitação do poder econômico da burguesia, mas sem, contudo, desestruturar o Estado (capitalista), seu aparelho e seu poder político no modo de produção capitalista. Nesse contexto, encerrando essa subseção, frisamos que o poder político baseia-se em um “equilíbrio instável de compromisso”, o que significa afirmar que (1) esse poder, correspondente a uma dominação hegemônica da classe dominante, pode satisfazer momentaneamente a classe dominada (seus interesses econômicos) sem que isso acarrete alteração no plano de interesses políticos (*compromisso*); (2) que esse sacrifício econômico, embora permita uma “sensação” de *equilíbrio* entre classes, não sobrepõe o poder político, o qual, efetivamente, fixa os limites do referido equilíbrio; e (3) que toda essa dinâmica é *instável*, pois é determinada pela conjuntura política (POULANTZAS, 1977, p. 187).

2.2 CRISE E IMPEACHMENT

Munidos da definição de Estado contemporâneo, de classes sociais e de interesses de classe, sobretudo das classes dominantes, a partir de uma perspectiva marxista, passamos agora a localizar a pesquisa no *locus* histórico-conjuntural: o trabalho buscar verificar, no período do início do segundo mandato de Dilma Rousseff até sua deposição, como estão presentes os interesses das classes dominantes nos editoriais do jornal “O Globo”. Nesse contexto, faz-se necessário descrevermos, a partir de aporte teórico, o contexto de crise política durante o período imediatamente anterior ao referido *impeachment*. Nesse sentido, iniciaremos com uma abordagem ampla sobre o impedimento de Dilma; após, localizaremos as causas de sua destituição, contextualizando com os interesses das classes dominantes.

Em agosto de 2016, após aprovação na Câmara dos Deputados, o Senado Federal concretiza o afastamento da presidenta Dilma Rousseff, sob a alegação de que ela havia praticado “pedaladas fiscais”, que, segundo os autores do pedido,

significaram manipulação contábil ilegal que consistiu em ajustar o orçamento para cumprimento do superávit primário, através de empréstimos entre instituições governamentais e empresas estatais (PRADO; PRATES, 2019). Nesse contexto, é importante destacar que as apelidadas “pedaladas fiscais” não eram proibidas pela legislação vigente à época, apesar de não serem recomendadas do ponto de vista contábil; aliás, os ex-presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Fernando Henrique Cardoso (FHC) também haviam realizado essa mesma operação sem que isso acarretasse em seus impedimentos (PRADO; PRATES, 2019). Dilma Rousseff, que havia sido eleita em 2010 e reeleita, em 2014, presidenta do Brasil, por meio do voto do povo brasileiro, deixa o cargo, então, em virtude de um impedimento muito questionável, tanto do ponto de vista legal, quanto do político, encerrando 13 anos de governos do Partido dos Trabalhadores (PT) no mais alto cargo do Executivo Federal. Afinal, estávamos em uma crise? Se sim, quais as causas dessa crise? A essas perguntas buscaremos responder a seguir.

A instabilidade política, social e econômica demonstrava que, à época do *impeachment*, o Brasil estava inserido em uma das maiores crises de sua história, a qual resultou no segundo impedimento, após a redemocratização do país, passados os árduos tempos de ditadura cívico-militar. Nessa perspectiva, ao abordar a temática da crise política brasileira, Boito Jr. (2016, p. 1) identificou duas causas preponderantes: a “ofensiva política restauradora” da direita neoliberal; e a postura de “recuo passivo” do governo Dilma diante da ofensiva. Nesse contexto, o autor destaca que a ofensiva é restauradora, pois visa à retomada do projeto neoliberal do último século, resgatando a hegemonia do capital internacional e da burguesia brasileira no bloco no poder do país (BOITO JR., 2016). No campo defensivo do governo do PT, por sua vez, Boito Jr (2016) ressalta que, a despeito de o partido dos trabalhadores ter sido forjado pelos movimentos populares, acabou, nos seus governos, representando interesses heterogêneos de uma frente política, em que o papel hegemônico era assumido pela burguesia brasileira, que, então, tinha seus interesses também contemplados pelo PT. Nesse contexto, citamos fragmento do artigo “A natureza da crise política brasileira”:

A força social hegemônica nessa frente foi a grande burguesia interna brasileira, que é composta pelas grandes empresas nacionais que atuam na construção pesada, na construção naval, no agronegócio, na mineração, em

variados ramos industriais e, inclusive, no setor financeiro. [...] Interessante observar que essa fração burguesa não criou o seu partido político. O que ela fez foi assediar e envolver um partido político que fora criado pelos movimentos populares para que este, o PT, passasse a representar, prioritariamente, os seus interesses. (BOITO JR, 2016, p. 2)

Importante frisarmos, diante do texto realçado, que o PT chegou à presidência também devido ao descontentamento da burguesia nacional com o governo FHC, pois, no final da década de 90, os interesses econômicos dessa classe não estavam mais plenamente contemplados com a abertura comercial e o desmantelamento do papel do Estado e do Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES) enquanto investidores no setor produtivo (BOITO JR., 2016). Nessa perspectiva, o PT, além de agradar o setor da burguesia nacional (hegemônico) nos seus primeiros mandatos presidenciais, absorvendo seus interesses (com obras na Copa do Mundo, Olimpíadas, estradas de ferro, hidrelétricas, financiamento do BNDES a grandes empresas, Reforma da Previdência), também se preocupou com políticas sociais para a classe dominada, como com a criação de programas habitacionais (minha casa, minha vida), transferência de renda (bolsa família), expansão das Universidades Federais, criação de Institutos Federais, políticas de ações afirmativas de inclusão (quotas, por exemplo), etc. (BOITO JR, 2016). Nesse ponto, podemos visualizar um exemplo real do conceito de autonomia relativa do Estado, abordado anteriormente pela ótica de Poulantzas (1977), pois, no contexto político conjuntural, os interesses da classe dominante são contemplados, ao mesmo tempo em que, momentaneamente, os interesses da classe dominada, igualmente, o são.

A partir desse jogo de interesses e do descontentamento do capital internacional e da fração burguesa a ele integrada (representada pelo Partido da Social Democracia Brasileira, PSDB, em termos partidários), representando a política neoliberal “pura”, a crise começa a se instalar com mais força nos governos do PT, sobretudo, quando parcela da população (a alta classe média) alinhada ao pensamento neoliberal e descontente com as políticas sociais do partido dos trabalhadores, começam a tomar as ruas, conseguindo agregar setores, outrossim, mais populares com a inserção do discurso anticorrupção (BOITO JR., 2016). Para Boito Jr. (2016), portanto, a crise política que implicou o impedimento de Dilma Rousseff foi oriunda do avanço político do campo neoliberal ortodoxo, comandado

pelo capital internacional e pela burguesia nacional a ele conectado, frente a um recuo passivo da frente neodesenvolvimentista do governo do PT.

Abordando o tema crise e golpe³ (*impeachment*), Alysso Leandro Mascaro, por seu turno, identifica duas causas da crise que resultaram no impedimento de Dilma Rousseff (às quais também iremos nos associar para a realização da pesquisa proposta sem, contudo, deixar de aproveitar a abordagem didática e coerente do Boito Jr.). Mascaro (2018) aborda o assunto da crise brasileira a partir da perspectiva de crise do capitalismo e das suas formas sociais na formação social, objetivando dois eixos: o determinante (econômico) e o sobredeterminante (jurídico) da crise.⁴

Para Mascaro (2018), a determinação da crise é econômica e resulta das contradições da forma-mercadoria (quanto à acumulação e valorização do valor) e da forma-política (no que diz respeito aos modelos de administração política da economia e à luta de classes); a sobredeterminação, por sua vez, corresponde à incidência da forma-jurídica (em sua consonância com a forma política estatal, alinhando-se ao aparato estatal).

Abordando a causa determinante da crise (econômica), identificamos que ela deriva (1) da crise econômica mundial do capitalismo (cujo epicentro foi em 2008) e (2) da crise da forma política (MASCARO, 2018). Em relação à primeira derivação, é importante destacarmos que o capitalismo está em constante crise pela própria dinâmica do modo de produção, no qual a exploração e a dominação não permitem que as instituições sejam suficientes e estáveis para evitar instabilidade e, por conseguinte, podemos afirmar que a crise atual do capitalismo corresponde a uma crise estrutural do modo de produção (MASCARO, 2018). No que se refere à segunda derivação, é relevante frisarmos, por seu turno, que a forma política estatal (o Estado) é capitalista por natureza material, consoante destacamos anteriormente, o que não significa dizer que os governantes do Estado são necessariamente alinhados aos interesses burgueses. Nesse ponto reside, então, a determinação da crise: em situações em que o governo não é conduzido por uma força política orientada pelos interesses da classe dominante, emerge um descompasso e uma contradição de interesses, resultando em antagonismo de forças (MASCARO, 2018).

³ O *impeachment* foi compreendido por literatura consolidada como golpe jurídico parlamentar, consoante verificamos em Mascaro (2018), Boito Jr. (2016), Jinking, Doria e Cleto (2016) e Bastos (2017).

⁴ Sobre a temática “crise e impeachment” recomendamos, ainda, a leitura do artigo “Ascensão e crise do governo Dilma Rousseff e o golpe de 2016: poder estrutural, contradição e ideologia” (BASTOS, 2017).

Eis, então, a partir do antagonismo destacado, o caso objeto de análise: a condução do capitalismo foi dirigida, no petismo, por governos e líderes políticos com posição relativamente divergentes do que seria ideal ao capitalismo (“a coesão do capital em inércia” - a manutenção de governantes alinhados plenamente com os interesses da burguesia), o que implica tensionamentos entre burgueses e trabalhadores que podem acarretar, como foi o caso, em golpes/*impeachments*. Nesse contexto, citamos passagem esclarecedora do livro “Crise e Golpe”:

O governo da forma política estatal contrastante com os interesses, a ideologia e mesmo as idiossincrasias e os caprichos das frações burguesas brasileiras e das frações internacionais às quais aquelas se coadunam é, quase sempre, destruído mediante tensionamento capitalista de crises estruturais. (MASCARO, 2018, p. 27)

Vista a determinação econômica com repercussão política, passemos a analisar a causa “sobredeterminação jurídica” da forte instabilidade brasileira à época do impedimento. Nessa abordagem, ressaltamos que a forma da subjetividade jurídica é derivada da forma mercadoria no capitalismo e está, do mesmo modo, eivada de contradições: o direito é quem consolida a propriedade privada e é quem estabelece, via contrato, a exploração (MASCARO, 2018).

Diante da perspectiva sobre a forma jurídica, a crise não é só determinada pelo econômico e político, mas é sobredeterminada por instituições jurídicas controversas que são chamadas a se posicionar perante a instabilidade conjuntural (MASCARO, 2018). Com efeito, o direito torna-se a ferramenta através da qual se maneja resolução para casos de administração divergente do *status quo* do capitalismo, então, em crise: o ambiente jurídico forja soluções para manter a coesão política-econômica, sob a forma de instituição pretensamente isenta, visando a buscar soluções à crise, seja o impedimento de Dilma, seja a prisão de Lula (MASCARO, 2018). O direito, portanto, sai da administração quotidiana e insere-se na luta de classes, movimento que ocorre no Brasil e no mundo, em virtude do dinamismo do capitalismo (MASCARO, 2018).

Ao abordar as causas da crise brasileira, enfatizamos que delas se originaram o impedimento de Dilma Rousseff, assunto que será aprofundado na pesquisa, com

o intuito de contextualizar a análise empírica, que destacaremos posteriormente.⁵ Encerramos esta subseção com citação de Mascaro (2019, p. 26), a qual acreditamos resumir bem o até aqui abordado: “o movimento do golpe a partir da crise é uma investida da luta de classes capitalista contra as classes trabalhadoras. Majoração da exploração do trabalho, financeirização da previdência social e privatização são marcos imediatos”.

2.3 A MÍDIA COMO APARATO IDEOLÓGICO E OS EDITORIAIS DO “O GLOBO”

A partir dos conceitos abordados anteriormente e da localização conjuntural econômica, política e social descrita na última subseção, contextualizada com a análise da crise brasileira que resultou no impedimento da presidenta Dilma Rousseff, é necessário que, nesta etapa final do referencial teórico, tratemos do ambiente em que será realizada a análise empírica da pesquisa: a mídia. Nessa perspectiva, destacaremos o conceito de mídia como aparelho ideológico no capitalismo, a fim de, posteriormente, ingressarmos no motivo pelo qual selecionamos os textos jornalísticos de “O Globo”.

Para a abordagem da mídia como aparato ideológico, recorreremos a Poulantzas. Na definição do autor, o Estado é composto por aparato repressivo, como mencionamos na primeira subseção deste capítulo, mas também pelo aparato ideológico, o qual tem a função de elaboração e “sugestão” ideológica (POULANTZAS, 1974).⁶ Nesse sentido, o aparato repressivo é representado pelo exército, polícia, magistratura, administração, etc.; o ideológico, integrante também do sistema estatal, engloba, por sua vez, por exemplo, igrejas, partidos políticos burgueses, sistema escolar e mídia (editoras, jornais, rádio, televisão), independente se do ponto de vista formal/jurídico tenham caráter público-estatal ou privado (POULANTZAS, 1974). Nesse contexto, é de suma importância enfatizar, conforme considerações de Poulantzas (1974), que as relações de poder e a luta de classes

⁵ No concernente aos assuntos “crise” e “Impedimento”, também é bem interessante o enfoque do livro “Por que gritamos golpe?: para entender o impeachment e a crise política no Brasil” (JINKINGS; DORIA; CLETO (orgs.), 2016).

⁶ Sobre a abordagem ideológica da imprensa, sugerimos, também, o livro “A ideologia da imprensa liberal” (MATTELART; MATTERLAT; PICCINI, 1976).

ocorrem em meio a esses aparatos estatais, que, por sua vez, de modo reverso, se modulam pela luta de classes, constituindo sedes de poder da classe dominante (ou frações da classe), podendo, em virtude da autonomia relativa do Estado, por vezes, também sediar anseios de classe não dominante (pequena burguesia), em virtude alianças e compromissos consignados.

Para Marscaro (2013), por seu turno, a política, no capitalismo, ao estabelecer-se pela forma-política estatal como essencial para concretização da própria reprodução do capital, também se materializa e se ampara em instituições políticas efetivas, consolidando o aparato estatal. Essas instituições políticas/ideológicas, com efeito, ou são internas ao Estado (poderes, órgãos de governo e administrativos, etc.) ou o circundam e são políticas em sentido amplo (meios de comunicação, partidos, ONGs, associações, etc.).

Estamos, por conseguinte, diante da constatação de que a mídia/ os meios de comunicação são aparato ideológico da sociedade capitalista. Partamos, a partir dessa concepção, ao motivo pelo qual escolhemos o jornal “O Globo” para análise empírica.

É comum escutarmos que a mídia é o quarto poder no Brasil e que a rede Globo tem papel de destaque nesse dito “quarto poder popularizado”. A constatação do poder das organizações Globo não é, contudo, em vão: no Brasil, há um oligopólio dos meios de comunicação, que ficam adstritos ao domínio de poucas e poderosíssimas empresas, compondo a grande mídia. Com efeito, a despeito de a Constituição Federal proibir o oligopólio midiático, consoante disposto no §5º do art. 220 (“Art. 220. [...] § 5º Os meios de comunicação social não podem, direta ou indiretamente, ser objeto de monopólio ou oligopólio.”) (BRASIL, 1988, *on line*), o que presenciamos, no país, é o domínio de cinco grupos comerciais na comunicação social nacional: Globo, SBT, Bandeirantes, Record e Rede TV (GÖRGEN, 2017, p. 496; 499).

Evidenciado o oligopólio característico à comunicação social brasileira, cabe-nos salientar que a falta de diversidade implica concentração do poder de transmitir a informação por esse meio, que, por sua vez, pode acarretar a manipulação do conteúdo comunicado à sociedade, através de posição dominante dos veículos que compõem o oligopólio, prejudicando a pluralidade de opiniões, influenciando livremente a sociedade, frente à conjuntura posta. Em relação a essa abordagem,

citamos trecho do livro “A mídia entre regulamentação e concentração”, que confirma a problemática da concentração dos meios de comunicação:

A concentração da propriedade dos meios de comunicação representa um importante problema para a compreensão da estrutura das indústrias culturais. Em primeiro lugar, porque **gera posições dominantes que podem afetar a necessária diversidade de opiniões** de uma sociedade. (MASTRINI; AGUERRE, 2008, p. 50, grifo nosso)

Em consonância com a evidente concentração no seio da grande mídia brasileira, o que resulta na falta de diversidade de opiniões que reflitam distintas visões, é necessário destacar, retomando os meios de comunicação como aparato ideológico, que a imprensa expressa interesses de classe, sobretudo da classe dominante. Nesse aspecto, há importante passagem de Dênis de Moares em seu livro “Vozes Abertas da América Latina”:

A mídia comercial endossa e reverbera globalmente o ideário de classes e instituições hegemônicas, buscando sedimentar consentimentos às certezas do poder e demonstrando assombrosa habilidade para dissimular que **toma partido nas representações que elabora**. Daí a urgência de ampliarmos o conhecimento sobre experiências que caminham na direção da diversidade cultural, compreendendo-a como bem comum dos povos. A diversidade pressupõe revitalizar manifestações do contraditório e confrontar pontos de vista, recusando o pensamento único e suas inverdades em letras de fôrma. (MORAES, 2011, p. 17, grifo nosso)

É, portanto, a partir da verificação da mídia como aparato ideológico influenciador da sociedade, caracterizada pelo oligopólio dos meios de comunicação no Brasil e, sobretudo, por ser disseminadora dos interesses de classe (grande mídia) que escolhemos um meio das organizações Globo para analisar, o jornal “O Globo” (um dos mais influentes do país, junto com a Folha de São Paulo). Nesse contexto, é importante destacarmos o papel de destaque que a grande mídia teve no processo do impedimento de Dilma, seja colocando diariamente o assunto na agenda, seja legitimando todo o processo de *impeachment* com abordagens de “agente interessado” (GUAZINA. PRIOR, ARAÚJO, 2019).⁷

Queremos, nessa perspectiva, por meio da pesquisa empírica nos editoriais do jornal “O Globo”, identificar como estão expressos os interesses da classe

⁷ Sobre a incidência político-ideológica da mídia, recomenda-se, outrossim, o livro ‘Política, Mídia e Espetáculo’ (COELHO; PERSICHETTI (orgs.), 2018)

dominante durante um período nacional do Brasil (01/01/2015 a 01/09/2016) caracterizado por crise e que resultou no *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, afastada definitivamente da presidência da República em 31 de agosto de 2016. No próximo capítulo, salientaremos a metodologia de análise que será utilizada.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Apresentado o referencial teórico da pesquisa que se pretende realizar, essencial consolidarmos os procedimentos metodológicos que serão utilizados para a execução do trabalho, em linha com Gil (2002) e Carvalho (2019). Nessa perspectiva, pontuaremos o seguinte: abordagem (qualitativa ou quantitativa) da análise; meios técnicos que serão utilizados para a sua consecução; finalidade e o nível referenciais, bem como universo e amostra da pesquisa empírica; coleta e análise de dados. Importante, nesse último ponto, realçarmos que, para a abordagem de análise de dados, criaremos um instrumento que subsidiará a verificação de conteúdo empírico, a fim de que possamos constatar como estão presentes os interesses das classes dominantes nos editoriais do jornal “O Globo”, no período de crise brasileira, à época do *impeachment* de Dilma Rousseff.

A pesquisa utilizará as duas abordagens, qualitativa e quantitativa, em consonância com Carvalho (2019). Nesse sentido, é importante salientarmos que haverá predominância da abordagem qualitativa, pois, diante do contexto empírico, buscaremos verificar, a partir do olhar de pesquisador, como estão expressos os interesses das classes dominantes nos editoriais do jornal “O Globo”. Entretanto, recorreremos ao método quantitativo para auxiliar na coleta de dados, produzindo, outrossim, instrumento para análise de dados, o qual abordaremos mais adiante, neste capítulo.

No que se refere aos meios técnicos que serão utilizados, o trabalho consistirá em pesquisa bibliográfica e estudo de caso (CARVALHO, 2019). Com efeito, dividiremos em dois momentos: o primeiro, em que buscaremos, através de pesquisa bibliográfica em livros, artigos, teses e dissertações, (1) identificar as características do Estado Contemporâneo capitalista, (2) identificar os interesses das classes sociais, destacando os da classe dominante, (3) descrever o contexto de crise política à época do *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff e (4) analisar o papel da mídia enquanto aparelho ideológico; e o segundo, em que, através de estudo de caso, frente ao contexto de crise, à época do *impeachment* de Dilma Rousseff, analisaremos os editoriais do jornal “O Globo”, para que consigamos verificar como os interesses das classes dominantes estão presentes nessa mídia.

Quanto à finalidade da pesquisa, é aplicada, pois os conhecimentos acumulados com a análise bibliográfica (descrição do que consistem os interesses da classe dominante, por exemplo) são aplicados a uma realidade circunstancial (verificar como os interesses da classe dominante se expressam nos editoriais do jornal “O Globo”, no contexto de crise política, à época do *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff) (GIL, 2002). Ainda, em relação ao nível da pesquisa, ela se enquadra como descritiva, visto que se pretende descrever como os anseios das classes dominantes estão presentes em determinado meio de comunicação (GIL, 2002).

Partindo dos ensinamentos de Carvalho (2019), no concernente ao universo e à amostra da pesquisa empírica, é essencial apontarmos que a análise dos editoriais do jornal “O Globo”, identificados como “Opinião” e “Tema em Discussão”, será realizada no período entre o início do segundo mandato de Dilma Rousseff (01 de janeiro de 2015) até um dia após seu *impeachment*, 01 de setembro de 2016, o que pode totalizar mais de 1.000 (mil) editoriais, distribuídos em vinte meses e um dia. Diante de o universo ser grande, faz-se necessário que trabalhem com amostragem. Nessa perspectiva, a amostragem será não probabilística, visto que selecionaremos os editoriais a serem analisados, recorrendo aos seguintes critérios: editoriais em que estejam presentes a palavras “Dilma” (1) e “crise”, ou “*impeachment*”, ou “impedimento” (2); e identificação do **grau de relevância** (3) dos editoriais para a consecução do alcance dos objetivos do trabalho.

Nesse sentido, partindo da leitura de todos os editoriais, faremos uma pré-seleção dos textos com a aplicação dos critérios “1” e “2”; a partir dessa pré-seleção, aplicaremos o terceiro critério, selecionando, por conseguinte, aqueles que sejam os mais relevantes para execução da análise, visando a alcançar, com maior evidência e clareza, o objeto geral da pesquisa. Em complemento à justificativa da aplicação do terceiro critério, os editoriais selecionados conterão, destacadamente, a presença das quatro categorias do instrumento de análise que será utilizado, a fim de, outrossim, vislumbrar que o resultado da pesquisa seja consolidado, objetivando demonstrar, de forma consistente, como os interesses das classes dominantes estão expressos nos editoriais do jornal “O Globo”. Ainda, importante salientarmos que, para a identificação dos editoriais e aplicação dos critérios, criaremos um apêndice, no qual constará se os critérios “1”, “2” e “3” estão contemplados: atendidos os critérios 1 e 2, constará a palavra “sim”; o grau de relevância, por sua vez, será

visualizado pela quantidade de “#” (editorial sem “#” não tem relevância para atingimento dos objetivos da pesquisa; com 1 “#” - relevante; com 2 “#” - muito relevante; com 3 “#” - extremamente relevante). Nesse contexto, é importante realçarmos que só serão considerados extremamente relevantes os editoriais em que possamos, também, identificar as quatro categorias do instrumento de análise produzido: se o editorial, na primeira leitura, for considerado extremamente relevante e tiver três categorias, ele será reenquadrado como muito relevante; se tiver duas, constará como relevante. Selecionaremos, desse modo, para realização da análise os editoriais em que conste “sim” aos critérios “1” e “2”, e que sejam extremamente relevantes (###) à pesquisa.

Neste momento, importante frisarmos que a amostra, consoante utilização dos critérios anteriormente elencados, nos parece ser suficiente para chegar ao objetivo geral da pesquisa, uma vez que é notório que a linha editorial de um jornal não se altera cotidianamente ou semanalmente, pois é estabelecida e destacada, no caso objeto de análise, pelas organizações “Globo”. Diante disso, salientamos trecho da linha geral editorial do “O Globo”, no qual constatamos que “é igualmente evidente que a opinião do veículo vê a realidade sob o prisma das crenças e valores do próprio veículo”⁸.

A coleta de dados será, por seu turno, realizada por meio da técnica de observação (CARVALHO, 2019): selecionaremos, através da observação dos editoriais do jornal “O Globo”, quais serão os utilizados, a partir da seleção por intermédio de amostragem mencionada anteriormente, a fim de verificar como estão presentes os interesses das classes dominantes. No que se refere a coleta de dados, ainda, destacaremos as datas e os títulos dos editoriais selecionados, como, por exemplo, 25/08/2016, editorial “Não faltam provas para o *impeachment* de Dilma”, além da fonte de consulta. Já a análise de dados da parte empírica, por sua vez, será realizada, auxiliada por instrumento produzido, por meio de análise de conteúdo.

Antes de iniciarmos a construção do instrumento a ser utilizado na análise de dados, é relevante destacarmos que os editoriais podem ser compreendidos como “tentativas da mídia de emplacar sua agenda junto aos governos e a outros agentes políticos, travando um diálogo com as elites político-econômicas” (GUAZINA; PRIOR; ARAÚJO, 2019). Ainda, como salientam Motalverne e Marques (2018, p. 14), os

⁸ Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/principios-editoriais/>>. Consultado em 15 set. 2019.

editoriais são o gênero jornalístico que mais refletem a opinião dos meios de comunicação sobre diferentes temáticas, sendo eminentes espaços para “o jornal fazer política e pressionar o poder público”. A partir dessas visões do significado dos editoriais, partimos à consolidação do instrumento que subsidiará a análise empírica da pesquisa.

Ao propormos a elaboração de instrumento que auxiliará a realização do trabalho, temos que nos amparar em teoria referenciada. Pois bem, nessa seara, acreditamos que a que melhor se adéqua à pesquisa proposta em tela é a teoria do enquadramento proposta por Robert Entman. Nessa linha, ao mencionar Entman, Guarzina, Prior e Araújo (2019, p. 85) comentam que enquadrar é “selecionar certos aspectos de um acontecimento, para torná-lo cognoscível aos olhos do público”. Nesse contexto, fundamental que citemos o significado de enquadramento a partir de Entman:

O enquadramento envolve essencialmente a seleção e a saliência. Enquadrar é selecionar alguns aspectos da realidade apercebida e torná-los mais salientes em um texto de comunicação, de modo a promover a definição de problemas específicos, interpretação causal, avaliação moral e/ou recomendação de tratamento para o item descrito [...] Um exemplo é o quadro de "guerra fria" que dominou o noticiário dos EUA e estrangeiro até recentemente. A guerra fria destacou certos eventos estrangeiros - digamos guerras civis - como problemas, identificou sua fonte (rebeldes comunistas), ofereceu julgamentos morais (agressão ateísta) e elogiou soluções particulares (apoio dos EUA ao outro lado). (ENTMAN *apud* ARAÚJO, 2017, p. 7)

Diante do trecho destacado, identificamos que Entman, ao propor enquadramento de texto jornalístico, ressalta categorias que devem ser observadas: definição do problema, interpretação de suas causas, avaliação moral e recomendação de tratamento. Diante dessas categorias elencadas por Entman, referenciamo-nos, agora, ao texto “Enquadramentos de uma crise: o *impeachment* de Dilma Rousseff em editoriais nacionais e internacionais”. No mencionado artigo, Guazina, Prior e Araújo (2019, p. 87), ao pesquisarem editoriais via análise de conteúdo, partindo também da teoria de enquadramento de Entman, adaptaram as categorias supradescritas em quatro, com correspondentes descrições/ modos de

aplicação: problemas identificados – identifica, no editorial, os principais problemas da crise política; causas – analisa as causas apontadas pelo editorial como motivadoras da crise e do processo; julgamento moral – mapeia discursos em tom avaliativo, quando os editoriais tecem comentários judiciosos em relação aos acontecimentos e às personagens nele envolvidas; e indicação de solução – identifica soluções dadas pelos editoriais para a resolução da crise e o futuro político e social do país. Com efeito, a partir desse amparo referencial, proporemos, efetivamente, a seguir, o instrumento a ser utilizado para a análise de conteúdo.

Como o objetivo geral da pesquisa é identificar, nos editoriais, como estão presentes os interesses das classes dominantes, frente à crise política, à época do impedimento de Dilma Rousseff, propomos adaptar as categorias de Entman, a partir também do olhar de Guazina, Prior e Araújo (2019), com descrições conexas ao presente trabalho. O instrumento, nesse contexto, será composto de quatro categorias com quatro correspondentes modos de aplicação: problemas identificados – identifica os problemas econômicos e políticos que possam ter ensejado e/ou demonstrem o descontentamento das classes dominantes no contexto de crise; causas – identifica as causas da existência dos problemas do item “1” que demonstrem interesses das classes dominantes; julgamento moral – mapeia discursos avaliativos das classes dominantes que expressam julgamento sobre fato, acontecimento ou personagens no entorno da crise e ou *impeachment*; indicação de solução – descreve soluções para atendimento dos interesses das classes dominantes..

A partir dessas quatro categorias supraelencadas, acreditamos ser viável chegarmos a uma resposta à solução do problema da pesquisa: tendo o preenchimento consolidado das categorias, perante análise dos editoriais do jornal “O Globo”, poderemos verificar como os interesses das classes dominantes estão expressos. Com efeito, buscaremos a resposta do “como”, tendo como norte a constatação de em que categoria predominantemente podemos averiguar a existência de maior incidência direta de interesses da classe dominante e de que modo esses interesses se expressam. Em outras palavras, ao concluir a análise dos editoriais, podemos chegar, por exemplo, à conclusão de que os interesses da classe dominante se expressam predominantemente na categoria “problemas”, ou “causa”, ou “julgamento moral”, ou “solução”, através de interesse da classe dominante a partir de uma determinada perspectiva política (troca de gestão do país,

por exemplo) ou/e econômica (aceleração da reprodução do capital e do privilégio à burguesia, em detrimento às políticas de inclusão do PT, por exemplo). À resposta, por conseguinte, do “como” dedicaremos-nos a partir da execução da pesquisa empírica. No intuito de ser ilustrativo, destacamos, a seguir, o instrumento que propomos utilizar na análise de dados, com vistas a posterior interpretação dos dados, visando a alcançar os objetivos propostos pelo trabalho:

Quadro 1: Apresentação de categorias para análise dos editoriais

Categoria	Modo de Aplicação
Problemas identificados (1)	Identifica os problemas econômicos e políticos que possam ter ensejado e/ou demonstrem o descontentamento das classes dominantes no contexto de crise.
Causas (2)	Identifica as causas da existência dos problemas do item “1” que demonstrem interesses das classes dominantes
Julgamento moral (3)	Mapeia discursos avaliativos das classes dominantes que expressam julgamento sobre fato, acontecimento ou personagens no entorno da crise e ou <i>impeachment</i> .
Indicação de solução (4)	Descreve soluções para atendimento dos interesses das classes dominantes.

Fonte: elaboração do autor, Bortoli (2019), a partir de Guazina, Prior e Araújo (2019).

Estamos diante, portanto, de uma pesquisa predominantemente qualitativa, aplicada, descritiva, que utilizará técnicas de análise bibliográfica e de estudo de caso, com universo delineado e trabalhado com amostragem, auxiliada pela abordagem quantitativa na coleta de dados, que, então, fará uso, para análise de dados empírica, de instrumento produzido (tabela 1), almejando a consecução do objetivo geral da pesquisa.

4 ANÁLISE EMPÍRICA

Após embasamento teórico e apresentação dos procedimentos metodológicos, adentramos, norteados pelos capítulos anteriores, na análise propriamente dita da pesquisa, objetivando verificar como estão expressos os interesses das classes dominantes nos editoriais do jornal “O Globo”, em contexto de crise, à época do *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff. Nessa perspectiva, dividiremos a análise empírica em dois momentos: 1) apresentação de como ocorreu a coleta de dados, complementando os procedimentos explicitados em seção anterior; 2) análise de dados, com enquadramentos dos editoriais selecionados nas categorias do instrumento de análise elaborado (vide p. 35).

4.1 COLETA DE DADOS

Ao explanarmos sobre como se efetivou a coleta de dados, em complementação ao já destacado nos procedimentos metodológicos, é importante frisarmos dois aspectos: a) a amplitude de dados que foram observados; b) a busca critérios para a seleção dos editoriais a serem analisados. Passemos, nesse sentido, a dissertar sobre esses dois pontos.

O lapso temporal da coleta de dados consistiu de 01 de janeiro de 2015 (quando a presidenta Dilma Rousseff foi empossada em seu segundo mandato na Presidência da República) a 01 de setembro de 2016 (um dia após a ruptura institucional se consolidar). Nesse período, correspondente a 610 (seiscentos e dez) dias, localizamos e, auxiliados pela técnica de observação, procedemos à leitura de 1.077 (mil e setenta e sete) textos de editoriais do jornal “O Globo”, distribuídos em 601 (seiscentos e uma) edições do jornal. Faz-se, contudo, necessário apontarmos que não localizamos 9 edições do jornal objeto de análise, o que corresponde a aproximadamente 1,5% (um vírgula cinco por cento) do total de edições e que, provavelmente, representaria esse mesmo percentual de editoriais, uma vez que as edições são integradas por dois textos de editoriais (predominantemente) ou um (menor ocorrência). Nesse contexto, frisamos a amplitude da coleta de dados em

termos quantitativos, visto que se observou cerca de 98,5% (noventa e oito vírgula cinco por cento) das edições do jornal “O Globo” (as, portanto, localizadas) e mesmo percentual aproximado de editoriais do período em que a pesquisa se desenvolveu.

A observação desse volume de editoriais mencionado foi criteriosa. A partir da leitura de cada texto de editorial, identificamos se os critérios “1” e “2” (1 – constar a palavra “Dilma”; e 2 – constar as palavras crise, ou *impeachment*, ou impedimento) estavam presentes. Nessa seara, cumpre-nos salientar que, como a fonte de pesquisa (acervo digital do jornal o “O Globo”) é disponível em formato imagem (não permitindo cópia de texto ou localização de palavras), a leitura foi muito atenta (como deve ser em todas as pesquisas que se pretendem de qualidade) e, por vezes, realizada em duplicidade (textos maiores), o que possibilitou que, mesmo que identifiquemos os dois critérios, se um não estivesse contextualizado à temática da pesquisa (“fuga ao tema”) ou se cada critério se encontrasse em textos distintos de editoriais (localizados em mesma página), descartássemos o(s) editorial (is), para fins de posterior análise. Nesse contexto, exemplificamos com editoriais em que localizamos a palavra “Dilma” e “crise”, mas em que a “crise” estava relacionada à Venezuela ou a outro país sem contexto direto com a crise brasileira/ internacional que ensejou o impedimento da presidenta, ou, ainda, identificamos, por exemplo, a palavra “crise” relacionada à crise humanitária pela falta de acolhimento a imigrantes na Europa.

A partir desse olhar atento aos editoriais, destacado no parágrafo anterior, dos 1.077 textos observados, aplicados os critérios “1” e “2”, foram pré-selecionados 283 (duzentos e oitenta e três). Nesse contexto, elaboramos uma tabela (APÊNDICE A) com todos os dados dos editoriais identificados (data/ título/ critério “1”/ critério “2”/ critério “3”), constando os editoriais pré-selecionados (critérios “1” e “2” atendidos), bem como os textos selecionados (critérios “1”, “2” e “3” contemplados). Frisamos, nessa perspectiva, a opção por inserir as tabelas como apêndice e não tabela, em virtude da coleta de dados ter sido extensa, o que poderia implicar descontinuidade do texto da pesquisa, acarretando prejuízo à compreensão continuada do texto.

Por fim, no que se refere à coleta de dados, antes de ingressarmos na análise efetivamente, salientamos que o critério “3” (seleção de editoriais extremamente relevantes aos objetivos do trabalho, em que constem as quatro categorias explicitadas no instrumento analítico elaborado), apesar de já ter sido observado, em certa medida (“grau de relevância”), na leitura atenta juntamente aos critérios um e

dois, será efetivamente consolidado na etapa de análise efetiva dos editoriais, visto que depende da aplicação do instrumento de análise, para que resulte em adequada seleção.

4.1 ANÁLISE DE DADOS – OS EDITORIAIS SELECIONADOS

Em face do referencial teórico, da metodologia e da coleta de dados abordados, chegamos ao ponto nevrálgico da pesquisa – a análise de dados. Buscamos executar, por conseguinte, esta parte do trabalho a partir de três premissas: 1) releitura dos textos pré-selecionados e considerados extremamente relevantes à pesquisa (vide APÊNDICE - A); 2) seleção final e análise, a partir do enquadramento no instrumento elaborado (constante na página 35), dos textos que atendem plenamente ao terceiro critério inclusivo da amostragem.

Iniciamos a análise no mês de janeiro de 2015, marco temporal caracterizado pelo começo do segundo mandato de Dilma Rousseff na presidência da República. A análise será, portanto, em ordem cronológica, até 01 de setembro de 2016, mediante observação dos critérios seletivos.

No editorial da edição de 01/01/15, intitulado “**Dificuldades em um ano de ajuste: margem de erro para Dilma ficou estreita**”, observamos as quatro categorias do instrumento de análise presentes, com destaque às categorias “problemas” e “soluções”. O editorial reflete um balanço político e econômico das organizações Globo, no que diz respeito ao primeiro mandato de Dilma, sobretudo ao final dele, destacando, também, soluções que devem ser tomadas, para que problemas ocorridos sejam sanados, segundo a redação do editorial. Passemos às categorias e à análise de cada uma.

A categoria “problemas identificados” (1) encontra-se repleta de inserções nesta edição do jornal, como podemos visualizar com as citações “sérias dificuldades enfrentadas pelo país na campanha eleitoral – rebatidas por Dilma”, “pasta (Ministério da Fazenda) ficou esvaziada enquanto crescia o vagalhão da crise”, “a política econômica entrou em coma antes do término do último mandato”, “contas públicas desequilibradas”, “política fiscal desregrada e risco das transferências de centenas de bilhões provenientes de dívida do Tesouro aos bancos

públicos, BNDES à frente, sem que as remessas estivessem no Orçamento” e “confiança do mercado foi minada”. Nesse ponto, importante atentarmos, principalmente, ao fato de o editorial destacar que a confiança do mercado foi minada como um dos principais problemas. Fica evidenciado, assim, o alinhamento à preocupação com o mercado, com a produtividade, o lucro, a fluidez da circulação de capital, restando claro que esses problemas estão sobrepostos a qualquer problema social (desemprego, subemprego, salários parcelados, etc.), posto que não se cita, em momento algum, qualquer preocupação relacionada, explicitamente, à classe trabalhadora, mas apenas a inconformidade conectada aos interesses das classes dominantes, em especial às frações da burguesia financeira e comercial, em tom de crítica à política econômica/ fiscal executada no primeiro mandato de Dilma, que seria a propulsora da própria crise mencionada no texto.

A categoria “causas” (2), por sua vez, aparece, em menor destaque, como elemento que justifica o problema “confiança do mercado foi minada”. No editorial em análise, verificamos a defesa de que “contabilidade criativa, inflação alta e estagnação” foram os fatores que implicaram a não confiança do mercado. Cumpre-nos observar, novamente, a preocupação da redação de “O Globo” com o mercado, com a estagnação e a inflação alta, as quais reduzem a circulação de mercadorias, o consumo e, por sua vez, o poder econômico das classes dominantes, refletindo uma crise do próprio sistema capitalista. Ainda, é importante frisarmos que já se iniciam as citações da “contabilidade criativa” realizada por Dilma (e também por Lula e FHC, como mencionamos em seção anterior desta pesquisa) como causa de problema de instabilidade econômica.

No que diz respeito ao critério avaliativo “Julgamento moral” (3), de modo sutil, é verificado nas frases “escândalo do petrolão conspira contra a credibilidade do segundo mandato” e “erros crassos como os cometidos no primeiro mandato de Dilma soterrarão os projetos lulopetistas para 2018”. Aqui, nota-se que o editorial julga que a credibilidade do novo governo Dilma está atrelada ao “escândalo do petrolão” e que, se forem cometidos mesmos erros (principalmente relativos à política econômica não alinhada plenamente aos interesses das classes dominantes), não haverá chances de vitória ao PT nas eleições de 2018. Verifica-se, por conseguinte, que o editorial, em tom ameno de ameaça, inicia um indicativo de xeque-mate: se o segundo governo de Dilma não se alinhar aos interesses do mercado, o PT não voltará ao Planalto tão cedo.

A última categoria (Indicação de solução (4)), da mesma forma, faz-se presente, aliás com expressividade. Nessa linha, as soluções propostas pelo “O Globo”, para que sejam sanados os problemas verificados, são “sinalização forte do Planalto sobre uma política econômica para o segundo mandato que estancasse a degradação das expectativas”, “combate à inflação sem tergiversações”, recuperação da confiança do mercado, nomear nomes “responsáveis como Levy e Barbosa” e “apoio a uma política de ajuste”. Nessa seara, acreditamos ser relevante salientarmos que a solução, para a linha editorial, está atrelada aos interesses do capital, através de ajuste fiscal (cortes de gastos públicos que implicam, normalmente, por exemplo, congelamento de investimentos na educação, na saúde, estagnação de salários e retirada de direitos) e da nomeação de nomes que estejam ligados ao mercado, como o de Levy, citado pelo próprio editorial como “economista testado com êxito em ajustes fiscais”.

Na edição do jornal “O Globo” de 13/02/2015, o editorial “**Ajuste fiscal é que pode garantir conquistas sociais**” foi selecionado. Observamos a presença das quatro categorias do instrumento de análise. Como problemas, o texto apresenta que as “contas públicas em total desequilíbrio e inflação elevada” e que “o mercado tem reagido com apreensão ao fato de que parte das pressões contrárias ao ajuste é exatamente do partido da presidente Dilma”. Nessa categoria, notamos, novamente, a preocupação com o mercado e afirmação de que as contas públicas estão descontroladas: a partir do momento em que os interesses do mercado e das classes dominantes não estão bem alinhados à política executada pelo governo federal, surge o problema que descontenta as elites, sobretudo o bloco no poder e fração hegemônica (burguesia financeira), o que desnuda a crise do capitalismo e pode acarretar em impedimentos de administradores públicos, prisões políticas, golpes de Estado, Nessa perspectiva, no sistema capitalista, o alinhamento de quem governa deve ser com os interesses das classes dominantes.

Na categoria causas para os problemas mencionados, identificamos as “políticas e iniciativas adotadas pelo governo”. Em conexão à abordagem trabalhada no parágrafo anterior, fica expresso no editorial que políticas e iniciativas do governo Dilma que se contraponham a interesses, sobretudo da burguesia financeira, mas também comercial e industrial, são consideradas as causas da crise brasileira. Nesse sentido, identificamos, em trecho posterior, o apoio da linha editorial à “política de correção de rumos que está sendo executada pela nova equipe

econômica”, ou seja, a partir do momento em que implementa uma política econômica alinhada aos anseios das classes dominantes, os rumos certos, no olhar de “O Globo”, estão retomados.

No que diz respeito ao “julgamento moral”, notamos a presença da caracterização de benefícios previdenciários e do seguro social como aberrações na passagem “eliminação de notórias aberrações que distorcem os benefícios previdenciários e a natureza do seguro social”. Nessa parte do texto, a mídia analisada defende que há muito gasto com seguro-desemprego e distorções dos benefícios previdenciários. É natural, por conseguinte, que sejam tratados como “aberrações” conquistas históricas da classe proletária: os direitos e conquistas dos trabalhadores são, recorrentemente, alvos de ataques, pois se contrapõem aos interesses da burguesia, que deseja, em polo oposto, redução de benefícios da classe trabalhadora, para que obtenha mais lucro, mais-valia e se aproprie de mais riquezas, em um sistema (capitalista) em que dominantes (burguesia, proprietários de terras) desejam que dominados (proletariado, campesinato) tenham o mínimo possível de benefícios e direitos.

A última categoria tem expressiva presença no editorial. A indicação de solução é apresentada pela necessidade de ajuste fiscal: “ajuste é a única forma de se assegurar a continuidade dos alegados direitos e conquistas sociais”; “se o ordenamento das contas públicas for barrado, a crise se aprofundará, sem possibilidade de geração de renda, empregos e melhores salários”. Nessa linha, o editorial apresenta que a única solução para a crise política é a execução do aperto às contas públicas, obviamente, como já podemos acompanhar na história nacional e internacional, com redução de direitos e benefícios das classes dominadas. Nesse sentido, salientamos o alinhamento de “O Globo” com a ordem do dia das classes dominantes, o que é natural, visto que os grandes meios de comunicação são aparelho do Estado capitalista e se beneficiam com o *status quo* do sistema. Por fim, nessa parte da análise, não podemos deixar de mencionar que melhores salários e geração de empregos dignos sempre foram pautas da classe trabalhadora e nunca das classes dominantes: a burguesia quer mais empregos, desde que precarizados, com menores salários, com ampliação da terceirização, em que não se garantam os direitos conquistados, ao longo da história, pelos trabalhadores. No contexto de luta de classes, por conseguinte, afirmar que o ajuste fiscal (demanda dos grandes empresários, banqueiros, proprietários de terra, grandes veículos de comunicação,

como notamos neste texto editorial) vai garantir mais empregos (dignos) e melhores salários é, no mínimo, um contrassenso.

Em 13/03/2015, deparamo-nos com o editorial **“É prioritária a defesa das instituições”**. No texto, verificamos a presença das quatro categorias, com destaque aos problemas. São identificados como problemas a “elevação da temperatura da crise política” (“novo ciclo de manifestações de rua, depois daquele iniciado em 2013”), o avanço das “investigações do escândalo na Petrobras, estatal a que esteve (Dilma) ligada de diversas formas desde 2003, com a chegada de Lula e o PT ao Planalto” e a oração “quanto aos lulopetistas, precisam se convencer da inviabilidade do projeto de se eternizar no poder por vias que não sejam as da democracia representativa”.

Cabem, a partir dos trechos destacados, por seu turno, algumas considerações. O editorial cita as manifestações de 2013 de forma estratégica, pois, quando menciona o novo ciclo de manifestações (agendada para 15 de março), associando à elevação da “temperatura da crise política” se refere, justamente, a própria origem da crise política recente brasileira, quando milhões de pessoas foram às ruas em todo o país, inicialmente, contra o reajuste das passagens (Porto Alegre e São Paulo), mas, posteriormente, até por pautas como retorno ao regime de ditadura cívico-militar (parte dos manifestantes). Podemos, portanto, perceber, mesmo que de forma sutil, um incentivo do editorial à explosão da crise política, chamando a população às ruas para contestar o governo federal.

Continuando na categoria “problemas identificados”, o texto dá amplo destaque as investigações do “escândalo da Petrobras”, tentando insinuar que a presidenta Dilma estava consciente do esquema de corrupção ao afirmar que ela sempre esteve, de alguma forma, ligada à empresa desde que o PT chegou ao Planalto. Essa postura do jornal reflete uma manifesta posição de tentar “colocar mais lenha na fogueira”, para quem sabe buscar agravar a crise política, afinal o agravamento da crise interessa a quem está descontente com o governo, ou seja, a grande mídia e, também, o conjunto as classes dominantes.

Salientamos, ainda, nesta primeira etapa da análise, que há, no texto, uma frase com duplo sentido: quando “O Globo” afirma que o PT precisa se convencer da inviabilidade de seu projeto se eternizar no poder “por vias que não sejam as da democracia representativa”, parece-nos que quer expressar que os governos do PT já se esgotaram e não atendem mais os anseios da burguesia, dos ruralistas e das

grandes corporações (como a própria mídia), soando como um recado de que não adiantaria ter massa nas ruas em defesa do projeto político do Partido dos Trabalhadores, pois não seria suficiente para a legenda retornar ao Planalto, visto que não teria votos suficientes nas urnas, em razão das crises política e econômica. Relevante, nesse contexto, enfatizarmos que essa afirmação do jornal de que só as vias da democracia representativa poderiam levar um político ao Planalto acaba sendo relativizada posteriormente, quando o *impeachment* de Dilma entra em cena (como veremos posteriormente).

No que se refere às causas, o motivo para os problemas destacados aparece nesse editorial como o “governo (ser) inepto nas imprescindíveis negociações com o Congresso”. Nesse contexto, é importante frisarmos que faz parte da política alegar incapacidade de determinado governo negociar, quando determinados interesses de classe não estão plenamente atendidos (no caso, classe dominante). Nota-se, nessa seara, que resta fácil a alegação de incompetência negocial, quando os interesses dos capitalistas não estão exponencialmente atendidos em um governo de centro-esquerda. O Estado, relevante salientarmos, é caracterizado por ser capitalista e só existir como o é por causa do próprio sistema vigente, mesmo sendo um terceiro na relação do capital com o trabalho, pois é papel do próprio Estado garantir a consecução da reprodução do capital, da forma mais harmônica possível, ou seja, se quem governa não mantém a plena harmonia do sistema capitalista com a fiel observância dos interesses da burguesia é tachado de inepto nas negociações.

No que diz respeito ao julgamento moral, destacamos a frase o “fascismo vestido de vermelho de organizações como o MST e outras”. Notamos que, em tom elevado, “O Globo”, a partir de uma concepção ideológica, ataca o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), chamando-o de fascista. Nesse contexto, fica evidente a posição política do jornal: ao se contrapor ao MST, um dos movimentos sociais que tem tradição de apoiar os governos petistas, o jornal parece manifestar-se antipetista, atacando a reivindicação por terra e pela reforma agrária, afinando-se, também, aos interesses da fração de classe agrária no agronegócio, na expansão de suas terras em busca de maior acumulação de riqueza e do lucro. Ainda, não é de se estranhar o elevado tom contra o MST, pois uma das bandeiras

do movimento também é a democratização da comunicação, que é dominada por um seleto grupo de grandes empresas.⁹

No que tange às indicações de solução, realçamos o trecho que afirma que as “instituições precisam ser protegidas para funcionar como devem: o Supremo tem que repetir a experiência do mensalão, com um julgamento técnico, livre de interferências políticas, e o Executivo deve melhorar a competência administrativa numa conjuntura ingrata e, junto com o Congresso, preparar o terreno para a volta ao crescimento”. Nessa etapa, necessário destacarmos que a reivindicação do “O Globo” para que o Supremo haja, no julgamento do petrolão, como o fez no mensalão nos parece uma movimentação tática de buscar tentar fortalecer uma instituição que, sabemos, no Estado capitalista, está a serviço do sistema vigente, para, a partir de decisões controversas, dar amparo à própria reprodução do capital, com soluções que, de modo majoritário, estão alinhadas aos interesses das classes dominantes. Nesse sentido, há, de novo, a menção da necessidade da articulação do Executivo com o Congresso, aliás este último é outra instituição repleta de interesses sobrepostos e majoritariamente alinhados às frações burguesas. Por fim, frisamos que não existe instituição plenamente técnica, somos seres políticos e com posicionamento político e, querendo ou não, temos algum lado na luta de classes.

No dia 07/07/2015, identificamos o editorial “**Incertezas políticas agravam quadro econômico**”. Destaque a presença expressiva das categorias “problemas identificados” e “causas”. Como problemas, realçamos, no texto, as frases “crises paralelas, a econômica e a política tornam o horizonte nebuloso e, em alguns aspectos, se autoalimentam”, “a partir de 2012/13 já era perceptível que uma crise estava sendo contratada”, “a imagem e a popularidade da presidente sofreram severas avarias” e “neste quadro, o fator confiança – ou falta dela – ganha importância: sem confiança, empresário não investe, consumidor não consome, e assim as engrenagens da economia não funcionam”.

Adentrando à análise dos problemas, observamos que “O Globo” afirma há existência das crises política e econômica, remetendo a origem desse quadro conjuntural crítico a 2012/2013. Nesse ponto, importante frisarmos que o sistema capitalismo está em constante crise pela própria dinâmica de produção, em que a exploração e a dominação não permitem que as instituições sejam suficientes e

⁹ Informação obtida em: < <https://mst.eita.coop.br/quem-somos/> >. Acesso em: 21 jan 2019.

estáveis para evitar instabilidade, e essa crise se intensifica, principalmente, quando há descontentamento das classes dominantes com o governo de plantão.

Nessa perspectiva, remontar a origem da crise a 2012/2013 está correto, mas o motivo pelo qual o ambiente crítico se intensificou e “explodiu” é de que divergimos do jornal “O Globo”, pois o editorial ressalta que toda a culpa da crise está na agenda econômica implementada por Dilma Rousseff. Na verdade, a “ofensiva política restauradora” da direita neoliberal e a postura de “recuo passivo” do governo Dilma perante a ofensiva é que são as causas da crise: apesar de, no governo federal, ter havido formação de uma frente política mais ampla, em que havia espaço para atendimento de interesses das classes dominantes, a burguesia nacional vinculada ao capital internacional já não estava mais satisfeita com as concessões feitas, uma vez que desejava a retomada do projeto neoliberal do século XX, visando ao resgate da hegemonia do capital internacional e ao atendimento pleno de seus interesses.

Na categoria “causas”, localizamos, no editorial, os seguintes trechos: “a economia já sinalizava há algum tempo os desequilíbrios graves provocados pela política temerária do “novo marco macroeconômico” - gastos públicos sem prudência, crédito sem limites, etc.”; o “escândalo do petrolão teve efeito tóxico sobre a presidente reeleita”; a “constatação de que o discurso do palanque da reeleição nada tinha a ver com a realidade do início do segundo mandato”; e “para a escassez de confiança contribui o próprio PT, partido da presidente, quando ataca a política de ajuste que o Ministro da Fazenda, Joaquim Levy, tenta executar”. Nesse item, salientamos que o jornal aponta como causas para as crises (política e econômica) justamente a política econômica adotada por Dilma no último mandato; o “escândalo do petrolão” (ao qual “O Globo” sempre remete a culpa a Dilma, Lula ou aos “lulopetistas”); o chamado “estelionato eleitoral” com a nomeação de Joaquim Levy e, por consequência, mudança de rumos no projeto econômico, que teria descontentado tanto a oposição (que não foi eleita), como parte da própria base petista; e, por fim, o fator de não confiança no governo, exemplificada pelo editorial como fator gerador do não investimento de empresários, da alta da inflação e da redução do consumo.

Nesse contexto, o editorial remete, resumidamente, toda a culpa da crise à presidenta Dilma, pois, afinal, ela ainda não implementou, em medida que interessa à burguesia, o ajuste fiscal para reduzir salários, flexibilizar a legislação trabalhista,

cortar verbas às Universidades Públicas, reduzir repasses à saúde, para que , aí sim, segundo o jornal a “economia para se restabelecer”, quando, na verdade, o que vemos, por trás da cortina, são os grandes empresários e os banqueiros aguardando, ansiosamente, a chance de aumentar seus lucros.

No que concerne ao “julgamento moral”, destacamos a passagem “as instituições funcionam, como demonstram as investigações do escândalo lulopetista do petrolão (realce nosso), e a atuação até agora do Tribunal de Contas da União (TCU), no julgamento das contas do último ano do primeiro mandato da Dilma, marcado pelas “pedaladas” e desrespeito à Lei de Responsabilidade Fiscal”. Nesse trecho, vemos que o editorial afirma que a corrupção na Petrobras é derivada do lulopetismo, sentenciando o PT como o culpado. Ainda, de forma mais sutil, já defende a condenação de Dilma ao crime de responsabilidade por “pedaladas fiscais” (que serão, como veremos mais adiante, a justificativa alegada para o processo de impeachment) no momento em que vincula a expressão “as instituições funcionam” à “atuação do TCU até agora”, que, até então, era de questionar Dilma sobre 13 pontos do orçamento de 20141 (se o TCU não questionasse Dilma, a instituição estaria funcionando?).

Como indicação de solução para atendimento dos interesses da classe dominante, por sua vez, salientamos o trecho “a austeridade, fiscal e monetária (juros), é o único caminho que leva à recuperação da economia em bases saudáveis”. Em mais uma passagem, “O Globo” destaca que a austeridade, o ajuste, é a solução momentânea à crise, como já analisamos em editorial anterior.

Passemos, agora, à edição do jornal de 08/08/2015, em que consta o editorial “**As agruras do PT ao som de panelaço**”. No texto, o destaca-se a categoria julgamento moral, mas também se verificam as demais com certa expressividade. Na primeira categoria, realçamos os problemas através das frases “partido que se mantém no poder por 13 anos consecutivos, índice para o *Guinness* da República brasileira”, “trajetória do apogeu à crise”, e “na vertente política da crise do PT, destacam-se o “mensalão” e o “petrolão”, um mesmo esquema de desvios de dinheiro publico via estatais, a Lava-Jato começa a deixar claro”. Nesse item analítico, importante salientarmos que o jornal “O Globo” enfatiza o descontentamento do PT estar no poder há 13 anos, tanto que ironiza, afirmando que o partido poderia entrar para “o Guinness”, o que demonstra um alinhamento ao interesse das classes dominantes, em um momento de crise, de que o PT deixe de

governar, para que as frações de classe do bloco do poder possam ter seus anseios plenamente atendidos, com privatizações, concessões de isenção fiscal a grandes empresas, por exemplo.

Nessa perspectiva, quando o editorial menciona a “trajetória do apogeu à crise”, reforça que o PT e, por conseguinte, o governo Dilma estão em “queda livre”. Nesse contexto, em momento seguinte da redação, o jornal enfatiza que outros problemas da crise são o “mensalão”, o “petrolão” e a Lava-Jato, associando a crise do país ao envolvimento do PT nesses esquemas de corrupção, o que alinha o jornal, novamente, ao discurso da burguesia descontente com o governo Dilma, o que não é estranho, posto que a grande mídia é um aparelho do Estado, que também trabalha para que o sistema capitalista siga seu fluxo reprodutivo do modo mais harmônico e eficaz possível.

Na categoria “causas”, selecionamos as passagens “Lula, a partir do segundo mandato, pendeu ao capitalismo de Estado” e “Dilma Rousseff radicalizaria o modelo batizando-o de “novo marco macroeconômico”. Nota-se, nos trechos destacados, que o editorial direciona as causas dos problemas que acarretaram a crise econômica à opção, segundo o jornal, equivocada de projeto econômico que Lula e Dilma fizeram. Nessa seara, frisamos a defesa da linha editorial ao neoliberalismo, pois, através da abertura do mercado, de privatizações de estatais, da abertura comercial alinhada ao capital financeiro internacional, da observância dos interesses dos ruralistas atrelados ao agronegócio, dos donos de grandes indústrias, o país, na lógica capitalista, estaria no rumo certo. Nesse sentido, como Lula e Dilma, mesmo fazendo uma política de conciliação de classes em determinados momentos, não se alinharam ao programa neoliberal, é natural que as organizações Globo, também beneficiária da exploração e detentora de grande parte dos meios de comunicação do país, manifestasse seu descontentamento.

No concernente ao “julgamento moral” verificamos duas frases: “nem o militar mais furioso da ditadura militar de 64 fez tanto mal à esquerda quanto o PT, na sua vertente lulopetista”; e “arrogância e incapacidade de entender a realidade”. No que diz respeito a primeira frase destacada, vamos analisar por tópicos, pois merece destaque: 1) é, no mínimo, repugnante que, no século XXI, passados 30 anos do final da ditadura cívico-militar, um jornal que tem ampla repercussão nacional associe qualquer partido político ao “nem militar mais furioso da ditadura militar de 64”; 2) fazer essa comparação e dizer que o PT faz mais mal à esquerda do que a

ditadura fez é ignorar a história e as vidas perdidas em momento que jamais será esquecido pelas suas torturas, prisões, desmandos e, principalmente, assassinatos; 3) a classe proletária nunca se esquecerá das mais de 50 mil pessoas presas, dos mais de 20 mil brasileiros torturados, dos, pelo menos, 475 militantes mortos pela ditadura militar¹⁰; 4) as organizações de distintas matizes ideológicas, movimentos sociais, suas lideranças políticas e grande parte da sociedade brasileira clama pela verdade e pede justiça até hoje¹¹; 5) as organizações “Globo”, em editoriais divulgados no dia 02 de abril de 1964, intitulados “A decisão da Pátria” e “Ressurge a Democracia”, defenderam a ditadura¹²; 6) em 31/08/2013, “O Globo” manifesta-se reconhecendo o equívoco de ter apoiado o regime militar: “À luz da História, contudo, não há por que não reconhecer, hoje, explicitamente, que o apoio foi um erro, assim como equivocadas foram outras decisões editoriais do período que decorreram desse desacerto original. A democracia é um valor absoluto.”¹³; 7) parece que o recuo de posição manifesto em 2013 não foi tão verídico, pois “O Globo”, ao comparar um partido (PT) ao pior da ditadura, não defende a democracia (que já é frágil e não plena), visto que dá a entender que retornarmos à ditadura seria melhor do que o PT continuar no poder; 8) e, para finalizar a análise da frase, o editorial nesse trecho alinha-se, não só aos interesses das classes dominantes (de querer, com a saída do governo do PT e a retomada do poder no mais alto cargo do Executivo de fração burguesa vinculada ao capital internacional, o atendimento de seus interesses de acumulação de riqueza, via exploração da força de trabalho assalariado), mas sim aos interesses de fascistas. Por fim, a segunda frase (“arrogância e incapacidade de entender a realidade”), também direcionada ao PT, reflete uma visão ideológica do editorial, mas de modo pejorativo, em novo tom de ataque aos petistas Lula e Dilma.

Concluindo a análise do texto, passamos à categoria “indicação de solução”. Desatacamos os trechos do editorial “Lula e PT foram hábeis e sensíveis ao adotar a terapia econômica indicada, “neoliberal”, para combater o surto da inflação deflagrado em 2002” e “É difícil o dever de casa do PT, mas o partido preciso fazê-lo,

¹⁰ Informação obtida em: <<http://www4.pucsp.br/comissaodaverdade/mortos-e-desaparecidos-contextualizacao.html>>. Consultado em: 22 nov 2019.

¹¹ Informação obtida em: <<https://memoriasdeditadura.org.br/comissao-nacional-da-verdade-2/#o-que-sao-comissoes-da-verdade>>. Consultado em: 22 nov 2019.

¹² Informação obtida em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/apoio-editorial-ao-golpe-de-64-foi-um-erro-9771604>>. Consultado em: 22 nov 2019.

¹³ Informação obtida em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/apoio-editorial-ao-golpe-de-64-foi-um-erro-9771604>>. Consultado em: 22 nov 2019.

e ele começa pela necessidade de apoiar o próprio governo”. Nessas frases, identificamos a já abordada solução para “O Globo”, com vistas ao atendimento dos interesses da classe dominantes: aplicar um programa econômico neoliberal ancorado no ajuste fiscal, com corte de gastos em áreas das quais o povo, principalmente o mais vulnerável socialmente, mais precisa, como educação e saúde públicas, com privatizações de estatais, flexibilização da legislação trabalhista, congelamento de salários, precarização das relações de trabalho junto aos trabalhadores (acarretada, por exemplo, com a ampliação da terceirização).

No dia 31/10/2015, selecionamos o editorial “**Bases para um amplo acordo nacional contra a crise**”. No texto, destaca-se a abundância da categoria solução. Passemos à análise. Como “problemas identificados”, destacamos as passagens “mais séria turbulência econômica desde a aceleração da inflação a partir do final do governo Sarney” e “angustiante cena político-legislativa”. No que tange à “turbulência econômica”, é importante voltarmos a salientar que o capitalismo está em constante crise, seja em âmbito internacional, como a grande crise ocorrida a partir de 2008 em âmbito mundial, como também em crises nacionais/regionalizadas, pela qual o país passa no período ora analisado.

Na lógica do sistema capitalista, a não consecução de aumento de lucro para a burguesia, por si só, já demonstra um descompasso econômico que resulta em avaliações negativas do governo de plantão por parte dos capitalistas, principalmente quando esse não está totalmente alinhado com o projeto econômico defendido pelas classes dominantes, que têm o propósito de mais acumulação de riqueza à burguesia, através da diminuição do papel de Estado na efetivação de direitos sociais, via privatizações, bem como do ajuste fiscal incidente na classe trabalhadora, visando ao atendimento dos interesses das classes dominantes. Nessa perspectiva, insere-se a segunda frase realçada, uma vez que a mencionada “angustiante cena política-legislativa” aparece no texto alinhada ao descontentamento de “O Globo” com a inércia do governo e vagarosidade do legislativo em implementar o tão citado ajuste fiscal, para “equilibrar as contas públicas”.

A segunda categoria, por seu turno, faz-se presente no texto por meio das frases “inflação vizinha a dois dígitos e uma dívida pública em marcha batida para os 70% do PIB”, “um grande volume de despesas obrigatórias que engessam o Orçamento e, tão grave quanto, várias delas indexadas à inflação ou, pior, ao salário

mínimo”, “luta em torno do *impeachment* de Dilma e do futuro do presidente da Câmara” e “política econômica populista, causa da debacle atual”. Cumpre-nos observar, nesse contexto, que, ao alegar que as causas da existência dos problemas são o aumento da dívida pública e o grande volume de despesas obrigatórias que engessam o orçamento, o editorial está nos revelando interesses da fração burguesa financeira.

A chamada dívida pública e o correlato pagamento dos seus juros e amortizações têm tido diversos questionamentos em âmbito nacional: reserva-se, em média, mais de 40% do PIB para o pagamento dos juros e amortizações, no entanto a “dívida” só cresce anualmente; as classes dominantes e o bloco do poder negam-se a apoiar a auditoria da dívida¹⁴. O motivo dessa negativa de auditar a dívida pública é claro: os detentores dos títulos da dívida são principalmente os grandes bancos que lucram com o pagamento da chamada dívida (Itaú, Santander, Bradesco, etc.)¹⁵.

Nessa óptica, para atender aos interesses da burguesia financeira, não se pode auditar a famigerada dívida pública, pois, na perspectiva do sistema capitalista, é necessário que os interesses das classes dominantes sejam contemplados de fomo eficaz e sem questionamentos, em detrimento das reivindicações da classe proletária. Nesse contexto, “O Globo” associa a causa problemática do aumento da dívida ao engessamento do orçamento, alinhando-se, no texto, aos interesses da burguesia financeira: demonstra que, se não houvesse percentual mínimo que devesse ser destinado à saúde e à educação, por exemplo, o governo poderia realocar mais recursos ao pagamento da chamada dívida pública, contemplando, assim, os anseios do mercado.

Na categoria “julgamento moral”, por sua vez, salientamos dois trechos do texto: “O PT precisa decidir se juntará forças numa aliança de resgate do país ou insistirá na estratégia tosca do “nós” contra “eles””; e “partidarizar os conceitos econômicos é o caminho mais curto para a mediocridade, é condenar o país à pasmaceira em que se encontra um governo cuja a presidente liderou uma política econômica ruínosa”. A partir das frases destacadas, frisamos que “O Globo”, ao

¹⁴ Informação obtida em: < https://monitordigital.com.br/or-amento-2019-revela-que-o-rombo-est-no-gasto-com-a-d-vida-p-blica-2?fbclid=IwAR1OwyVDz4iehl4NI-69hl8hUhMjsKYVNXezge-InwzppHHBADcvdyU_fiY >. Acesso em: 01 dez 2019.

¹⁵ Informação obtida em: < <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/artigo-juros-e-amortizacao-a-verdade-por-tras-dos-numeros-por-maria-lucia-fattorelli-rodrigo-avila-e-paulo-lindesay/> >. Acesso em: 01 dez 2019.

julgar como “estratégia tosca” do PT o “nós contra eles”, busca uma conciliação de classes em torno do projeto econômico das classes dominantes, objetivando à relativização da luta de classes e da existência de interesses distintos das classes sociais contrapostas (burguesia X proletariado). Nessa lógica, o editorial avalia como medíocre a “partidarização” de conceitos econômicos por parte do PT, visando à defesa ideológica dos conceitos econômicos das classes dominantes, que contemplam, como já mencionamos, os interesses da burguesia de acumulação de riqueza. Nota-se, por fim, que é natural esse posicionamento do jornal, visto que se trata de uma mídia que, ao ser aparelho do Estado capitalista, está atrelada à reivindicação de um sistema, cada vez mais, fortalecido, em que se contemplem os interesses das classes dominantes, e não das dominadas.

Como “indicação de solução”, identificamos as frases “uma ponte para o futuro”, “segurança jurídica”, “princípios da economia de mercado”, “acordo entre partidos e sociedade”, “reforma fiscal estrutural”, “urgente e efetiva reforma da Previdência que estabeleça uma idade mínima para a aposentadoria”, “programa de ajuste estrutural, apoiado por diversificada aliança partidária” e “cláusulas pétreas na condução da economia: inflação baixa e sob controle; para isso, responsabilidade fiscal e, portanto, dívida pública em proporção razoável em relação ao PIB; e jamais adotar políticas voluntaristas, mesmo em nome do combate aos desníveis sociais”. Acreditamos, a partir da seleção dos trechos destacados, que possamos resumir em duas afirmações as soluções indicadas pelo “O Globo” que vão ao encontro dos interesses das classes dominantes: 1) a implementação do programa anunciado pelo PMDB (“uma ponte para o futuro”) como a solução da crise, ancorado na proposta de “preservar a economia brasileira e tornar viável o seu desenvolvimento”, por meio do “fim de todas as vinculações e a implantação do orçamento inteiramente impositivo”, balizado pelo ajuste fiscal, pelas reformas da previdência, trabalhista e fiscal, pelo limite de teto de gastos pelo governo federal, fim de qualquer indexação ao salário mínimo e pela “inserção plena da economia brasileira no comércio internacional, com maior abertura comercial e busca de acordos regionais de comércio em todas as áreas econômicas relevantes – Estados Unidos, União Europeia e Ásia”;¹⁶ 2) o programa do PMDB, defendido, claramente, pelo editorial, atende aos interesses das classes dominantes, tanto do ponto de vista da abertura

¹⁶ Informação obtida em: <<https://www.fundacaoulisses.org.br/wp-content/uploads/2016/11/UMA-PONTE-PARA-O-FUTURO.pdf>>. Consultado em: 01 dez 2019.

comercial internacional, base do neoliberalismo, por meio do favorecimento de circulação do capital, como pela restrição de direitos das classes dominadas, com reformas que retiram ou reduzem direitos das classes dominadas, seja pela reforma da previdência ou flexibilização da lei trabalhista, seja por meio de desvinculação do salário mínimo ou limite de teto de gastos com direitos sociais (como educação, saúde, habitação). Por fim, ressaltamos que o editorial, no âmbito da solução, outrossim, frisa que o melhor caminho é um amplo acordo de classes, agremiações partidárias e sociedade em torno do programa de austeridade anunciado como a ponte para o futuro de um Brasil próspero, inovador e focado no desenvolvimento.

Em 04/12/2015, deparamo-nos com o editorial **“O FUTURO DE DILMA ROUSSEFF: legalidade e legitimidade”**. Presentes as categorias, destaca-se a abundante incidência do item do instrumento de análise “causas”. Na apresentação dos “problemas identificados”, constatamos as seguintes frases: “a aceitação pelo presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), de um dos processos de impeachment contra a presidente Dilma”; “contingência que passaria a ser aproveitada pela oposição para tentar defenestrar Dilma antes de 2018”; e “o país se angustia devido à paralisia generalizada”. Nessa categoria, salientamos que os problemas identificados são, sobremaneira, políticos, distintamente dos editoriais até aqui analisados, os quais, majoritariamente, abordaram problemas diretamente econômicos (que também podem ser visualizados pela óptica política). Nessa perspectiva, “O Globo” enfatiza a aceitação pelo Eduardo Cunha de um dos processos de *impeachment* contra a presidenta da República, o que constata como um “prato cheio” à oposição ao governo petista.

Nessa seara, é importante verificarmos que, realmente, o aceite do impedimento pelo presidente da Câmara acirra a cena política e permite à oposição ao governo federal intensificar o contra-ataque político, visando ao desgaste da figura da presidenta e de seus aliados no governo. Nesse contexto, é possível afirmarmos que a burguesia vê, com o início da “bomba política” do impeachment, a possibilidade de, se concretizado o andamento de processo para a saída da presidente do Planalto, implodir o governo eleito, para, assim, alterar o detentor do cargo de presidente com liderança alternativa alinhada, em bem maior grau, com seus interesses de classe.

Encerrando a análise dos problemas, realçamos que o editorial insere como problema conjuntural a angústia do país advinda da paralisia generalizada, o que

podemos analisar como, mesmo que não explícito no texto jornalístico, um problema que pode ser resolvido pelo próprio prosseguimento do processo de impedimento: a aceitação do *impeachment* por Eduardo Cunha, depreende-se do editorial, acarretará o fim da mencionada “paralisia” em que o Brasil se encontra, devido na lógica do jornal atrelada às classes dominantes, aos equívocos políticos e econômicos do governo federal.

Como “causas”, selecionamos os trechos “um jogo de interesses, sem ética”; “aguda impopularidade de Dilma”; “a alternativa encontrada por Eduardo Cunha, bastante manchado por delações premiadas feitas na Operação Lava-Jato e a comprovação de contas na Suíça não declaradas à Receita, foi usar como arma de defesa e chantagem um pedido de impeachment de Dilma”; e “barganhas de Cunha, PT e governo sobre os três votos petistas no Conselho de Ética em torno da acusação de quebra de decoro contra o presidente da Câmara, por ter mentido perante a última Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Petrobras, na sua instalação, ao garantir não possuir contas no exterior”. A partir da seleção mencionada, acreditamos ser importante salientar que, ao abordar as causas dos problemas políticos discutidos no parágrafo anterior, o jornal explicita o jogo político que deu origem ao prosseguimento do impeachment: o PT, ao negar apoio à Eduardo Cunha na Comissão de Ética, rechaçou a barganha proposta pelo presidente da Câmara dos Deputados, cavando seu “própria cova”.

Nesse contexto, relevante frisarmos que a atitude do Partido dos Trabalhadores foi correta, pois, se aceitasse a negociação para salvar Cunha, estaria convergindo à falta de ética com que o presidente da casa legislativa agiu ao mentir sobre possuir contas no exterior. Cumpre-nos enfatizar, contudo, ao dissertamos sobre essa temática, que as ações políticas do presente têm consequências no futuro: as portas abriram-se para a derrocada de Dilma Rousseff, a partir de uma postura antiética de Eduardo Cunha, pois a burguesia, descontente com os rumos com que o PT governava o país, não iria deixar de aproveitar a oportunidade para, ancorando-se no *impeachment* “revestido de legalidade”, retomar o controle da administração do país.

Na terceira categoria (julgamento moral), enquadramos “petista cometeu flagrante estelionato com os eleitores”; “a decisão tomada na tarde de quarta-feira por Eduardo Cunha carrega um sinal reluzente de vingança”; e “há evidências de que o ato do presidente da Câmara carrega sérios desvios de legitimidade”. Nessa

parte da análise, destacamos que “O Globo”, julga que Dilma cometeu estelionato eleitoral ao indicar Joaquim Levy como Ministro da Fazenda para implementar o ajuste fiscal, ao mesmo tempo em que o jornal defendeu, recorrentemente, a necessidade da efetivação da austeridade fiscal, apoiando o nome de Levy ao Ministério. Nota-se, nesse contexto, que a linha editorial da mídia observada critica o governo independente do rumo a ser seguido na gestão do país: reivindica a necessidade do ajuste fiscal e, quando Dilma “escuta seus anseios”, continua questionando a presidenta, mas agora não pela falta de sinalização de implementação do ajuste, mas pelo oposto, o apelidado “estelionato eleitoral”. Essa postura do jornal, por conseguinte, é a esperada, uma vez que, sendo a grande mídia aparelho do Estado capitalista, ela também têm interesses comerciais e financeiros com o *status quo* do sistema vigente, questionando, seja por que viés for, ao lado das classes dominantes, governos que não satisfaçam plenamente os interesses da burguesia, em especial, o favorecimento para acumulação de riqueza.

Ainda, no que concerne ao julgamento moral, “O Globo”, de forma sóbria, adjetiva o aceite de Eduardo Cunha ao processo de impedimento como “vingança”, o que está comprovado pelo fato de a aceitação ter ocorrido no dia 02/12/2015, 5 horas após o anúncio de que o PT votaria contra o presidente da Câmara de Deputados na Comissão de Ética. Por derradeiro, também frisamos que o editorial qualifica Eduardo Cunha como um presidente sem legitimidade, visto que, ao mentir em sessão do Congresso, perdeu total apoio e respeito por antigos aliados; entretanto, o jornal, mesmo destacando a falta de legitimidade do presidente de uma das casas do Congresso Nacional, em passagem posterior, menciona, contraditoriamente, que essa questão não implica o não prosseguimento de processo de *impeachment*, posto que Eduardo Cunha agiu no uso de suas atribuições enquanto presidente.

No item “indicação de solução”, por sua vez, verificamos as frases “importa agora é tratar do mérito do pedido de impedimento e zelar pelo cumprimento, garantir a tramitação do processo sob a vigilância das instituições, e que tudo seja resolvido, para resgatar o país da paralisia” e “definir o futuro político do governo Dilma será algo positivo”. A partir da observação dos trechos salientados, concluimos o que segue: 1) o jornal, mesmo criticando a legitimidade de Cunha na presidência da Casa Legislativa, faz coro ao prosseguimento do processo de impeachment como uma solução possível para “resgatar o país da paralisia”, ou seja,

indiretamente, apoia o impedimento de Dilma, desde que sob “vigilância das instituições” (instituições, importante enfatizar, cimentadas na concretização da reprodução do capital e, portanto, na efetivação dos interesses das classes dominantes, pois, no Estado capitalista, não há espaço para a neutralidade institucional ou para instituições de Estado socialistas); 2) ao inserir a solução “definição do futuro do governo Dilma” como “algo positivo”, em um momento político desfavorável à presidenta (em que se iniciam os trâmites do processo de impedimento), o editorial demonstra seu alinhamento ideológico àqueles que criticam a gestão federal do país, pois o impacto de frases como essas, em um momento político conturbado, é nada mais do que o reforço do apoio ao fato gerador momentâneo do aprofundamento do desgaste político, ou seja, ao impedimento da presidenta Dilma.

Em 05/03/2016, identificamos o editorial “**Uma reafirmação de princípios republicanos**”. No texto, ressalta-se a categoria julgamento moral, com constante incidência no texto em análise. No que se refere aos “problemas identificados”, observamos duas passagens: (1) “ontem chegou a vez do ex-presidente”; e (2) “a Lava-Jato ter chegado ao ex-presidente Lula”. Na análise desse primeiro item, vislumbramos que o jornal, ao citar que chegou o momento de Lula, incentiva o agravamento do confronto de classes a partir do momento em que se insere, no jogo político em ebulição, a principal liderança do campo progressista do país, Lula.

A crise política, já afetada pela “impopularidade” de Dilma e pelo andamento do processo de impedimento, já mencionados por editoriais anteriores, é aprofundada e, de modo explícito, “O Globo” incentiva o “colocar fogo na fogueira”, dando destaque editorial ao episódio, enfatizando que, agora, a Lava-Jato chegou ao ex-presidente. Nesse contexto, o texto aborda, de modo indireto, os interesses imediatos das classes dominantes do país: atingindo a principal figura política de esquerda (mesmo com que conciliador em outros tempos), enfraquece-se politicamente Dilma e seu governo, incentivando o avanço político do campo neoliberal ortodoxo, comandado pelo capital internacional e pela burguesia nacional conectada a ele, em um momento em que o PT não consegue dar resposta à altura, seja pelo recuo passivo às imposições das classes dominantes, seja por divergências internas no próprio partido e, também, pela, então, incapacidade de articulação coordenada ativa do conjunto da esquerda, englobando movimentos sociais, partidos, que poderiam tentar inverter a correlação de forças. Mas como

inverter a correlação de forças no campo político, quando as classes dominantes estão descontentes no sistema capitalista?

Missão quase impossível, pois, apesar de conseguir vitórias importantes, advindas da autonomia relativa do Estado (como a instituição do salário mínimo, a ampliação do acesso à educação pública, a política de quotas, etc.), as classes dominadas estão sujeitas à exploração da força de trabalho assalariado em um sistema que oprime os “de baixo” (trabalhadores), em benefício dos “de cima” (banqueiros, donos das grandes mídias, latifundiários, etc.). Nessa seara, a revolução seria a única solução para a mudança sistemática.

Como “causas” identificadas selecionamos “a condução coercitiva feita ao ex-presidente a depor” e “coincidência ruim para ele e Dilma”. Duas frases que denotam causas dos problemas pela “crise da chegada a hora de Lula” e pelo contexto amplo político que o editorial busca identificar como origem conectada a Dilma e ao referido ex-presidente. Poderíamos, neste momento, citar a legislação vigente que demonstraria a ilegalidade da ação da condução coercitiva no caso, mas não o faremos, pois a abordagem aqui defendida se referencia na contestação da imparcialidade das superestruturas estatais: não se tem como falar em judiciário imparcial, não tendencioso, quando se trata de luta de classes, perante ao Estado contemporâneo capitalista. Nessa óptica, “O Globo” escolhe um lado, pois, ao destacar, de forma veemente, sem nenhuma contestação (pelo contrário, com apoio), a condução de um ex-presidente da república forjado nos movimentos da classe operária, reflete os interesses das classes dominantes de tomar o poder político governamental a qualquer custo, visando à implementação política/econômica que os favoreça, via consecução de mais-valia, lucro, desapropriação de terras indígenas, ataque aos movimentos sociais, desvinculação de receitas obrigatórias ao investimento em educação e saúde públicas.

No concernente ao “julgamento moral”, frisamos os trechos “passava a emergir o esquema lulopetista de drenagem de dinheiro público da Petrobras, recursos contabilizados aos bilhões, e escancaravam-se as portas do inferno para vários políticos do PT e partidos aliados”; “um recado a quem planejava invadir prerrogativas operacionais da polícia federal”; “ao alcançar o ex-presidente Lula, um cidadão comum perante a Constituição, a força-tarefa dá esta contribuição ao país”; “uma coisa leva a outra, e não pode pairar dúvida sobre esta relação lógica”; e “os apoiadores do impeachment de Dilma ganharam mais fôlego ainda”. Nesta etapa

analítica, devemos fazer algumas considerações: 1) o editorial, ao julgar que o “esquema lulopetista” drenou dinheiro público, sem mencionar de forma clara e contundente o que insinua, acaba fazendo juízo de valor não só de Lula e Dilma, mas de todos os militantes do PT, o que demonstra, de modo agressivo, um alinhamento de “O Globo” à oposição de classe a que o Partido dos Trabalhadores reivindica; 2) quando o jornal menciona o planejamento de invasão a “prerrogativas da polícia federal”, não há qualquer argumento que embase tal afirmação, o que denota uma avaliação ideológica sobre o fato de ter havido questionamento forte, no que diz respeito à condução coercitiva de Lula (política, posto que nem fundamentada na justiça burguesa estava);¹⁷ 3) no que tange ao julgamento moral, linear aos interesses das classes dominantes que, então, desejavam o PT fora da administração do país, “O Globo” destaca que não há como “pairar dúvida” sobre o “toma lá, dá cá”, no que se refere à verba recebida pelo Lula por conferências, segundo o jornal, pagas por empreiteiras que “receberam favores na Petrobras no governo petista” (há provas do julgamento no texto? Não.).

Por fim, cumpre-nos destacar a frase do editorial que afirma que os defensores de Dilma ganharam fôlego, frente aos recentes acontecimentos, o que condiz com a realidade, visto que, ao enfraquecer um polo político, se fortalece o oposto. Situação notória, diante da cena política envolta do impedimento da presidenta Dilma Rousseff, porque qualquer “pauta bomba” relacionada ao PT, e principalmente a sua expoente liderança (Lula), faz com que o governo federal se desestabilize mais, diante da crise política e econômica – prato cheio para um banquete da oposição (sobremaneira, da burguesia que busca resgatar a gestão presidencial à sua contemplação efetiva, com alternância de figura máxima no Planalto).

Na categoria “indicação de solução”, vimos as passagens “o desfecho de tudo obedecerá exclusivamente à lei”; “o importante é as lideranças de lado a lado evitarem a violência nas ruas”; e “investigar os subterrâneos dos governos do PT e suas ramificações, inclusive a vertente do ex-presidente Lula”. Nesse contexto, identificamos que o editorial se foca em propor solucionar os problemas da crise, mergulhada no andamento do processo de *impeachment* de Dilma no Congresso, a partir do aprofundamento das investigações, incidindo nos “subterrâneos” do PT e

¹⁷ Informação obtida em: < <https://portal-justificando.jusbrasil.com.br/noticias/312331335/para-justistas-conducao-de-lula-foi-ilegal-e-espetacularizada> >. Consultado em: 04 dez 2019.

seus aliados, sem mencionar qualquer inserção de outro partido ou governo explicitamente no escopo investigativo que, segundo o jornal, deve ir às profundezas, como indicativo que seria positivo de solução.

Notamos, outrossim, que “O Globo”, para além de incentivar a solução investigativa restrita ao PT, tenta amenizar a reação dos apoiadores do referido partido (ao mesmo tempo em que, em outras passagens do editorial, inflama a oposição ao governo federal), ao expressar que, lado a lado (classes antagônicas e correligionários fervorosos com “sangue nos olhos” com interesses distintos), evitem a violência. Nessa perspectiva, concluímos que o jornal busca com a indicação de solução o alinhamento contundente “sem” luta de classes, no estilo: aceitem o impedimento de Dilma, em virtude dos erros do PT de não conciliar tato quanto as classes dominantes desejavam - “dói menos” (aliás, não reajam!).

Deparamo-nos, em 18/04/2016, com o editorial “**Um passo para o impeachment**”, que consideramos um dos textos mais relevantes para análise deste trabalho, visto que, como notaremos a seguir, expressa, claramente e de forma abundante, como os interesses das classes dominantes, no contexto de crise e do impedimento de Dilma Rousseff, estão expressos no jornal “O Globo”, no dia após a aprovação da admissibilidade do impeachment da presidenta da República pela Câmara dos Deputados. Como “problemas” (categoria em destaque no texto), realçamos as frases “aprovação, pela Câmara dos Deputados, da admissibilidade do processo de *impeachment* da presidente Dilma Rousseff”; “é previsão infalível que hoje Bolsa sobe e dólar cai, sinais característicos do bom humor dos mercados, como tem sido nos últimos meses na repercussão de toda notícia negativa para o governo Dilma”; “derrota ontem da presidente”; “crise econômica e nó político”; e “severa crise fiscal”. Observamos que o editorial destaca o principal fato político brasileiro dos últimos tempos até então, a aprovação por 367 votos a favor (137 contrários; 7 abstenções), do prosseguimento do impedimento ao Senado. Chegamos, nesse sentido, ao ápice do problema crise política: já não havia mais “luz no fim do túnel” para Dilma Rousseff, e o editorial defende essa perspectiva. Ancorado nos argumentos da crise econômica e no “nó político” que resultaria no processo de impeachment, “O Globo” destaca a derrota de Dilma e o “bom humor dos mercados”, em um tom de felicidade.

Não poderíamos, diante do que vimos até aqui, imaginar um editorial das organizações Globo que não tivesse essa abordagem neste momento conjuntural:

com a queda iminente da presidente, a partir da votação na Câmara dos Deputados, as classes dominantes (de que fazem parte os grandes empresários donos de “O Globo”) retomariam o controle da administração do país, favorecendo seus privilégios, concretizando seus interesses, cortando direitos da classe trabalhadora para aumentar a concentração de riqueza à burguesia, que lucrará mais e fará o capital circular, de acordo com seus anseios. Nessa lógica, a incidência problemática do prosseguimento do impeachment de Dilma, pela ótica da classe proletária, corresponde, na linha do jornal, também à solução do país (para as classes dominantes) como veremos adiante, em claro exemplo de interesses de classes contrapostos, na seara da luta classista.

Na categoria “causas”, por sua vez, enquadrados “são características dos mercados oscilações nervosas, eles operam no vácuo das expectativas, como é neste caso do processo de impeachment”; “desemprego aumenta à razão de 100 mil pessoas por mês e já se aproxima o saldo tenebroso de 10 milhões de brasileiros sem trabalho”; “debacle social, pobreza, queda de padrão de vida, aumento da violência, e assim por diante, sempre ladeira abaixo”; “continuar a elevar os gastos, quando as receitas caem”; e “em nome da defesa do pobre, também rejeitar desindexar o Orçamento”. Podemos, diante da seleção destacada de fragmentos, avaliar que o jornal compreende como causas das crises política e econômica que acarretaram a aprovação da continuidade do processo de *impeachment* duas questões: 1) o não alinhamento do governo Dilma ao projeto econômico defendido pelas classes dominantes, quando optou por não emplacar o ajuste fiscal de forma tão contundente como defendido pela burguesia e expresso em várias edições do editorial de “O Globo”; 2) e, com a não aplicação do modelo econômico interessante às classes dominantes, todos os problemas do país são remetidos a Dilma e ao PT, que jogam o país “sempre ladeira abaixo”, como expresso no texto jornalístico, acarretando uma crise política sem precedentes, consoante defende “O Globo” no editorial.

Ora, sabemos que, no Estado contemporâneo capitalista, há luta de classes, que os interesses contrapostos (burguesia X proletariados) são o pilar dessa luta e, conseqüentemente, a cena política é afetada pela correlação de forças conjuntural, pendente, via de regra, aos interesses dominantes, para que haja manutenção efetiva do próprio sistema capitalista. Nessa perspectiva, visualizamos que um governo que não está plenamente alinhado aos interesses do capital acaba se

tornando “um ponto fora da curva” que, ou precisa se realinhar, ou será substituído: o Estado é um terceiro na relação entre explorador e explorado na sistemática capitalista, mas só existe, como Estado que conhecemos atualmente, pois está inserido nessa lógica capitalista, onde o bloco no poder não será composto por trabalhadores, mas sim pelas frações da burguesia financeira, comercial, industrial e agrária. Partindo desse olhar, portanto, o impeachment tem como causa essencial a necessária retomada do governo aos eixos que permitam a reprodução do capital sem contratempos, em harmonia, visando ao *status quo* do sistema capitalista.

No referente ao “julgamento moral”, salientamos as frases “patrocinador de uma catástrofe ética e uma hecatombe econômica” e “ela (Dilma) retomou o discurso de campanha para tentar semear o pânico na população”. Importante enfatizarmos, neste ponto analítico, que o jornal joga toda a culpa da “hecatombe econômica” e da “catástrofe ética” nos 13 anos do PT no Planalto, o que demonstra que, para o editorial, é mais relevante julgar o Partido dos Trabalhadores, do que, por exemplo, trabalhar a existência de crises como característica do próprio sistema capitalista. Ainda, visualizamos que o jornal, ao afirmar que Dilma quer “semear pânico na população”, busca qualificar a presidenta como irresponsável, ao fim e ao cabo, por não implementar, em sua plenitude, os ajustes demandados, sobretudo, pela burguesia financeira atrelada ao capital internacional. Mais uma vez, por conseguinte, constatamos, o alinhamento de “O Globo” com o discurso das classes dominantes.

Na última categoria selecionamos as passagens “possibilidade concreta de que a crise econômica e o nó político possam ser equacionados antes de 2018, a partir da saída do PT do Planalto”; “que se ponha para andar, com rapidez, o julgamento da presidente no Senado”; e “possível governo do vice, com característica de salvação nacional”. Notamos, neste item, que o editorial defende, claramente, diante da conjuntura nacional de protestos nas ruas¹⁸ e do prosseguimento do processo de impedimento de Dilma ao Senado, o impeachment célere da presidenta (“saída do PT do Planalto”) como a solução para as crises política e econômica do país. “O Globo”, nessa perspectiva destaca, também, que não só a saída dos petistas do poder é necessária como possibilitará um governo do vice que poderá acarretar a “salvação nacional”. Notamos, por conseguinte, que a

¹⁸ “O Globo” aborda o tema “protestos nas ruas” no editorial intitulado “Um “basta” das ruas a Dilma, Lula e PT”, de 15/03/2016. Informação obtida em: < <https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020160315>>. Consultado em: 15 nov 2019.

solução do editorial corresponde aos interesses das classes dominantes, visto que é notório o apoio da burguesia industrial, por exemplo, ao impedimento de Dilma, como a própria FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) já havia anunciado, justificando-se “pela falta do ajuste fiscal” e “pelas crises econômica e política nas quais o país se encontra”.¹⁹

Em 12/05/2016, dia em que Dilma Rousseff é afastada da presidência da República por até 180 dias, diante da votação ocorrida no Senado Federal, localizamos o editorial “**Novo marco de defesa da responsabilidade fiscal**”. Presentes as quatro categorias do instrumento analítico, destaca-se o item “causas”. Inicialmente, verificamos como “problemas identificados” as orações “aprovação pelo plenário do Senado da abertura do processo de impeachment de Dilma Rousseff”; “os casos ajudaram a compor o conjunto da obra que depõe contra Dilma, Lula, PT e companheiros”; “desequilíbrios orçamentários estruturais, como os que ajudaram a criar na economia brasileira”; “destruíram a capacidade de o Estado investir e sinalizaram para a insolvência da dívida pública”; e “novo marco macroeconômico”. Visualizamos, então, que o editorial aborda os problemas econômicos e políticos de forma harmônica com a forma com que a oposição ao governo Dilma encara o *impeachment*: para o jornal, a aprovação do processo de impedimento no Senado é fruto dos problemas econômicos e políticos não resolvidos por Dilma, quando ela opta por manter políticas sociais como os programas “Minha Casa, Minha Vida”, por exemplo, em detrimento do fervoroso ajuste fiscal que as classes dominantes reivindicavam.

Com efeito, nesse mesmo compasso, alinhado com o discurso fácil dos descontentes com a política do governo federal, o editorial salienta que os graves problemas do Planalto, de Dilma, Lula e PT são os “escândalos de corrupção”, os quais “ajudaram a compor o conjunto da obra” do processo de impeachment. Frisamos, conseqüentemente, que o descontentamento das classes dominantes pela não efetivação dos seus interesses é que deram “à luz” aos problemas expressos na página do jornal: há problemas, quando as orientações da burguesia não são seguidas à risca.

Na categoria “causas”, realçamos as passagens “por ser o julgamento do impedimento também político, é certo que o conjunto da obra de malfeitorias que a

¹⁹ Informação obtida em: < <https://www.fiesp.com.br/multimedia/apoio-formal-da-fiesp-ao-processo-de-impeachment/> >. Consultado em: 05 dez 2019.

força-tarefa de policiais federais, procuradores e fiscais da Receita que atuam junto ao juiz Sérgio Moro, em Curitiba, descobriu ajudou a tramitação do processo até aqui, na fase final”; “um aspecto do impeachment de Dilma é ele estar lastreado em crimes contra o Orçamento, relacionados à afronta ao princípio do equilíbrio das contas públicas”; “a corrupção, casos bilionários e disseminados em estatais importantes”; “tecnicamente, as provas que levaram o Congresso a ter afastado Dilma por até 180 dias se referem ao desrespeito flagrante à Lei de Responsabilidade Fiscal e a normas orçamentárias”; “vinculação de mais de 90% do Orçamento e indexação da maior parte das despesas sociais pelo salário mínimo e inflação”; “maquiou contas públicas, com o uso abundante de técnicas de “contabilidade criativa””; e “operações malandras de maquiagem de gastos e escamoteamento de dívida pública”.

Notamos, no que concerne às causas dos problemas, que o jornal inicia afirmando que o *impeachment* também é político e que, por conseguinte, os desdobramentos da operação Lava-Jato e as investigações do juiz Sérgio Moro ajudaram “na abertura da porta”, para que a caminhada até a saída de Dilma da presidência iniciasse. Além disso, “O Globo” menciona que as causas do prosseguimento do impedimento se relacionam a questões técnicas de “contabilidade criativa”, que ficaram conhecidas como “pedaladas”, somado ao desrespeito à Lei de Responsabilidade Fiscal, segundo o jornal.

Constatamos, dessarte, que o editorial tem razão ao afirmar que o impedimento de Dilma é político, visto que todo jogo político traz consequências, mas, quando a implicação do tensionamento conflitual político está na iminência da destituição de uma presidenta eleita, aí nos deparamos diretamente com o político atravessado pelos interesses econômicos das classes dominantes: não se pode relativizar a incidência do acirramento da tensão política, destacada pela seletividade de ataques ao PT, ao mesmo tempo em que menosprezar os anseios de acumulação de riqueza pela burguesia seria um equívoco enorme. Dessa maneira, as ditas “pedaladas” ou “contabilidade criativa” acabam sendo pretextos dos exploradores da força de trabalho assalariada, com vistas a tentar legitimar o impeachment, o que se comprova lendo a íntegra do editorial, no qual consta que governos anteriores também utilizaram artimanhas contábeis criativas, mas o que o jornal não realça é que os presidentes Lula e FHC não foram destituídos do cargo por essa prática.

Na terceira categoria, julgamento moral, referenciamos os trechos “desmonte da “organização criminosa” criada pelo “lulopetismo”²⁰ para desviar dinheiro público de estatais, a fim de financiar o projeto de poder do PT e de aliados”; “na visão ideológica tosca de mundo das frações de esquerda que compõem o PT, equilíbrio fiscal é conceito conservador, “neoliberal””; e “arrogantes, começaram a adotar velhas políticas que já não haviam dado certo no próprio Brasil”. Em tom áspero, “O Globo” assume a função de juiz, condenando o PT, Dilma, Lula, militantes do partido à sentença por formação de quadrilha que fundou uma “organização criminosa” para desviar recursos públicos de estatais. Além disso, o jornal ataca o conjunto das organizações de esquerda e suas ideologias, consideradas como “toscas”, e adjetiva Dilma, Lula e PT como arrogantes. No bojo dos julgamentos e ofensas de “O Globo”, não está apenas a expressão conectada aos interesses das classes dominantes, que não foram concretizados na medida que almejavam, mas, outrossim, a função que o próprio jornal tem enquanto aparelho do Estado que deseja a saída da presidenta do Planalto: incentivar o aprofundamento do tensionamento político, a fim de que, “dialogando com a sociedade”, não restem dúvidas, também, para as camadas médias da população, que o PT deve sair imediatamente da administração federal.

Por último, verificamos como “indicação de solução” os trechos jornalísticos “o impeachment atual consolida regras de finanças públicas cruciais para o Brasil retomar o crescimento sustentado”; e “contas equilibradas, inflação baixa e sob controle se tornaram um patrimônio da sociedade, afrontá-lo pode custar até mesmo mandato presidencial”. As frases são autoexplicativas, mas consideramos relevante frisar que as soluções propostas pelo editorial, alinhadas a dos 55 senadores que votaram pela admissibilidade do processo de *impeachment* de Dilma Rousseff, representantes da burguesia no Congresso Nacional, são a saída da presidenta do Planalto, para que o país passe a retomar o “crescimento sustentado”, com “contas equilibradas, inflação baixa e sob controle”. Desse modo, podemos extrair que “O Globo” expressa que a solução é um novo governo que implemente um projeto neoliberal, de abertura ao mercado internacional, com a mínima intervenção do Estado na economia, implementando o ajuste fiscal, reduzindo gastos públicos, desvinculando receitas então obrigatórias ao orçamento, em consonância com as

²⁰ Termo utilizado pelo jornal “O Globo” como sinônimo de gestões petistas que advêm desde o primeiro mandato de Lula.

reivindicações das classes dominantes, em contraposição aos interesses da classe trabalhadora.

Em 01/09/2016, um dia após a aprovação do afastamento definitivo de Dilma Rousseff, selecionamos o editorial **“Para que jamais haja outro impeachment”**, que aborda a consolidação do impeachment da presidenta. Todas categorias do instrumento de análise presentes, em especial destaque às causas e ao julgamento moral. Iniciando pelos “problemas identificados”, identificamos as passagens “o impeachment da presidente Dilma Rousseff é o segundo na vigência do estado democrático de direito”; “debacle do lulopetismo, com a mais grave desestabilização da economia brasileira na República”; “a incapacidade de o Brasil não permitir maiorias estáveis no Congresso, para dar governabilidade aos inquilinos do Planalto”; e “crimes que tem a ver com a visão ideológica lulopetista”. Nesse viés analítico, constatamos que “O Globo” enfatiza (como não poderíamos esperar que fosse diferente) a provação do impedimento da presidenta Dilma Rousseff, ocorrida no dia 31 de agosto de 2019. Nesse contexto, o jornal expressa que o processo do impedimento foi permeado pelo “debacle do lulopetismo”, ou seja, pela crise econômica, que, segundo o editorial, foi a mais grave dos últimos tempos.

Partindo desses pressupostos problemáticos sustentados pelas organizações Globo, é necessário que enfatizemos o quão alinhados estão com o descontentamento das classes dominantes com o, agora então, deposto governo federal de Dilma: desde o início das análises dos editoriais (e neste não há divergência de posição), o jornal expressa sua inconformidade com a política econômica implementada pelo Planalto, assim como o fizeram as frações burguesas, que não viam mais, na gestão de Dilma, a possibilidade de expandir sua acumulação de riqueza, seus lucros, frente à opção do governo de, mesmo que concedendo, parcialmente, algumas benesses aos banqueiros, grandes empresários do comércio, indústria e do agronegócio, também permanecer com as políticas sociais, em benefício dos brasileiros mais vulneráveis social e economicamente. Somado a isso, o capitalismo propiciou uma grande crise econômica, efervescida pela crise política que o editorial resume como “crimes que tem a ver com a visão ideológica lulopetista”. Resta, desse modo, claro que a ideologia do “O Globo” realçada é contraposta à defendida pelo PT, ou seja, que o jornal, em com a exposição de frases como essa última, se coloca de um lado na luta de classes: o da burguesia, expressando seus interesses.

No item “causas”, salientamos os seguintes trechos: “a razão do impeachment de Dilma é de outra natureza, restou provado na acusação que Dilma cometeu crimes de responsabilidade de ordem fiscal e orçamentária”; “Dilma se converteu à responsabilidade fiscal muito tarde”; “Dilma perdeu o cargo por sectarismo ideológico e voluntarismo”; “Dilma (sofreu impeachment) por investir contra pilares institucionais que o Brasil começou a construir no Plano Real”; “foram a obsessão com o ativismo estatal e os gastos sem medidas, maquiados por técnicas da “contabilidade criativa”, que construíram a enorme crise fiscal”; e “a edição de decretos de gastos sem aprovação do Congresso e as “pedaladas” demoliram Dilma”. A bordagem aqui poderia ser resumida, diante das afirmações do jornal, em uma frase: as causas das crises política e econômica, bem como do impeachment, é de Dilma e do PT por serem “Dilma e PT”.

Notemos, nessa perspectiva, que o editorial chega a afirmar, em alguns momentos, que a causa do impedimento é técnica (“crimes de responsabilidade de ordem fiscal e orçamentária”), mas, logo a seguir, já ressalta que a causa é política (“sectarismo ideológico e voluntarismo”), em contradição com o mencionado anteriormente no texto jornalístico. Afinal, a causa do *impeachment* é técnica e/ ou política? “O Globo” varia na resposta. Nesse debate, poderíamos interpretar que a contradição do jornal está conectada com as contradições das classes dominantes que defendiam que o impedimento era puramente técnico, mas, ao votar na Câmara dos Deputados ou no Senado, justificavam que o “sim” ao impedimento de Dilma “pelo bem do país”, “pela família”, “pela moral e bons costumes”, “por Deus”²¹, sem fundamento concreto algum, eivado, portanto, de viés intrinsecamente político, alinhado ao desejo de novos rumos (à direita) para o Brasil.

No que se refere ao “julgamento moral”, por seu turno, visualizamos as passagens “importante demonstração de vigor das instituições da democracia representativa”; “o PT resolveu literalmente comprar a base parlamentar, para viabilizar um projeto de eternização no poder”; “assaltou a Petrobras, outras empresas públicas”; “Dilma e os “desenvolvimentistas” não gostam de responsabilidade fiscal”; “houve também forte dose de esperteza, a fim de esconder o lixo de baixo do tapete, marquetear um país inexistente na propaganda política de 2014, e ganhar a reeleição em rotundo estelionato”; e “bastaram os crimes

²¹ Informação obtida em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092018000100501#fn1>. Consultado em: 06 dez 2019.

cometidos em 2015 para derrotar Dilma e o lulopetismo”. Nesta etapa analítica, é importante realçarmos que este editorial está recheado de julgamentos e ofensas, em comparação com a grande maioria dos observados no período temporal objeto do trabalho, o que nos deixou intrigados: será que as palavras saíram tão agressivamente somente após a destituição de Dilma, pois as organizações Globo não dependem mais do governo para assinatura de concessão para a prestação de serviço de radiodifusão? Não sabemos.

Após breve parênteses, cumpre-nos frisar que o editorial julgou o PT por diversas matizes, pela “compra de apoio para viabilizar projeto de eternização no poder”, pelo “estelionato” eleitoral e por “crimes de 2015”. Nessa perspectiva, cabe-nos enfatizar, como diz o bom ditado popular, “o papel aceita tudo”, que o problema é provar aquilo que se alega, e, exatamente, nesse ponto, “O Globo” carece de explicações ao julgar todo o PT, incluindo militantes e simpatizantes da organização, sem comprovar o que diz. Com efeito, essa postura do jornal não é surpreendente, posto que, a partir do momento em que se verifica o alinhamento do jornal aos interesses das classes dominantes, não se pode esperar, frente à luta de classes, compostura ou palavras amenas em uma conjuntura de extremo tensionamento político (mesmo que fosse a abordagem ideal em um veículo de comunicação que se pretendesse difusor de educação e de jornalismo qualitativo que atingisse as massas).

Concluindo a este capítulo da pesquisa, verifiquemos, no último editorial analisado, a categoria analítica “indicação de solução”. Nessa seara, observamos os trechos que seguem: “ajustes necessários, com liberação de preços e tarifas”; “desaconselhar de vez projetos bolivarianos como o lulopetismo”; e “fortalecimento das instituições republicanas”. Constatamos a solução de “ajustes” e o “fortalecimento de instituições” em análises anteriores. No entanto, é relevante salientarmos a indicação resolutiva que aborda a palavra “desaconselhar”: o jornal, após a efetivação do impedimento de Dilma Rousseff, a despeito dos mais de 54 milhões de votos por ela recebida no pleito eleitoral, enfatiza a necessidade de não se apostar mais em projetos políticos como o do PT.

Nessa linha, “O Globo” “bate o martelo”, uma vez mais, no seu alinhamento aos anseios da burguesia, em retomar o controle da administração federal do país, com vistas à consecução de seus interesses, para garantia do *status quo* do sistema capitalista, sem os “devaneios populistas” de governantes de esquerda, que, na

visão editorial de “O Globo”, apenas querem “se perpetuar no poder”, enquanto sabemos (e as organizações Globo também) que, na verdade, o que está em jogo na disputa de versões, para além de interesses, é a posição da classe perante a luta de classes. De que lado você joga? Sigamos ao próximo capítulo.

5 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Chegamos ao último capítulo do desenvolvimento. Pretendemos, a partir do acúmulo teórico referenciado e da análise realizada dos editoriais selecionados, verificar que resultados identificamos, visando a responder ao problema de pesquisa: como estão expressos os interesses das classes dominantes nos editoriais do jornal “O Globo” no período de crise política que culminou com o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff? Nessa perspectiva, dividiremos a análise dos resultados em três abordagens: (1) como se expressam os interesses das classes dominantes, quantitativamente, nas categorias do instrumento de análise elaborado; (2) a expressão dos interesses das classes dominantes, qualitativamente, por categoria, com realce das temáticas de maior incidência; e (3) qual/ quais a(s) fração/ frações de classe que tiveram, em evidência, seus interesses expressamente inseridos nos textos jornalísticos analisados.

Antes de ingressarmos no exame da primeira abordagem, acreditamos ser fundamental relembramos a composição do instrumento analítico criado. Nessa seara, destacamos, a seguir, as quatro categorias que o compõem, com suas respectivas descrições de modo de aplicação: (1) problemas identificados: identifica os problemas econômicos e políticos que possam ter ensejado/ ou demonstrem o descontentamento das classes dominantes no contexto de crise; (2) causas: identifica as causas da existência dos problemas do item “1” que demonstrem interesses das classes dominantes; (3) juízo moral: Mapeia discursos avaliativos das classes dominantes que expressam julgamento sobre fato, acontecimento ou personagens no entorno da crise e ou impeachment; e (4) Indicação de solução: descreve soluções para atendimento dos interesses das classes dominantes. Passemos, agora, ao primeiro ponto da análise de resultados.

5.1 A EXPRESSÃO DOS INTERESSES DOMINANTES QUANTITATIVAMENTE

Iniciando a análise global dos 11 (onze) editoriais selecionados, no que se refere aos dados quantitativos de como estão expressos os interesses das classes dominantes, constatamos o seguinte: a categoria “problemas identificados” aparece

através de 39 (trinta e nove) frases dos editoriais; a “causas” consta em 37 (trinta e sete) orações; a “julgamento moral” identificamos em 28 (vinte e oito) passagens; e a “indicação de solução”, por seu turno, visualizamos em 31 (trinta e um) trechos. Para melhor verificarmos os dados, elaboramos uma tabela, salientada a seguir.

Tabela 1: Expressão de interesses quantitativamente – Categoria/ nº de frases identificadas por editorial

Editorial (data)	Nº Problemas identificados	Nº Causas	Nº Julgamento moral	Nº Indicação de solução
01/01/2015	6	1	2	4
13/02/2015	2	1	1	2
13/03/2015	3	1	1	1
07/07/2015	4	4	1	1
08/08/2015	3	2	2	2
31/10/2015	2	4	2	8
04/12/2015	3	4	3	2
05/03/2016	2	2	5	3
18/04/2016	5	5	2	3
12/05/2016	5	7	3	2
01/09/2016	4	6	6	3
TOTAL:	39	37	28	31

Fonte: elaboração do autor, Bortoli (2019)

Notamos, por conseguinte, a partir dos dados coletados das análises editoriais que executamos, conforme “tabela 2”, dois principais pontos. O primeiro é que os interesses das classes dominantes foram identificados com destaque por meio da aplicação instrumental-analítica das categorias “problemas” (maior aparição) e “causas” (segunda maior incidência). O segundo, por sua vez, é que os interesses das classes dominantes, apesar de serem observados, principalmente, pela categoria “problemas”, puderam ser averiguados também nas demais categorias, sem grandes distorções entre elas: a diferença de quantitativo de frases salientadas por aplicação das categorias foi no máximo de 11 (onze) – da categoria mais efetiva para a identificação (problemas) para a menos satisfatória (julgamento moral).

Ainda, continuando a abordagem inicial, ressaltamos os destaques das categorias por análise de editorial. Nesse aspecto, cumpre-nos esclarecer que, ao examinar os textos jornalísticos, frisamos a(s) categoria(s) do instrumento de análise que se fizeram presentes de modo mais contundente, para a consecução do objetivo

geral do trabalho (ou seja, não necessariamente com mais frases realçadas): verificar como estão expressos os interesses das classes dominantes. Nessa linha, apresentamos os resultados: a primeira categoria destaca-se em 4 (quatro) editoriais; a segunda, em 4 (quatro) também; a terceira, em 3 (três); e a quarta, em 3 (três). Realçamos, Para elucidarmos, elaboramos a “tabela 3”.

Quadro 2: Expressão de interesses quantitativamente – Destaque da Categoria/ Editorial

Editorial (data)	Problemas identificados	Causas	Julgamento moral	Indicação de solução
01/01/2015	X			X
13/02/2015				X
13/03/2015	X			
07/07/2015	X	X		
08/08/2015			X	
31/10/2015				X
04/12/2015		X		
05/03/2016			X	
18/04/2016	X			
12/05/2016		X		
01/09/2016		X	X	
TOTAL:	04	04	03	03

Fonte: elaboração do autor, Bortoli (2019)

Diante das informações constatadas na “tabela 3”, podemos afirmar que, quantitativamente, a relação de “destaque de categoria/ editorial” é semelhante ao verificado na “tabela 2” “categoria/ nº de frases identificadas por editorial”, no que diz respeito à expressão dos interesses das classes dominantes: 1) as categorias “problemas identificados” e “causas” destacam-se; 2) as outras duas categorias estão realçadas em 3 editoriais cada, o que implica dizer que há harmonia, com mínima distinção de incidência relevante (um editorial) para as duas mais frequentes nesse quesito. Adentremos, agora, na segunda abordagem.

5.2 A EXPRESSÃO DOS INTERESSES DOMINANTES QUALITATIVAMENTE

Iniciando a segunda etapa analítica global dos resultados atinentes à observação dos editoriais, buscando desanuviar, com mais afinco, como estão

expressos os interesses das classes dominantes, qualitativamente, iremos salientar, por categoria e temáticas de incidência, como se representam, nos textos analisados, os anseios dominantes. Com efeito, para facilitar a compreensão, organizamos uma tabela que relaciona “data/ nome do editorial/ número que utilizaremos para a presente análise”, como segue:

Quadro 3: Relação “Data/ Nome do Editorial/ Número atribuído”

Editorial (data)	Editorial (nome)	Número atribuído
01/01/2015	Dificuldades em um ano de ajuste: margem de erro para Dilma ficou estreita	1
13/02/2015	Ajuste fiscal é que pode garantir conquistas sociais	2
13/03/2015	É prioritária a defesa das instituições	3
07/07/2015	Incertezas políticas agravam quadro econômico	4
08/08/2015	As agruras do PT ao som de panelaço	5
31/10/2015	Bases para um amplo acordo nacional contra a crise	6
04/12/2015	O FUTURO DE DILMA ROUSSEFF: Legalidade e legitimidade	7
05/03/2016	Uma reafirmação de princípios republicanos	8
18/04/2016	Um passo para o impeachment	9
12/05/2016	Novo marco de defesa da responsabilidade fiscal	10
01/09/2016	Para que jamais haja outro impeachment	11

Fonte: elaboração do autor, Bortoli (2019), a partir dos editoriais de “O Globo” selecionados.

Após o quadro elucidativo da “tabela 4”, passamos, imediatamente, à análise qualitativa da categoria “problemas identificados”. Inicialmente, parece-nos importante informar que, em 8 (oito) dos 11 (onze) editoriais, quando verificamos essa categoria, há citação direta à presidenta “Dilma Rousseff”; além disso, 10 (dez) dos jornais selecionados mencionam, no primeiro item analítico, explicitamente, Dilma, e/ou Lula, e/ou PT (apenas um faz menção implícita – editorial “06”).

Adicionalmente a constatação mencionada no parágrafo anterior, no que tange aos problemas econômicos e políticos que possam ter ensejado e/ou demonstrem o descontentamento das classes dominantes no contexto de crise, se sobressaem as próprias pautas econômicas e políticas que se relacionam com Dilma, Lula, PT (lulopetismo). Nesse contexto, salientamos que o problema agravamento (ou descontentamento) das crises econômica e política é mencionado em todos os textos (implicitamente, nos textos “7” e “8”; explicitamente, nos demais). Na categoria

“01”, outrossim, aparecem com constância os problemas (A) andamento do processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff (7, 9, 10 e 11); (B) falta de confiança do mercado (textos 1, 2 e 9); (C) escândalos na Petrobras (petrolão), mensalão, Lava-Jato (editoriais 3, 5 e 8); e (D) visão ideológica lulopetista (3 e 11).

Em face aos temas realçados na categoria “1”, podemos visualizar os interesses das classes dominantes nas páginas de “O Globo”, para além da menção constante a Dilma, Lula e PT na relação direta a crises e ao gerador do impedimento da presidenta, a partir das evidências relacionais dos interesses dessas classes com o agravamento das crises política e econômica, bem como com o processo de *impeachment*. Nessa perspectiva, é importante salientarmos que as classes dominantes, quando descontentes com o governo “de plantão”, por falta de atendimento satisfatório aos seus anseios, buscam, justamente, com a exaltação de expressões “agravamento de crises”, “legitimidade do *impeachment*”, “descontentamento do mercado”, com vistas a tencionar o jogo político na luta de classes, ressaltar seus objetivos: fortalecer o sistema capitalista e seu *status quo*; acumular, cada vez mais, riquezas, favorecendo o livre comércio e a consecução de mais lucros para o mercado; e, abordando-se o âmbito administrativo federal, consolidar governos que favoreçam suas metas econômicas e políticas em plenitude. Nessa linha, governos como o de Dilma se tornam “problemas”, pois, a partir do momento que não se guiam pelos olhos da burguesia, são tachados de ineficientes e propagadores de crises (que o próprio sistema capitalista causa), uma vez que não se enquadram na ideologia do bloco no poder, hegemônico pela fração burguesa financeira.

No concernente às causas, verificamos, nos enquadramentos salientados, que a palavra Dilma consta na maioria dos editoriais (5, 6, 7, 8, 10 e 11). Quando adicionamos os termos PT, governo ou Lula, só na edição “9” não há citação direta (indireta sim). Em acréscimo, podemos constatar que as causas da existência dos problemas do item “1” que demonstrem interesses das classes dominantes se evidenciam pelas seguintes abordagens temáticas: 1) políticas econômicas e iniciativas na área adotadas pelo governo federal (textos 1, 2, 4, 5, 6, 9, 10 e 11); 2) prosseguimento do *impeachment* (6, 7, 9, 10 e 11); 3) Lava-jato e desdobramentos da operação (4, 7, 8 e 11); 4) inabilidade política/ sectarismo ideológico de Dilma e PT (3 e 11). Notamos, a partir dos quatro eixos salientados, que os interesses das

classes dominantes se expressam, nesta categoria, também, pela ação ou inércia de Dilma e PT na área econômica e política.

Nos editoriais, em face da categoria “causas”, se evidenciam passagens críticas à política econômica adotada pelo governo federal, como as despesas obrigatórias em áreas sociais (educação e saúde, por exemplo), a não implementação do ajuste fiscal ao agrado da burguesia; os “gastos públicos” em ascensão, a alta da inflação. Ainda, paralelamente à abordagem direta econômica, realçamos as causas políticas nas linhas dos textos jornalísticos, através da menção da inabilidade do governo em negociar no Congresso Nacional e da própria identidade ideológica do PT. Adicionalmente, por fim, visualizamos o prosseguimento do impeachment de Dilma Rousseff e os desdobramentos da operação Lava-Jato como causas relevantes, na abordagem de “O Globo”, para a imersão do país em uma profunda crise política e econômica.

Diante da perspectiva trabalhada no parágrafo anterior, constatamos que há evidências da expressão dos interesses das classes dominantes nos editoriais, no que se refere à seleção temática da categoria “2” do instrumento de análise: é notório, no bojo da luta de classes, que as causas dos problemas serão advindas dos adversários que supostamente geram os transtornos, no caso, o PT. Nesse contexto, Dilma e o PT, ao estarem diante de uma crise econômica originada no seio do sistema capitalismo, são os causadores da própria crise, seja pela implementação de projeto econômico que não satisfaça a burguesia, seja pela ideologia partidária, contrária ao pensamento ideológico das classes dominantes.

Ademais, a continuidade de destaque, nas páginas nos jornais, sobre operação Lava-Jato e seus desdobramentos, com enfoque associativo ao PT, Dilma e Lula, nos fornece indícios de seletividade de nexos causal da vinculação aos problemas (político/econômicos) pelo que o país passava ao próprio Planalto. Nesse sentido, “O Globo” denota correspondência ativa aos anseios das classes dominantes, que, frente à conjuntura nacional, buscavam, a partir de denúncias de corrupção, associar o governo federal a todo o mal pelo qual o Brasil passava, visando ao aprofundamento da crise, desestabilização do executivo federal e a destituição da presidente, para que, assim, a burguesia reiniciasse a busca ao apogeu da concretização de seus interesses.

Na terceira categoria (julgamento moral), visualizamos, também em abundância, como nas duas primeiras, a presença da palavra “Dilma” (editoriais 1, 4,

8, 9 e 11) e PT ou lulopetismo (5, 6, 7 e 10). Observando os editoriais, verificamos a recorrência de julgamentos adjetivados, em especial, das ações da presidente e do seu partido, no que diz aos encaminhamentos do governo na pauta econômica, como podemos observar através das seguintes expressões destacadas: erros crassos (1), aberrações (2), estratégia/visão ideológica tosca (6 e 10), hecatombe econômica (9), estelionato eleitoral (7 e 11). Essas palavras, à exceção de “estelionato”, estão, nos textos, inseridas em crítica, em tom elevado, ao projeto econômico implementado por Dilma Rousseff: o jornal enfatiza que não há espaço para não implementação do ajuste fiscal; que as movimentações do governo em retardar as reformas da previdência, trabalhistas, entre outras, é um equívoco “tosco”, uma “aberração”. Ainda, no que se refere ao mencionado “estelionato eleitoral”, “O Globo”, em abordagem distinta, acusa Dilma de ter traído seus eleitores, quando ela sinaliza, através da nomeação de Joaquim Levy ao Ministério da Fazenda, que implementaria a austeridade fiscal. Notamos, então, que a crítica contundente, no que tange ao julgamento moral, se identifica, por meio da pauta econômica, independente da execução ou não do ajuste fiscal defendido pelo editorial. Nesse item reside a expressão dos interesses da burguesia.

Os interesses das classes dominantes expressam-se, com efeito, via conectores adjetivos que julgam o projeto econômico de Dilma Rousseff implementado no governo federal, indistintamente se há sinalização de implementação de ajuste fiscal: recuando na contenção de “gastos”, na implementação de reformas estruturais, na desvinculação das despesas obrigatórias do orçamento, ela, na lógica dominante, é tachada de conduzir a economia de modo tosco, pela sua “nefasta” visão ideológica; por outro lado, dialogando com o mercado e dando indícios de que efetivaria o plano de austeridade, a presidenta também é acusada, mas agora de estelionato eleitoral, por ter “enganado” seus eleitores, quando da campanha. Estamos, por conseguinte, perante do “se correr, o bicho pega; se ficar, o bicho come”. E não é por acaso.

Os editoriais, ao adjetivar Dilma e seu governo, quando da execução da sua política econômica, independente da trajetória a que ela siga, evidenciam a presença dos interesses das classes dominantes: no Estado capitalismo contemporâneo, quando o bloco no poder está descontente com os rumos de determinado governo pela não observância plena de seus interesses, a saída é o tensionamento político (acusatório). Nesse sentido, se estivéssemos em um jogo, a

burguesia atacaria de qualquer modo, pois só pontua quem ataca, não importando se o gol for de cabeça, pé ou mão.

Continuando a dissertação sobre o item “3” do instrumento de análise, para além do viés econômico examinado, há incidência de julgamento moral que se direciona, essencialmente, ao PT como organização. Nessa seara, salientamos que o jornal faz acusações sérias, em tom elevadíssimo, contra o Partido dos Trabalhadores, direta ou indiretamente, como salientamos a seguir: A) fascismo vestido de vermelho e branco (MST) – 3; B) esquema lulopetista (Petrobras) - 1 e 8; C) organização criminosa (10); D) esquema lulopetista – editoriais 1 e 8); e E) “nem o militar mais furioso da ditadura militar de 64 fez tanto mal à esquerda quanto o PT” (5). Ao manifestar-se desse modo, inclusive adjetivando o PT como arrogante (5 e 10) e medíocre (6), “O Globo”, nos parece, expressa interesses das classes dominantes já mencionados anteriormente: a partir da tentativa de desacreditar o PT, via inserção de dúvida sobre a seriedade e idoneidade do partido, se planta uma semente que dá frutos que se espalham pelo país e ingressam aos lares da população, aprofundando o tensionamento político na conjuntura nacional, acirrando a luta de classes, desfavorecendo o governo federal (já fragilizado e com correlação de forças desfavorável) e fortalecendo a burguesia descontente com o comando do Planalto.

Iniciamos as considerações acerca da última categoria do instrumento de análise. Nesse sentido, verificamos que, nas frases realçadas como “identificação de solução”, para além da menção direta (1 e 7) e indireta (5, 8, 9 e 11) a Dilma, o que se sobressai são, principalmente, as soluções ligadas à pauta econômica do país: (A) palavras “ajuste” e “austeridade” fiscal aparecem nos editoriais 1, 2, 4, 5 (indiretamente), 6, 10 e 11; e (B) a necessidade de resgatar a “confiança do mercado” consta nos textos 1 e 6.

Na perspectiva de “O Globo” de defender, constantemente, o ajuste fiscal e de exaltar a preocupação com o mercado, é que reside a expressão dos interesses das classes dominantes nos editoriais do jornal. Nesse sentido, é importante relembrarmos que o Estado contemporâneo, sendo um terceiro necessário na relação entre capital e trabalho, permite que haja reprodução capitalista, com exploração da força de trabalho assalariada servindo à acumulação de capital (e vice-versa), em uma dinâmica controversa, mas inerente e vital ao sistema capitalista. Nessa seara, o Estado tem como incumbência ser o fator de coesão

nacional dos níveis de formação social (do todo social), visando à reprodução harmônica do sistema capitalista, mantendo o *status quo* de predominância de interesses de dominantes sobre dominados.

Defender o ajuste ou austeridade fiscal, por conseguinte, é, justamente, atuar pela permanência da formação social que seja estável para o sistema capitalista: para a reprodução do capital em medida satisfatória, sobretudo para os interesses da fração da burguesia financeira, é essencial que sejam aplicadas políticas de ajuste fiscal. Essa afirmação verifica-se a partir da evidência de que a lógica da austeridade reside, justamente, na diminuição de gastos em áreas sociais, no congelamento de salários, na ampliação da terceirização (com relação e condições de trabalho precarizadas), na privatização de empresas estatais, almejando à estabilização do mercado financeiro e a, conseqüentemente, maior apropriação de riquezas por parte da burguesia. Há, portanto, via defesa da política econômica atrelada ao ajuste, benefícios para as classes dominantes, em detrimento das classes dominadas (proletariado, campesinato).

Em complemento, ainda na abordagem relativa à categoria “4”, averiguamos que são soluções indicadas pelo jornal, alinhadas aos interesses das classes dominantes, o *impeachment*/ impedimento de Dilma Rousseff (7, 9 e 11) e o fortalecimento das instituições (3, 7 e 11). Nessa perspectiva, relevante frisarmos que, mesmo que o Estado capitalista tenha como uma das características a sua autonomia relativa, ou seja, a de propiciar, excepcionalmente, em determinadas conjunturas, a consecução de alguns interesses da classe trabalhadora (reajustes salariais; expansão de programas sociais como “Minha Casa, Minha Vida; ampliação de acesso a Universidades públicas; criação de Institutos Federais, para proporcionar ensino técnico e superior gratuito em áreas mais distantes dos grandes centros urbanos), o que se revela, necessariamente, exceção diante do sistema capitalista.

Nessa ótica, quando “as exceções” se tornam muito constantes, há a incidência do bloco no poder (da burguesia financeira em especial), para que os rumos harmônicos para a reprodução do capital sejam retomados. Justamente, aí, contata-se que os interesses das classes dominantes, no momento histórico em que o Brasil se encontrava, convergem à saída da presidência Dilma do Planalto (solução), para que haja novo governo, o qual deverá observar mais atentamente os anseios da burguesia, para que não tenha o mesmo destino da destituída presidente.

Concluindo a segunda abordagem analítica global, realçamos que “O Globo”, ao abordar como solução a fortalecimento das instituições (3, 7, 11), expressa, outrossim, interesses das classes dominantes. Com efeito, se as instituições do sistema capitalista estão fortalecidas e orientadas para o seu fim (propiciar uma salutar reprodução do capital, com a exploração da força de trabalho, em benefício da acumulação de riquezas), a burguesia e seus interesses se consolidam.

5.3 A EXPRESSÃO DOS INTERESSES NAS CLASSES DOMINANTES E A SÍNTESE DOS RESULTADOS

Encerrando o capítulo, importante, agora, destacarmos qual fração de classe teve seus interesses, evidentemente, mais expressos nas páginas dos editoriais de “O Globo”. A resposta não nos parece difícil de obter, pois, constantemente, nos textos observados, conforme as análises individuais e as abordagens analíticas globais trabalhadas até aqui, há menção à necessidade de ajuste fiscal, à política econômica de austeridade. Adicionalmente, constatamos, também, em alguns momentos de forma explícita, a forte preocupação de “O Globo” com o pagamento dos juros e amortizações da dívida pública brasileira (explicitamente, nos editoriais 1, 6 e 10; implicitamente, nos textos 2, 4 e 10).

Ainda, ao abordar também a preocupação com o mercado financeiro (textos 1, 2, 5, 6, 9 e 10), o Globo nos remete, mais diretamente, à resposta a nossa pergunta. A fração de classe dominante que observamos em destaque nos editoriais do jornal corresponde, por conseguinte, à fração burguesa financeira.

Após a análise dos editoriais isoladamente e da análise global (dos textos em conjunto) mediante três abordagens (quantitativa, qualitativa e de incidência de fração de classe), cumpre-nos, fechando o desenvolvimento da pesquisa, resumir os resultados a que chegamos, no que tange à expressão dos interesses das classes dominantes nos editoriais “O Globo”, em um período caracterizado pela crise e pelo *impeachment* de Dilma Rousseff. Nesse contexto, há evidências que nos levam a afirmar que os interesses das classes dominantes se verificam nos textos jornalísticos observados da seguinte forma: (1) por meio, principalmente, da categoria “problemas identificados” (quando observamos quantitativamente as frases destacadas no enquadramento analítico); (2) através das categorias “problemas” e

“causas” (na perspectiva quantitativa, momento em que salientamos as categorias que se destacam nos editoriais, para a consecução dos objetivos do trabalho).

Qualitativamente, por seu turno, há indícios de que os interesses das classes dominantes se visualizam nos editoriais, a partir das categorias do instrumento de análise, do modo a seguir. Na categoria “problemas identificados”, por meio da menção relacional de Dilma/ PT/ Lulopetistas com o agravamento das crises política/ econômica e com o processo de *impeachment*, na segunda categoria (“causa”), pelas citações das políticas econômicas e iniciativas na área adotadas pelo governo federal, pelo prosseguimento do impeachment, pela menção constante à Lava-jato e aos desdobramentos da operação, bem como pelas frases que visam a sugerir “inabilidade política/ sectarismo ideológico” de Dilma e PT; na categoria “3” (julgamento moral), pelas passagens atinentes aos julgamentos adjetivados, em especial, das ações da presidente e do seu partido, no que se refere aos encaminhamentos do governo na pauta econômica; e, por fim, na última categoria (“indicação de solução”), pela presença de trechos que denotam a busca de “soluções” ligadas à pauta econômica do país (palavras “ajuste” e “austeridade” fiscal; necessidade de resgatar a “confiança do mercado”), assim como pelas sentenças de apoio ao impeachment/ impedimento de Dilma Rousseff e pelo destaque ao fortalecimento das instituições.

Por fim, os interesses das classes dominantes expressam-se, nos editoriais de “O Globo”, frente a evidências observadas, sobretudo, pelos trechos que demonstram os anseios da fração de classe burguesa financeira. Encerrando o desenvolvimento do trabalho, passaremos, no próximo capítulo, às conclusões.

6 CONCLUSÃO

Buscamos, neste trabalho, responder à pergunta acerca de como estão expressos os interesses das classes dominantes nos editoriais do jornal “O Globo”, em contexto de crise política, à época do impedimento de Dilma Rousseff. Para tanto, inicialmente, apresentamos as características do Estado contemporâneo, por essência, capitalista, ressaltando sua função de terceiro garantidor da consecução da reprodução do sistema capitalista. Nessa perspectiva o Estado, na lógica do capital, é necessário para a manutenção do *status quo*, ou seja, para que haja continuidade da exploração da força de trabalho assalariada, em benefício da acumulação de riqueza por parte do explorador (as classes dominantes - burguesia). Com efeito, o Estado tem o compromisso com a harmonia do sistema capitalista perante a formação social (o todo social), em meio à luta de classes, buscando, como nos ensina Poulantzas (1977, p. 187), o “equilíbrio instável de compromisso”, o que implica dizer que, momentaneamente, diante da conjuntura, pode haver pequeno sacrifício por parte das classes dominantes, a fim de que a classe proletária tenha alguns interesses satisfeitos, através de políticas de inclusão ao ensino superior, distribuição de renda e programas de governo habitacionais, por exemplo. Essa é a chamada autonomia relativa do Estado, em face ao capitalismo. Mas qual o grau de “flexibilidade” dessa autonomia relativa? Qual o fator limitante do atendimento de anseios da classe proletária?

Para responder aos questionamentos, adentramos na segunda parte fundamental da pesquisa, em que trabalhamos os seguintes temas: a crise e, posteriormente, o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff. Ao abordarmos a crise brasileira, apresentamos, conforme nos ensina Armando Boito Jr. (2016), suas causas preponderantes: a “ofensiva política restauradora” da direita neoliberal; e a postura de “recuo passivo” do governo Dilma diante da ofensiva. Adicionalmente, Mascaro (2018) explica que a crise é determinada (1) economicamente pelas contradições da forma-mercadoria (quanto à acumulação e valorização do valor) e da forma-política (no que se refere aos modelos de administração política da economia e à luta de classes); e sobredeterminada (2) pela incidência da forma-jurídica (em sua consonância com a forma política estatal, alinhando-se ao aparato

estatal). Nesse ponto “crise” realçado, reside a resposta às perguntas do parágrafo anterior.

A crise brasileira, consoante buscamos demonstrar, advém da própria crise estrutural do sistema capitalista. No entanto, como os interesses das classes dominantes não podem, na lógica do sistema vigente, deixar de ser concretizados de modo amplamente satisfatório, independente da conjuntura, se busca uma solução: a reivindicação do “bloco no poder”, em especial, da fração hegemônica momentânea, burguesia financeira, para que cessem as concessões excepcionais feitas às classes dominadas e se implemente o ajuste fiscal (contenção de gastos, retiradas de direitos; reformas estruturais – previdência, fiscal, trabalhista). Eis, por conseguinte, a resposta às indagações: o exercício da autonomia relativa do Estado, para atender pequenos anseios dos trabalhadores, esbarra na indignação das classes dominantes. Nesse sentido, como o sistema capitalista deve ser mantido, os interesses dos dominados, diante de conjuntura política e econômica turbulenta, não devem ser observados, visto que, afinal, o Estado contemporâneo deve propiciar que haja reprodução de capital de forma eficaz. Surge, então, o que nos pareceu, diante de indícios levantados no trabalho, a solução da burguesia: o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, eleita pelo voto popular por mais de 54 milhões de brasileiras e brasileiros.

Na subseção “mídia”, por seu turno, destacamos o papel das grandes corporações empresariais (como as organizações *Globo*), que se consolidam, perante o sistema capitalista, como aparelhos ideológicos do Estado contemporâneo, alinhados, portanto, às reivindicações das classes dominantes, em busca da estabilidade do sistema, com vistas à acumulação de riquezas, pela via da ampliação do lucro a ser faturado. Ainda, no que se refere à mídia, importante salientar que, quando há poucas potências midiáticas em um país, como ocorre no Brasil (mesmo que a Constituição Federal proíba o oligopólio existente), a expansão das ideias da classe burguesa tendem a se intensificar, pois a grande mídia, como podemos notar no decorrer deste trabalho, nas páginas do jornal “O Globo”, carece de espírito democrático, no que concerne ao princípio da pluralidade e diversidade de ideias. Contudo, não podemos deixar de destacar, diante dos indícios levantados pela pesquisa, há coerência em “O Globo”: como fiel escudeiro da burguesia.

A partir da abordagem teórica, iniciamos a análise empírica da pesquisa, visando à elucidação do objetivo geral do trabalho: verificar como estão expressos os interesses das classes dominantes nos editoriais do jornal “O Globo”, em meio ao contexto de crise política e *impeachment*. Após a coleta de dados, consistente em observação/leitura de 1.077 editoriais, fizemos uma pré-seleção de textos, destacando os que continham as palavras “Dilma” e “*impeachment*, impedimento ou crise”, restando 283; passo contínuo, aplicamos o terceiro critério de seleção (relevância ao objetivo do trabalho e presença das quatro categorias do instrumento de análise elaborado), resultando em 11 editoriais analisados. Face aos onze textos jornalísticos, procedemos às análises individuais, aplicando o instrumento analítico criado, através da extração de frases dos textos que evidenciam interesses das classes dominantes, dividindo a aplicação por categoria (“problemas identificados”; “causas”; “julgamento moral”; e “indicação de solução”).

No último capítulo, por conseguinte, desanuviamos o problema de pesquisa. Chegamos, nessa perspectiva, aos seguintes resultados, no concernente à expressão dos interesses das classes dominantes nos editoriais “O Globo”, em um período caracterizado pela crise e pelo *impeachment* de Dilma Rousseff: há evidências que nos levam a afirmar que os interesses das classes dominantes se verificam nos textos jornalísticos observados (1) por meio, principalmente, da categoria “problemas identificados” (quando observamos quantitativamente as frases destacadas no enquadramento analítico); (2) através das categorias “problemas” e “causas” (na abordagem quantitativa, quando frisamos as categorias que se destacam nos editoriais, para a concretização dos objetivos da pesquisa).

Na verificação qualitativa, por sua vez, constatamos que os interesses das classes dominantes se visualizam, nos textos objetos de análise, da seguinte forma, por categoria: “problemas identificados”, via menção relacional de Dilma/ PT/ Lulopetistas com o agravamento das crises política/ econômica e com o processo de *impeachment*; na categoria “causas”, pelas citações das políticas econômicas e iniciativas na área adotadas pelo governo federal, pelo prosseguimento do *impeachment*, pela menção constante à Lava-jato e aos desdobramentos da operação, bem como pelas frases que visam a sugerir “inabilidade política/ sectarismo ideológico” de Dilma e PT; na terceira categoria (julgamento moral), pelas passagens referentes aos julgamentos adjetivados, em especial, que tratam das ações da presidente e do seu partido, no que diz respeito aos encaminhamentos do

governo na pauta econômica; e, por derradeiro, na quarta categoria (“indicação de solução”), pela presença de trechos que denotam a busca de “soluções” ligadas à pauta econômica do país (palavras “ajuste” e “austeridade” fiscal; necessidade de resgatar a “confiança do mercado”), assim como pelas sentenças de apoio ao *impeachment*/ impedimento de Dilma Rousseff e pelo destaque ao fortalecimento das instituições.

Observamos, ainda, que os interesses das classes dominantes se expressam, nos editoriais de “O Globo”, outrossim, em face das evidências realçadas, em destaque, pelos trechos que demonstram os anseios da fração de classe burguesa financeira. Encerramos, nessa seara, com Marx (2014, p. 23): “a história de toda sociedade até nossos dias é a história da luta de classes”.

Por fim, no que se refere às limitações com que nos deparamos, destacamos (1) o acesso aos editoriais, somente disponível mediante assinatura do jornal; (2) a grande quantidade de editoriais observados, o que dificultou a seleção dos mais relevantes à pesquisa, apesar da aplicação dos critérios para seleção de amostragem. Quanto aos estudos futuros, por sua vez, pretendemos, a partir deste trabalho, produzir artigos que visem a contribuir com o debate acerca da mídia enquanto aparelho ideológico e da expressão de interesses das classes dominantes nos meios de comunicação, ampliando o estudo a outros jornais de expressão no Brasil.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, V. Contribuições da análise do enquadramento noticioso para as pesquisas em comunicação. **Revista Temática**. Paraíba, Ano XIII, n. 05 maio de 2017. NAMID/UFPB. Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/index.php/tematica/article/view/34307/17548>>. Acesso em 14 set. 2019.
- BASTOS, P. Ascensão e crise do governo Dilma Rousseff e o golpe de 2016: poder estrutural, contradição e ideologia. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, n. esp., 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rec/v21n2/1415-9848-rec-21-02-e172129.pdf>>. Acesso em: 01 dez. 2019.
- BATISTA, I. **O Estado brasileiro, os interesses de classe e a reformulação do Mercosul (2003-2010)**. 2018. 179 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul., Porto Alegre, 2018.
- BOITO JR., A. A natureza da crise política brasileira. **Le Monde Diplomatique – Brasil**, São Paulo, n. 104, março de 2016. Disponível em: <http://adunicamp.org.br/novosite/wp-content/uploads/2016/03/Le_Monde_Diplomatique_Brasil_2016_Reduzido.pdf>. Acesso em: 07 set. 2019.
- BRASIL. **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 08 set. 2019.
- CARVALHO, C. **Guia de elaboração de um projeto**. Porto Alegre. 2019. Disponível em: <https://moodle.ufrgs.br/pluginfile.php/2690032/mod_resource/content/0/GU-01_GUIA_DE_ELABORA%C3%87%C3%83O_DE_UM_PROJETO.pdf>. Acesso em: 13 set. 2019.
- COELHO, C.; PERSICHETTI, S. (orgs.). **Política, mídia e espetáculo**. – 1. ed. – São Paulo: Cásper Líbero, 2018.
- GIL, A. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.
- GÖRGEN, J. Sistema Central de Mídia: Conglomerados de comunicação no Brasil. In: WEBER, M. H.; COELHO, M.; LOCATELLI, C. (Org.). **Comunicação pública e política - pesquisa e práticas**. Florianópolis: Insular, 2017, p. 483 – 508.
- GUAZINA, L.; PRIOR, H.; ARAÚJO, B. Enquadramentos de uma crise: o *impeachment* de Dima Rousseff em editoriais nacionais e internacionais. In: GUAZINA, L.; PRIOR, H.; ARAÚJO, B. (orgs.). **(Des)construindo uma queda: a mídia e o impeachment de Dilma Rousseff**. Florianópolis: Insular, 2019, p. 83-105.

JINKINGS, I.; DORIA, K.; CLETO, M. (orgs.). **Por que gritamos golpe?:** para entender o impeachment e a crise política no Brasil. 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2016.

MARX, K. **Trabalho Assalariado e Capital.** Tradução de José Barata-Moura e Álvaro Pina. Lisboa: Edições Avante!, 2006.

MARX, K; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista: 1848.** Tradução de Sueli Tomazini Barros Cassal. Porto Alegre: L&PM, 2014.

MASCARO, A. **Crise e Golpe.** São Paulo: Boitempo, 2018.

_____. Dinâmica da crise e do golpe: de Temer a Bolsonaro. **Margem Esquerda: Revista da Boitempo.** São Paulo, n. 32, p. 25–32, mai. 2019.

_____. **Estado e Forma Política.** São Paulo: Boitempo, 2013.

MASTRINI, G.; AGUERRE, C. Muitos problemas para poucas vozes: a regulamentação da comunicação no século XXI. In: MARTINEZ, A. V. (Org.). **A mídia entre regulamentação e concentração.** Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2008, p. 39-62.

MATTELART, A; MATTERLAT, M.; PICCINI, M. **Los medios de comunicacion de massas:** la ideologia de la prensa liberal. Argentina: El Cid Editor, 1976.

MORAES, D. **Vozes abertas da América Latina:** políticas públicas e democratização da comunicação. Rio de Janeiro: Mauad X, Faperj, 2011.

O GLOBO. **Ajuste fiscal é que pode garantir conquistas sociais.** São Paulo, 13 fev. 2015. Opinião, p. 14.

O GLOBO. **As agruras do PT ao som de panelaço.** São Paulo, 08 ago. 2015. Opinião, p.18.

O GLOBO. **Bases para um amplo acordo nacional contra a crise.** São Paulo, 31 out. 2015. Opinião, p.16.

O GLOBO. **Dificuldades em um ano de ajuste: margem de erro para Dilma ficou estreita.** São Paulo, 01 jan. 2015. Opinião, p. 18.

O GLOBO. **É prioritária a defesa das instituições.** São Paulo, 13 mar. 2015. Opinião, p. 22.

O GLOBO. **Incertezas políticas agravam quadro econômico.** São Paulo, 07 jul. 2015. Opinião, p. 14.

O GLOBO. **Novo marco de defesa da responsabilidade fiscal.** São Paulo, 12 mai. 2016. Opinião, p.22.

O GLOBO. **O FUTURO DE DILMA ROUSSEFF: Legalidade e legitimidade.** São Paulo, 04 dez. 2015. Opinião, p.20.

O GLOBO. **Para que jamais haja outro impeachment.** São Paulo, 01 set. 2016. Opinião, p.16.

O GLOBO. **Um passo para o impeachment.** São Paulo, 18 abr. 2016. Opinião, p.18.

O GLOBO. **Uma reafirmação de princípios republicanos.** São Paulo, 05 mar. 2016. Opinião, p.20.

OSORIO, J. **O Estado no Centro da Mundialização: a sociedade civil e o tema do poder.** Tradução de Fernando Correa Prado. 1º ed., São Paulo: Outras Expressões, 2014.

PMDB. **Uma ponta para o futuro.** Brasília: Fundação Ulysses Guimarães, 2015

POULANTZAS, N. **As Classes Sociais no Capitalismo de Hoje.** Tradução de Antonio Roberto Neiva Blundi. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974.

_____. **Poder Político e Classes Sociais.** Tradução de Francisco Silva; revisão de Carlos Roberto F. Nogueira. São Paulo: Martins Fonte, 1977.

PRADO, J.; PRATES, V. O significante “povo brasileiro” na crise política do *impeachment* de Dilma Rousseff. In: GUAZINA, L.; PRIOR, H.; ARAÚJO, B. (orgs.). **(Des)construindo uma queda: a mídia e o *impeachment* de Dilma Rousseff.** Florianópolis: Insular, 2019, p. 47-65.

ROESCH, Sylvia M. A. **Projetos de estágio e de pesquisa em administração.** Guia para estágios, trabalhos de conclusão, dissertações e estudos de caso. 3ª ed., São Paulo: Atlas, 2012.

APÊNDICE A – EDITORIAIS OBSERVADOS

Data da Publicação	Título do Editorial	Critério 1	Critério 2	Critério 3
Legenda →	■ pré-selecionado ■ selecionado □ não selecionado ■ fuga ao tema ■ critérios em textos distintos	Constar “Dilma”	“crise”, ou “impeachment”, ou “impedimento”	# - alta relevância
01/01/15	Dificuldades em um ano de ajuste: margem de erro para Dilma ficou estreita*	sim	sim	###
02/01/15	Imposto sobre grandes fortunas	não (PT)	não	
03/01/15	Ajuste traz Dilma de volta à vida real/ Xenofobia e populismo na Europa	sim	não (ajuste fiscal)	
04/01/15	Redução da jornada de trabalho	não (PT)	sim	
05/01/15	O renascimento da indústria naval	sim	não (instabilidade econômica)	
06/01/15	ANP é parte do escândalo do gasoduto/ Estado do Rio tem de considerar queda do petróleo	sim	não (escândalo)	
07/01/15	Ajuste fiscal precisa se concentrar no corte de gastos*/ Campanha de 2018 já começou no PT*	sim	sim (impeachment)	##
08/01/15	O longo braço da intolerância e da barbárie/ A árdua tarefa do novo chanceler	sim	sim (crise Argentina)	
09/01/15	Nada justifica atacar a liberdade de expressão/ Desemprego é herança do primeiro mandato*	sim	sim	
10/01/15	Governo foi o causador da crise na Petrobras*/ Partidos de extrema-direita ganham força na Europa	sim	sim	
11/01/15	Ministério testa habilidade política de Dilma	sim	não	
12/01/15	Delação premiada	não (mensalão petista)	não	
13/01/15	O risco de o país retroceder na política de drogas/ A hora dos moderados no islamismo	não	não	
14/01/15	A Petrobras que atua no paralelo/ Realismo tarifário na energia é passo na direção certa	não (lulopetismo/governo)	sim	
15/01/15	A educação não para de preocupar/ Riscos de a desordem urbana anular avanços das UPPs	não	não	
16/01/15	A busca pela impunidade no petróleo/ Pauta para o Brasil ser mais competitivo	sim	não (escândalo de corrupção)	
17/01/15	Ajuste esbarra em herança da contabilidade criativa/ Queda de petróleo muda perspectiva de investimentos	não (governo/ Planalto)	sim	
18/01/15	Prevenção contra a seca não pode esperar/ A dificuldade de a França acolher árabes e judeus	não	não	
19/01/15	Saneamento e responsabilidade na gestão dos clubes	sim	não	
20/01/15	Petrobras admite prejuízos com a corrupção/ Morte de procurador argentino exige investigação clara	sim	não	
21/01/15	Populismo tarifário, obras atrasadas e seca*/ Manobra contra PMDB degrada quadro partidário	sim	sim	##
22/01/15	“Desenvolvimentistas” manobram contra Levy*/ Ações sociais para mudar o rumo do programa de UPPs	sim	sim	##

23/01/15	É inútil tentar esconder a crise energética*/ A nova estratégia de Cristina Kirchner no caso Nisman	sim	sim	
24/01/15	Táticas para escapar da justiça no petróleo/ Injeção de euro ajuda o Brasil a prosseguir com ajuste	sim	não (ajuste fiscal)	
25/01/15	Não imitar São Paulo na crise de abastecimento/ Uma eleição que vai além da própria Grécia	não	sim	
26/01/15	Hidrelétricas na Amazônia	não	não	
27/01/15	Romper o silêncio e apoiar a equipe econômica/ Grécia entre o populismo e o pragmatismo	sim	não	
28/01/15	Tese de petista pode acelerar processo do petróleo/ Bolsas perdidas e a circulação de armas	não	não	
29/01/15	Dilma assume ajuste fiscal, mas precisa ser coerente*/ Petrobras continua a perder um tempo precioso	sim	sim	
30/01/15	Condenar os corruptos e preservar as empresas/ PPPs ajudarão Estado do Rio a manter empregos	sim	não	
31/01/15	E o lulopetismo desestabilizou a Petrobras/ A nova estratégia americana na Síria	não (lulopetismo/ PT)	sim	
JANEIRO_2015	TOTAL DE TEXTOS DE EDITORIAIS: 54 *TEXTOS PREV. SELECIONADOS (C1 e C2): 09			
01/02/15	Desperdício de água impõe a empresas melhorar operações/ É preciso evitar a intolerância religiosa no Brasil	não	sim	
02/02/15	Negociação das dívidas dos clubes de futebol	sim	sim (crise futebol)	
03/02/15	Derrota na Câmara condiciona o segundo mandato/ A ameaça do Boko Haram não se limita à Nigéria	sim	não (dificuldades/ Eduardo Cunha)	
04/02/15	A inevitável saída de Graça Foster*/ País desconhece sua real capacidade de gerar energia	sim	sim	
05/02/15	Blindar a Petrobras contra o fisiologismo*/ Crise se agrava, e Madura radicaliza	sim	sim	
06/02/15	Como entender a reforma política de Cuba/ O Guandu e o desafio de garantir o abastecimento	sim	não (escândalo de rouba-lheira)	
07/02/15	A frustrante escolha para a Petrobras*/ O petróleo chegou de vez ao PT	sim	sim	
08/02/15	Perseverança para atingir as metas fiscais/ O perigo de os rios voadores secarem	sim	não (pedaladas – primeira menção)	
09/02/15	Proibição do financiamento de campanha por empresas	não	não	
10/02/15	Ocupação do Estado foi a base do petróleo/ A Grécia entre o discurso e a vida real	sim	não (escândalo)	
11/02/15	O inconcebível ataque ao ajuste fiscal/ Crise na Venezuela abrange narcotráfico e terror	sim	sim (Venezuela; ajuste/ cenário de desastre)	
12/02/15	As enganosas tentações do sistema eleitoral do distrito/ *Inflação alta em janeiro corrige o passado	sim	sim	
13/02/15	Ajuste fiscal é que pode garantir conquistas sociais*/ Cessar-fogo na Ucrânia gera otimismo desafiado	sim	sim	###
14/02/15	PT tenta difícil volta por cima no petróleo/ Grécia e credores à mesa de negociação	não (PT)	não (escândalo/ petróleo)	
15/02/15	ECA não recupera menor infrator e desprotege sociedade/ Uma tragédia que se repete no Mediterrâneo	não	sim (crise humanitária – imigrações na UE)	

16/02/15	A política dos conselhos populares	sim	não	
17/02/15	Novas regras de campanhas eleitorais	sim	não	
18/02/15	**Edição não disponível nos acervos de O Globo			
19/02/15	Cardozo fragiliza discurso sobre corrupção/ Putin mantém no papel cessar-fogo na Ucrânia	não (PT/ Planalto)	sim (crise - Ucrânia)	
20/02/15	Erros em informatização refletem má gestão no SUS/ Marchas revelam a indignação na Argentina	não	sim (crise – Argentina)	
21/02/15	**Edição não disponível nos acervos de O Globo			
22/02/15	**Edição não disponível nos acervos de O Globo			
23/02/15	Responsabilidade fiscal	sim	não (pedaladas)	
24/02/15	Manipulação política em torno da Petrobras/ Brasil mantém silêncio conivente sobre Venezuela	sim	sim (impeachment Paraguai; escândalo/ rouba-lheira)	
25/02/15	**Edição não disponível nos acervos de O Globo			
26/02/15	Dilma precisa governar, e PT assumir o ajuste/ Petrobras só se recupera sem ingerências políticas	sim	não (ajuste fiscal/ fracasso/ naufrágio)	
27/02/15	**Edição não disponível nos acervos de O Globo			
28/02/15	**Edição não disponível nos acervos de O Globo			
FEVEREIRO_2015	TOTAL DE TEXTOS DE EDITORIAIS: 39 *TEXTOS PREV. SELECIONADOS (C1 e C2): 05 **Edição não disponível (06)			
01/03/15	**Edição não disponível nos acervos de O Globo			
02/03/15	Os 25 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente	não	não	
03/03/15	Elevação de impostos e imprevisibilidade afetam ajuste/ Direitos civis não podem ficar sob risco de retrocessos	sim	não (ajuste fiscal)	
04/03/15	Devolução é chance para governo melhorar ajuste/ Kremlin dissemina violência na Rússia de Putin	sim	sim (crise – Rússia; ajuste fiscal)	
05/03/15	Resta ao governo Dilma governar*/ Petrobras precisa encolher para se recuperar	sim	sim (crise econômica e política)	##
06/03/15	É necessário o remédio amargo do juro/ O infrutífero comício de Netanyahu nos EUA	não	sim (crise hídrica)	
07/03/15	O Brasil não pode parar/ Judiciário congestionado é um problema eterno	não (governo/ lulopetistas)	não (escândalo de corrupção)	
08/03/15	Estados e municípios não podem postergar ajuste fiscal/ A vertiginosa queda de prestígio do governo Peña Nieto	não	não (ajuste fiscal)	
09/03/15	Delação premiada	não (lulopetismo/governo)	não (corrupção lulopetista)	
10/03/15	Panelaço é rejeição a velhas desculpas*/ Unasul sem legitimidade para mediar crise na Venezuela	sim	sim (crise atual)	##
11/03/15	Levy alerta para a estagnação se não houver ajuste/ Delação premiada serve de aula de fisiologismo	sim	não (escândalos/ mensalão/ petrolão/ ajuste)	

12/03/15	A corrupção em escala industrial na Petrobras/ PM não pode continuar isolada na pacificação	não (lulopetismo/ PT)	não (roubo sistemático/ esquema/ escândalo)	
13/03/15	É prioritária a defesa das instituições*/ A guerra bolivariana contra a imprensa profissional	sim	sim (econômica e política)	###
14/03/15	Versão de Gabrielli do petolão é inverossímil/ Aprovação de nova gestão dos clubes na ordem do dia	sim	não	
15/03/15	Congresso precisa encarar ajuste fiscal com seriedade/ Poluição visual mancha imagem da cidade	não	sim	
16/03/15	O ataque do premier israelense às negociações EUA-Irã	não	não	
17/03/15	Governo precisa ter discurso único sobre protestos*/ Retoques finais na ditadura venezuelana	sim	sim (crise e impeachment)	##
18/03/15	Chega a hora do lulopetismo no petolão/ Dilma olha para gente ao apoiar ajuste na economia*	sim	sim (crise hídrica/ ajuste)	
19/03/15	A melhor reforma política é tópica e não salvacionista*/ Vitória de Netanyahu coloca a paz mais distante	sim	sim	
20/03/15	Recursos públicos sustentam rede de propaganda petista/ Leilão da Ponte indicada disposição de investimento privado	sim	não	
21/03/15	Limites do governo nas medidas anticorrupção/ Boa notícia na luta contra o aquecimento global	sim	não (escândalo)	
22/03/15	Justiça mais ágil com o Código Civil/ Moradores para revitalizar a Zona Portuária	sim	não	
23/03/15	A raiz das dificuldades da Petrobras	não (lulopetismo/ PT)	não (roubo/ escândalo petolão)	
24/03/15	O dirigismo estatal na crise dos estaleiros*/ Mapa político europeu ganha contornos de extremos	sim	sim	
25/03/15	Não é hora de fraquejar na execução do ajuste fiscal/ Regulamentação torna inofensiva Lei anticorrupção	sim	não (ajuste fiscal)	
26/03/15	O custo do desrespeito à responsabilidade fiscal*/ Intolerância religiosa é incompatível com a democracia	sim	sim	
27/03/15	A perigosa descoordenação política do governo/ O Oriente Médio não é para principiantes	sim	sim (crise Oriente Médio; instabilidade política/ insegurança jurídica)	
28/03/15	PIB de 2014 reflete os equívocos da política econômica/ A degradação ética na base da Federação	sim	não (ajuste fiscal)	
29/03/15	**Edição não disponível nos acervos de O Globo			
30/03/15	Medidas de ajuste fiscal no campo dito social	não(Planalto)	sim	
31/03/15	Por dentro da caixa-preta da Receita Federal/ Nova realidade de preços desafia modelo petrolífero	não	não	
MARÇO_2015	TOTAL DE TEXTOS DE EDITORIAIS: 53 *TEXTOS PREV. SELECIONADOS (C1 e C2): 08 **Edição não disponível (02)			
01/04/15	Lulopetismo foge da autocrítica/ Arco Metropolitano é vítima de descaso com zoneamento	não (lulopetismo/ PT)	não	
02/04/15	Dilma e a liberdade de imprensa e de expressão/ Venezuela deixe democracia por um fio	sim	não	

03/04/15	Corrupção no petróleo contamina PAC/ Acordo dilui risco de nova guerra no Oriente Médio	sim	não (roubalheira/ corrupção)	
04/04/15	Lava-Jato inspira proposta de mudança na Justiça/ Crises humanitárias se espalham e exigem ação global	não	sim	
05/04/15	O futuro da energia nuclear no Brasil	não	sim	
06/04/15	Aprovação da redução da maioria penal em comissão da Câmara dos Deputados	não	não	
07/04/15	Ajuste via impostos confirma pior cenário*/ Prioridade tem de ser recuperar o Alemão	sim	sim	
08/04/15	Aumenta o custo do dirigismo na Petrobras/ A batalha do convencimento em Washington e Teerã	não (lulopetismo/ Lula)	sim (crise na Petrobras)	
09/04/15	Dilma se curva diante do inevitável PMDB*/ Mediação como caminho para agilizar a justiça	sim	sim (crise política)	#
10/04/15	Lei das terceirizações atualiza normas trabalhistas/ Oportunidade rara sob risco na Cúpula das Américas*	sim	sim (crise econômica internacional)	
11/04/15	Pedalgas fiscais prejudicam meta de superávit/ Ação policitas nos EUA reacende debate sobre racismo	sim	não (pedaladas/ ajuste/ ameaças)	
12/04/15	Minha Casa Minha Vida repete erros do passado/ A burocracia que contamina o ambiente dos negócios	sim	não	
13/04/15	A regulamentação do trabalho terceirizado	não	não	
14/04/15	Sob pressão nas ruas, uma chance para negociar*/ Na Cúpula das Américas, uma oportunidade perdida	sim	sim (<i>impeachment</i>)	##
15/04/15	Desafios para melhorar a Educação no país*/ Economia só vai recuperar fôlego depois de ajustes*	sim	sim	
16/04/15	Reforma tributária é essencial e urgente/ Doutrina Obama deve dominar debate eleitoral nos EUA*	sim	sim (crise econômica global)	
17/04/15	Orçamento de 2016 volta a se espelhar na realidade/ Soluções das dívidas implica obrigações dos clubes	sim	não (pedaladas; ajuste; austeridade)	
18/04/15	Em plena crise, Câmara do Rio flerta com a demagogia/ FMI aponta erros das políticas econômicas sul-americanas*	sim	sim	##
19/04/15	Modelo do pré-sal foge à nova realidade da indústria/ Brasil silencia diante da repressão na Venezuela	não (poder executivo)	sim (crise – Venezuela; <i>impeachment</i> – Paraguai)	
20/04/15	Revisão do Estatuto do Desarmamento	não	não	
21/04/15	Brasil se mantém à margem do comércio mundial/ Fundos precisam se proteger de ingerência política	não (governo do PT)	sim (crises - Argentina e Venezuela)	
22/04/15	Prisão nos casos de réus condenados em segunda instância	não	não	
23/04/15	Infraestrutura é alavanca para país voltar a crescer/ Internet não pode atropelar direitos autorais	sim	não (ajuste fiscal)	
24/04/15	Contas da Petrobras já refletem desastre dos últimos anos/ Mortes no Mediterrâneo exigem ação imediata	sim	sim (crise – bloco europeu; escândalos de corrupção)	
25/04/15	A necessária guinada para o Centro/ Influência chinesa exige revisão no Mercosul	não	sim (crise – Argentina)	
26/04/15	Fraqueza política na sanção do aumento da verba partidária/ Lei que precisa ser cumprida e	sim	sim	

	preservada*			
27/04/15	Política de drogas	não	não	
28/04/15	Picuinhas não podem ameaçar lei da terceirização/ Desvios de conduta têm de ser combatidos em toda a PM	sim	não ("ajustes nas contas")	
29/04/15	Uma farra no financiamento público de campanha/ A realidade por trás dos naufragos do Mediterrâneo	sim	sim (crise humanitária – Mediterrâneo; ajuste fiscal; escândalos)	
30/04/15	Lava-Jato precisa ser eficiente nas acusações/ Nova rodada de licitações de petróleo virá em boa hora	não (PT/ Lula)	não	
ABRIL_2015	TOTAL DE TEXTOS DE EDITORIAIS: 54 *TEXTOS PREV. SELECIONADOS (C1 e C2): 08			
01/05/15	Congresso pode atenuar alta de juros/ Realidade empurra Grécia a definir posição na UE	não (governo)	não (austeridade/ ajuste fiscal/ pedaladas)	
02/05/15	Brasil tem de ser mais produtivo também nos serviços/ Programa emperrado agrava déficit penitenciário	sim	não	
03/05/15	Redução do limite da maioria penal	não	não	
04/05/15	O sistema eleitoral do "distritão"	não (PT)	não	
05/05/15	Palco de 1º de Maio é espaço aberto a demagogias/ Falta ainda aferir qualidade dos gastos públicos	sim	não	
06/05/15	Intervenção indevida da ANP em pesquisas/ Dengue requer ações permanentes e integradas	sim	não	
07/05/15	O impossível malabarismo do PT*/ Mudanças são bem-vindas para a indústria do petróleo	sim	sim	
08/05/15	O verdadeiro custo da corrupção na Petrobras*/ Governo pode alavancar parceria com setor privado	sim	sim	
09/05/15	Saúde no país padece de má gestão (texto 1 - t1)/ Obstáculos à frente do vitorioso Cameron (texto 2 – t2)	sim (t2)	sim (crise no sistema de saúde – t1)	
10/05/15	Favelização exige pulso firme do poder público/ Despoluição será legado negativo dos Jogos de 2016	não	não	
11/05/15	O ajuste em pensões e outros benefícios*	sim	sim	
12/05/15	Combate à inflação exige restrição ao crédito/ Distorções e complexidade do voto distrital	não (governo)	não (ajuste)	
13/05/15	Desemprego não justifica recuos em ajuste/ Ações integradas contra a crise da segurança	sim	sim (crise na segurança pública – foco RJ; ajuste)	
14/05/15	Persistem bolsões de resistência à Lei de Acesso (t1)/ Recuperação na zona do euro é alento para o Brasil (t2)	sim (t1)	sim (crise – zona do euro/ ajuste – t2)	
15/05/15	Câmara é irresponsável ao alterar previdência/ Empreiteiro pode reforçar evidências no petróleo	sim	não (ajuste/ rombo do sistema/ escândalo)	
16/05/15	Previdência precisa de reforma, e não de demagogia (t1)/ Crise financeira e autonomia universitária (t2)	sim (t1)	sim (t2)	
17/05/15	Governo prejudica programa de desarmamento/ O avanço do autoritarismo na Venezuela	não (governo/ PT/ Planalto)	sim (crise – Venezuela)	
18/05/15	O contencioso social da pacificação	não	não	

19/05/15	Chegou a hora de decidir o caminho do ajuste fiscal/ Farra partidária com o dinheiro do contribuinte	sim	não (ajuste fiscal)	
20/05/15	A contribuição do Judiciário ao debate sobre drogas/ Venezuela a caminho de ser um narcoestado	não	não	
21/05/15	Oportunidades e cuidados nos negócios da China/ Critérios obscuros distorcem a progressão de pena	sim	não (ajuste fiscal)	
22/05/15	Políticos inconsequentes e governo leniente*/ Crime reforça pressão por nova maioria penal	sim	sim	##
23/05/15	Aumento de impostos reduz qualidade de ajuste/ Regras do Mercosul precisam ser revistas	não (governo/ Planalto/ PT)	sim (crise países-membros do Mercosul)	
24/05/15	Favelização inviabiliza planejamento urbano/ Empregos e salários se curvam à realidade*	sim	sim	##
25/05/15	Criação de municípios	sim	não	
26/05/15	Levy sob pressão do PT e da omissão de Dilma*/ Eleições espanholas seguem padrão grego	sim	sim	##
27/05/15	Ajuste fiscal não pode ser apenas passageiro/ Voluntarismo "desenvolvimentista" destroçou a Petrobras	sim	não (ajuste fiscal/ escândalo)	
28/05/15	Confirma-se o erro de uma reforma política ampla/ Negociações com o México mostram caminho a seguir*	sim	sim (Mercosul em crise)	
29/05/15	Chance de reforma do futebol mundial/ Má-fé e desinformação sobre as finanças da política	não (PT)	não	
30/05/15	Herança dos erros do primeiro mandato/ O desmonte da Universidade pública	sim (t1)	sim (t2; no t1, ajuste/ retração da economia)	
31/05/15	Debate sobre criminalidade juvenil está fora de foco/ Melhoria de transporte vai além do BRT	não	não	
MAIO_2015	TOTAL DE TEXTOS DE EDITORIAIS: 57 *TEXTOS PREV. SELECIONADOS (C1 e C2): 07			
01/06/15	Desarmamento da população	não	não	
02/06/15	Governo deveria adotar regra para conter gastos/ Maioria penal é tema para referendo	sim	não (ajuste fiscal)	
03/06/15	Veto ao fim do fator previdenciário e incoerência do PSDB*/ Crise de refugiados exige solução humanitária	sim	sim	
04/06/15	Saída de Blatter tem de ser apenas o início/ Agenda positiva passa pela infraestrutura	sim	não (dura realidade/ ajuste fiscal)	
05/06/15	Emenda constitucional da exigência do diploma de jornalista	não	não	
06/06/15	O desnecessário fim da reeleição/ Discurso ambíguo de Tsipras reforça impasse grego	não	não	
07/06/15	Limites para a circulação de arma de fogo: números atestam acerto da política de desarmamento	não	não	
08/06/15	Taxação de heranças e grandes fortunas	não	não	
09/06/15	Mudança de ares e de política do BNDES/ O elevado custo da informalidade no Rio	não	sim	
10/06/15	Governo faz opção certa na infraestrutura/ O que está em questão é a liberdade de expressão	sim	não (recuperação econômica)	
11/06/15	Investimentos em logística no Estado do Rio saem do papel/ Putin mantém projeto de criar a "Nova Rússia"	sim	não	

12/06/15	Líderes têm de pensar na reforma da reforma política/ Faltam critérios claros na gestão carcerária	não (Planalto)	sim	
13/06/15	A energia nuclear não pode ser descartada/ Na Grécia a conta ainda não fecha	não	não	
14/06/15	Falta de planejamento familiar: gravidez não programada e dramas sociais	não	não	
15/06/15	Ensino religiosa nas escolas públicas	não	não	
16/06/15	Idade mínima é a alternativa ao fator previdenciário/ Congresso do PT mostra impasses da legenda*	sim	sim	##
17/06/15	TCU tem de defender a responsabilidade fiscal/ Venezuela reforça sinais de alergia ao diálogo	sim	sim (crise – Venezuela; pedaladas/ LRF)	
18/06/15	Falta sistema de avaliação dos gastos públicos/ Drama de refugiados continua sem perspectivas de solução	sim	sim (crise humanitária na Europa; escândalo/ contabilidade criativa)	
19/06/15	Previdência passa a ter fórmula mais consistente/ Equilíbrio fiscal não é de direita nem de esquerda	sim	não (fracasso política desenvolvimentista)	
20/06/15	Agressão chavista ao Congresso brasileiro/ Papa engaja católicos na defesa do meio ambiente	sim	sim (crise – Venezuela)	
21/06/15	Congresso tem chance de corrigir equívocos no petróleo/ Receptação alimenta violência e comércio ilegal	não	não	
22/06/15	Crise no sistema de saúde pública	não	sim	
23/06/15	Reforma de Cunha estimula infidelidade partidária*/ Alterar o ECA independe da situação carcerária	sim	sim (crise de identidade de legendas)	
24/06/15	Lula vira crítico feroz da própria obra/ Racismo ainda permeia a sociedade Americana	sim	sim (impeachment Collor; escandaloso esquema na Petrobras)	
25/06/15	A ilusória visão lulopetista de que o Planalto tudo pode/ Esforço fiscal é chave mesmo sem alcançar meta	sim	não (auste/ escândalo)	
26/06/15	Congresso errático aprova medidas contraditórias*/ Acordos comerciais dos EUA pressionam Brasil	sim	sim	
27/06/15	PT fica no lado errado ao criticar a Lava-Jato/ Terror exige ação de líderes religiosos e governos islâmicos	sim	não (escândalo/ petrolão)	
28/06/15	Crise dos presídios não invalida redução da maioria/ Passo certo para regime de metas recuperar credibilidade	sim	sim (crise – presídios)	
29/06/15	Fim da reeleição	não	não	
30/06/15	“Doações legais” de propina estão no centro do petrolão/ Fica mais visível a face política da crise grega	sim	sim (crise grega; escândalo lava-jato/ lavagem de dinheiro)	
JUNHO_2015	TOTAL DE TEXTOS DE EDITORIAIS: 52 *TEXTOS PREV. SELECIONADOS (C1 e C2): 04			
01/07/15	Petrobras abandona delírio e entra na fase realista/ Fuga de jovens abala estrutura partidária	não (governo/ PT)	sim (crise – fuga de jovens de partidos)	
02/07/15	Questão da maioria penal continua em aberto/ Reaproximação com EUA é oportunidade	sim	sim	

	para o Brasil*			
03/07/15	Salários do judiciário ameaçam nota de risco do país/ UE paga para ver blefe de Tsipras no plebiscito grego	sim	não (ajuste fiscal)	
04/07/15	Persistem as dificuldades no ensino básico/ Compromisso assumido na energia renovável é realista	sim	não	
05/07/15	A “agenda positiva” buscada pelo lulopetismo está visível*/ Obama caminha para deixar legado incomum	sim	sim	
06/07/15	Maioridade penal	não	não	
07/07/15	Incertezas políticas agravam quadro econômico*/ Vitória do “não” deixa nebuloso futuro da Grécia no euro	sim	sim (crise política e econômica)	###
08/07/15	MP está na direção certa, mas tem erro de conteúdo/ O peso dos municípios fluminenses sobre o Erário	sim (t2)	sim (t1; no t2, aparece o termo “crise” associado à Grécia)	
09/07/15	A banalização do uso da palavra “golpe”*/ Queda de Bolsa chinesa preocupa mais que a Grécia	sim	sim (<i>impeachment</i> / “crise” também aparece)	##
10/07/15	Exportações têm de depender menos da China/ Desmonte do Inca prejudica saúde da população	não	sim (“alguma crise” – China)	
11/07/15	Regras de campanhas eleitorais precisam mudar/ Contágio político é risco maior da “tragédia” grega	não	sim (crise humanitária – Europa)	
12/07/15	Reformas adiadas forçam paliativos de emergência*/ Minibairros são alternativa urbanística para o Rio	sim	sim	##
13/07/15	Mudanças nas regras de exploração do pré-sal	não	não	
14/07/15	Congresso abusa de ter baixa percepção da crise*/ Grécia de Tsipras tem encontro com a realidade	sim	sim	##
15/07/15	Grécia serve de alerta aos opositores do ajuste fiscal*/ Pacto nuclear com Irã exigirá vigilância do Ocidente	sim	sim	#
16/07/15	Não pode haver instituições e pessoas acima da lei/ Reforma do ICMS finalmente poderá sair do papel	não (governos do PT)	sim (<i>impeachment</i> Collor/ assalto à Petrobras)	
17/07/15	Juros americanos pressionam ajuste fiscal brasileiro/ Volta do Irã às exportações afetará mercado petrolífero	não	sim	
18/07/15	Instituições estão acima de Lula e Cunha ou quem for/ Sequelas europeias da crise grega	não (governo/ Planalto/ PT)	sim	
19/07/15	Os limites dos protestos contra o Uber/ Concessões em bases realistas podem atrair investidores	sim	não	
20/07/15	Negociar a troca de salário por emprego	não	sim	
21/07/15	O Congresso entre a manipulação e a crise*/ A benéfica reaproximação entre os EUA e Cuba	sim	sim	
22/07/15	Justiça aumenta credibilidade ao punir corruptor/ Proteção excessiva para setores industriais é prejudicial	não (lulopetista)	não (esquema lulopetista de corrupção)	
23/07/15	Revisão realista das metas fiscais fortalece ajuste/ Mundo dos sindicatos é um desafio à transparência	sim	não (ajuste/ pedaladas)	

24/07/15	Nova meta fiscal pressiona Dilma e Congresso*/ Fuga de “El Chapo” expõe fracasso de Nieto no México	sim	sim	#
25/07/15	Cuidado especial com o choque de inflação*/ Reforma de Xi altera estrutura de poder na China	sim	sim	
26/07/15	Grande peso do Estado na economia explica a corrupção/ O desafio de tornar a justiça mais ágil	sim	não (corrupção/ escândalo)	
27/07/15	A revisão do Mercosul	não	não	
28/07/15	O momento tem de ser de serenidade no Congresso/ Massacres impõem a Obama cogitar controle de armas	não (Planalto/ PT/ governo)	sim	
29/07/15	Dilma se equivoca com relação à Lava-Jato*/ Governo precisa provar que ajuste fiscal é para valer/ Nove Décadas	sim	sim	
30/07/15	O significado do avanço da Lava-Jato/ Modelo socialista venezuelano também fracassou	não (era PT/ Planalto)	sim (crise – Venezuela; escândalos/ assalto/ roubo)	
31/07/15	Ciclo dos juros altos passa a depender do ajuste fiscal/ Má gestão explica crise na Educação	não (governo)	sim (crise educacional)	
JULHO_2015	TOTAL DE TEXTOS DE EDITORIAIS: 59 *TEXTOS PREV. SELECIONADOS (C1 e C2): 11			
01/08/15	A imprescindível desmontagem da pauta-bomba* (t1)/ Programa espacial brasileiro volta à estaca zero* (t2)	sim	sim	t1 ##
02/08/15	Crise fiscal tem causas estruturais: a necessidade de um Plano Real para os gastos públicos	não (Executivo)	sim	
03/08/15	A disputa entre o Uber e os taxistas	não	não	
04/08/15	Cortes nos Ministérios não podem ter subterfúgios*/ Os riscos da flexibilização do desarmamento	sim	sim	
05/08/15	O DNA da corrupção no lulopetismo/ Obama reforça legado e pauta campanha eleitoral	não (lulopetismo/ PT)	não (roubalheira/ propinas/ corrupção)	
06/08/15	Momento é inapropriado para se mudar o FGTS/ Crise humanitária evidencia falhas do projeto europeu	não	sim (crise humanitária – Europa; ajuste fiscal)	
07/08/15	Manipulação do Congresso ultrapassa limites*/ Pedaladas maquiagem resultados do Enem	sim	sim	#
08/08/15	As agruras do PT ao som de panelaço*/ Pacto contra violência implica ações conjuntas	sim	sim	###
09/08/15	Regularização de capitais é iniciativa saneadora/ Despoluição da Baía para além das Olimpíadas	não (PT)	sim (crise fiscal)	
10/08/15	Tramitação da PEC da Maioridade Penal	não	não	
11/08/15	Os maus conselhos dados à presidente*/ Primárias na Argentina indicam eleições em aberto	sim	sim	
12/08/15	Não há “agenda positiva” sem ajuste fiscal/ STF pode dar uma basta histórico na questão das drogas	sim	não (ajuste fiscal)	
13/08/15	Economia brasileira ganha tempo para entrar nos eixos/ Mudança no câmbio chinês afeta a economia mundial	não (governo)	sim	
14/08/15	Recessão expõe fragilidade da Federação/ Concessões mais flexíveis para estimular investimentos*	sim	sim	
15/08/15	Tudo acima de interesses de pessoas e partidos*/ Intolerância religiosa é ameaça à civilização	sim	sim (<i>impeachment</i>)	##

16/08/15	Assentamentos são risco ambiental na Amazônia/ Escassez de água sai da agenda por desca-so*	sim	sim	
17/08/15	Mudanças no Estatuto no Desarmamento	não	não	
18/08/15	O ajuste de foco nas manifestações*/ Bancos são pretexto para aumento da carga tributária	sim	sim	
19/08/15	Cresce a responsabilidade do Congresso com a economia*/ Primavera Árabe se tornou um dilema diplomático	sim	sim (crises econômica e política)	##
20/08/15	Um inadequado "puxadinho" para as montadoras (t1)/ Crise faz Putin radicalizar retórica nacionalista (t2)	sim (t1)	sim (crise – Rússia) (t2)	
21/08/15	O esperado desembarque da Lava-Jato no Congresso*/ Petrobras acerta ao vender parte da sua distribuidora	sim	sim (crise e impeachment)	
22/08/15	Política e ideologia na crise universitária* (t1)/ Cresce preocupação com turbulência chinesa (t2)	sim (t1 e t2)	sim (crise política no t1; no t2, aparece "crise chinesa")	
23/08/15	Tecnologia forense ainda é ficção na polícia brasileira/ Soluções para os trens não pode mais esperar	não	sim	
24/08/15	Reforma política em tramitação no Congresso	não (Planalto/ PT/ governo)	não	
25/08/15	País não aguenta mais aumento de impostos*/ O desafio de dar soluções reais à questão da drogas	sim	sim	#
26/08/15	Não faltara alertas sobre a crise econômica*/ Desconfiança agrava temores diante da China	sim	sim	#
27/08/15	País necessita de uma reforma do Estado*/ Ilusão criada pela expansão chinesa terminou*	sim	sim	
28/08/15	Recriar a CPMF seria mais uma estupidez econômica/ Manutenção do Janot reforça a Lava-Jato*	sim	sim	
29/08/15	Viés ideológico explica fracasso de leilão/ Crise humanitária se instala definitivamente na UE	não (Planalto/ PT/ governo)	sim	
30/08/15	Mais agilidade para combater a corrupção/ Novas regras para uso de imóvel integram a cidade	não	não	
31/08/15	Decisão do STF sobre inconstitucionalidade da Lei de Drogas	não	não	
AGOSTO_2015	TOTAL DE TEXTOS DE EDITORIAIS: 56 *TEXTOS PREV. SELECIONADOS (C1 e C2): 18			
01/09/15	Orçamento torna urgentes as reformas*/ Conflito com Colômbia é tática eleitoreira de Maduro	sim	sim	
02/09/15	O que está em questão entre Levy e Barbosa*/ Suspensão de UPPs em defesa do programa	sim	sim	
03/09/15	Propostas inconsistentes para cobrir o déficit*/ Eleições recolocam Grécia no campo da incerteza	sim	sim	
04/09/15	Aumenta responsabilidade do governo e do Congresso/ Os devidos cuidados com a formação de médicos	sim	não	
05/09/15	Levy tem sido apenas um símbolo*/ Porte de arma estimula aumento da violência nos EUA	sim	sim	#
06/09/15	O lulopetismo e a trajetória de José Dirceu/ Favelização é desvio de rota no Arco Metropolitano	não (lulopetismo)	não (escândalo da Lava-Jato)	
07/09/15	Regulamentação da terceirização*	sim	sim	

08/09/15	O Orçamento deficitário de 2016*	sim	sim	
09/09/15	Dilma precisa ser coerente*/ Omissão na UE agrava crise humanitária	sim	sim	#
10/09/15	Remédio "amargo" é para o contribuinte/ Aposentadoria engatilha bomba-relógio na Educação	não (governo/Planalto)	sim	
11/09/15	Uma obra pela qual Lula e Dilma são responsáveis*/ Ações contra o Uber privilegiam o corporativismo	sim	sim	
12/09/15	A opção suicida da "virada à esquerda"*/ Problemas do Grande Rio exigem soluções conjuntas	sim	sim	##
13/09/15	Zelotes e Lava-Jato combatem corrupção no atacado/ Espanha e Portugal colhem frutos da austeridade fiscal*	sim	sim	
14/09/15	Como resolver a crise fiscal*	sim	sim	##
15/09/15	É inadmissível mais aumento de impostos (t1)/ Falta à UE ação coordenada na crise dos refugiados (t2)	sim (t1)	sim (crise humanitária – Europa) (t2)	
16/09/15	Oportunidade de revisão de um Estado obeso*/ "Queijo suíço" nas fronteiras é incentivo ao contrabando	sim	sim	
17/09/15	Erro duplo na reinvenção da CPMF para a Previdência*/ Tempos mais difíceis para o trabalho britânico	sim	sim (crise previdenciária)	
18/09/15	Ajuste fiscal ruma para um impasse*/ Currículo básico é essencial para melhoria do ensino	sim	sim	
19/09/15	Institucionaliza-se o caixa dois eleitoral/ Gregos voltam a confrontar a realidade nas urnas	sim	não	
20/09/15	A metamorfose de Lula em opositorista*/ Plano de acessibilidade deve incluir toda a cidade	sim	sim (<i>impeachment</i>)	##
21/09/15	O perdão do Papa a mulheres que fizeram aborto	não	não	
22/09/15	Oposição tem de ser responsável em votação de vetos*/ Prevenção e rigor contra violência nas praias	sim	sim	
23/09/15	Ajuste teria de incluir venda e fechamento de estatais/ Vitória fortalece Tsipras, mas desafios continuam	não (governo)	sim	
24/09/15	Riscos no fatiamento da Lava-Jato/ Desconstrução do desarmamento ameaça sociedade	não	não	
25/09/15	A desastrosa reforma administrativa e ministerial*/ EUA e Rússia precisam se entender sobre a Síria	sim	sim (crise e <i>impeachment</i>)	##
26/09/15	Reservas externas têm de ser preservadas*/ Papa reforça o papel de líder mundial	sim	sim	##
27/09/15	Erros na diplomacia limitam exportações na crise*/ Parceria para absorver desempregados de obras olímpicas	sim	sim	#
28/09/15	Legalização do jogo para criar receita extra contra a crise*	sim	sim	
29/09/15	CPMF serve para adiar reformas imprescindíveis*/ É preciso mais compromisso no acordo do clima	sim	sim	
30/09/15	Crítica desmemoriada à política econômica*/ Ações integradas para combater criminalidade juvenil	sim	sim	
SETEMBRO_2015	TOTAL DE TEXTOS DE EDITORIAIS: 55 *TEXTOS PREV. SELECIONADOS (C1 e C2): 22			
01/10/15	Só investigação esclarecerá "lobby" de Lula/ Banda podre compromete UPPs e a polícia em geral	sim	não	

02/10/15	Cunha frágil ajuda Dilma, mas não é solução milagrosa*/ Síria vira palco de uma perigosa Guerra Fria	sim	sim (crises política e econômica/ <i>impeachment</i>)	##
03/10/15	Reforma amplia influência de Lula no governo*/ Ações integradas para conter a violência policial	sim	sim (<i>impeachment</i>)	
04/10/15	Lava-Jato pode ter novos polos de investigação/ Quando o autoritarismo ataca a publicidade	não	não	
05/10/15	A energia nuclear depois de Fukushima	não	não	
06/10/15	A incrível proposta da CPMF em dose dupla*/ Portugal prefere a Europa de Merkel	sim	sim	
07/10/15	Política externa resulta em isolamento comercial/ Flexibilização do Desarmamento é retrocesso*	sim	sim	
08/10/15	Acordos de delação atestam eficácia da Lava-Jato (t1)/ Prosperidade é maior nas economias de mercado (t2)	sim (t1)	sim (t2)	
09/10/15	Um marco em defesa da estabilidade econômica*/ Solução para impasse sírio exige diálogo	sim	sim (<i>impeachment</i>)	##
10/10/15	Estreita-se o espaço de manobra de Eduardo Cunha*/ Racionalização de linhas de ônibus precisa avançar	sim	sim (crise e <i>impeachment</i>)	##
11/10/15	"PÁTRIA EDUCADORA" EM CRISE ETERNA: A base do desastre educacional*	sim	sim	##
12/10/15	Mais velocidade na execução penal	não	não	
13/10/15	A tentativa de ressurreição da CPMF	sim	sim (<i>impeachment Collor</i>)	
14/10/15	Legitimidade de Cunha prejudica <i>impeachment</i> */ Palestinos e judeus sofrem com nova intifada	sim	sim (crise, <i>impeachment</i> , impedimento)	##
15/10/15	Indefinição na política agrava cenários na economia*/ Experiência dá a Hillary vantagem entre democratas	sim	sim (<i>impeachment</i> / crises política e econômica)	##
16/10/15	Negociações espúrias entre Cunha e Planalto*/ O papel do Brasil diante das mudanças climáticas	sim	sim (<i>impeachment</i>)	#
17/10/15	Contagem regressiva para definição sobre ajuste*/ Na crise das UPPs, a leniência com a Educação	sim	sim	
18/10/15	Populismo deixa rastro de ruínas no continente/ Demandas no saneamento continuam desatendidas	não (lulopetismo)	sim	
19/10/15	Mudanças no Estatuto do Desarmamento	não (uma presidente*)	sim	
20/10/15	Dilma precisa ir além das palavras*/ Crise de água impõe responsabilidade a todos*	sim	sim	
21/10/15	Eduardo Cunha não pode mais presidir a Câmara*/ Negligência acompanha desastres como o de São Cristóvão	sim	sim (crise e <i>impeachment</i>)	#
22/10/15	Os fatos empurram Planalto a fazer cortes efetivos*/ Sinalizada a intenção chavista de fraudar eleições*	sim	sim	## (t1)
23/10/15	Atraso no ajuste e crise política paralisam BC*/ Novas perspectivas na guerra contra as drogas	sim	sim	
24/10/15	A insensata criação de mais uma estatal/ Argentina testa chance de escapar do Kirchnerismo	não (governo petista)	sim	
25/10/15	UMA BUROCRACIA IMPENETRÁVEL: Estado esmaga sociedade, e não apenas pelo custo	sim	não	
26/10/15	Legalização dos jogos de azar	não	não	

27/10/15	Não existe o risco à democracia visto por Dilma*/ Segundo turno ameaça o kirchnerismo	sim	sim (crise, impeachment, impedimento)	##
28/10/15	Pressão lulopetista para conter a PF atinge Dilma/ Crise humanitária reforça onda xenófoba na UE	sim	sim (crise humanitária – UE; escândalo político)	
29/10/15	Orçamento tem de ser fidedigno sempre/ Um documento único seguro é o desafio	sim	não (pedaladas/ contabilidade criativa)	
30/10/15	Via rápida para o superfaturamento de obras/ Disputa no mar da China exige negociação	sim	não	
31/10/15	Bases para um amplo acordo nacional contra a crise*	sim	sim (crise e impeachment)	###
OUTUBRO_2015	TOTAL DE TEXTOS DE EDITORIAIS: 54 *TEXTOS PREV. SELECIONADOS (C1 e C2): 18			
01/11/15	Em questão a qualidade do ensino de escolas privadas/ Saúde dos idosos terá impacto crescente no Orçamento	não	sim	
02/11/15	PERFIL DE UM SISTEMA CARCERÁRIO EM CRISE: Drogas e pequenos delitos incham as prisões	não	não	
03/11/15	Financiamento de empresas a campanhas políticas	sim	não (esquema de corrupção)	
04/11/15	Bumalai joga suspeitas sobre o BNDES/ Restringir aborto em caso de estupro é retrocesso	não (Planalto)	não	
05/11/15	Falhas no eSocial são típicas da incompetência arrogante/ Vitória de Erdogan é desafio ao Ocidente	sim (governo federal)	não	
06/11/15	Agonia de Cunha atravança a Câmara/ Escândalos e má gestão mancham o futebol	não (lulopetismo/ Planalto)	sim	
07/11/15	Indicação de apoio à censura prévia no STF/ Setor privado é essencial para saneamento da Baixada	não (governo federal)	sim	
08/11/15	"Tática do avestruz" só faz agravar a crise*/ Desafios energéticos reforçam opção nuclear	sim	sim	##
09/11/15	Currículo básico nacional	não	não	
10/11/15	Anistia na repatriação de divisas é positiva/ Aumentam os sinais de mudança na Argentina	não (governo/ Planalto)	não	
11/11/15	Governo deixa Petrobras à beira do abismo (t1) Crise hídrica é um problema de toda a sociedade (t2)	sim (t1)	sim (crise hídrica – t2; corrupção/ precipício)	
12/11/15	A conspirata contra Levy aumenta o risco político*/ Manobras de continuísmo ameaçam a democracia	sim	sim	##
13/11/15	Faltou governo na tragédia de Mariana/ No protesto político dos táxis, quem perde é a cidade	sim	não	
14/11/15	Processos expõem violações do regime venezuelano/ Leniência com prefeituras adia o fim dos lixões	sim	não	
15/11/15	O inimigo é o fanatismo	não	não	
16/11/15	Flexibilização do Estatuto do Desarmamento	não	não	
17/11/15	É inconcebível a relativização da barbárie/ Fanatismo impõe cuidados redobrados para Rio-2016	sim	sim (crise – Oriente Médio)	
18/11/15	Vida privada de Pedro Paulo interessa ao eleitor/ Refugiados não podem pagar pelo terrorismo	não	sim (crise – refugiados)	

19/11/15	Documento do PMDB dá oportunidade para Dilma*/ Leis frouxas e leniência, a segunda tragédia de Mariana	sim	sim (crise/ <i>impeachment</i>)	##
20/11/15	Surge espaço para governo começar um ajuste fiscal*/ Lições no aumento da violência das UPPs	sim	sim	
21/11/15	A defesa sem escrúpulos de Cunha*/ Doping e corrupção mancham a imagem do esporte	sim	sim	#
22/11/15	Terror na Europa põe em xeque o multiculturalismo/ Eleição é oportunidade de mudança na Argentina	não	não	
23/11/15	O AVANÇO DO AEDES AEGYPTI: Resultado da inépcia pública e da leniência social	não	não	
24/11/15	Não se menospreze a Reforma da Previdência (t1)/ Macri terá que reconstruir país pelo diálogo (t2)	sim	sim (crise global 2008 – t2)	
25/11/15	Fratura no eixo de apoio ao bolivarianismo/ A inércia do poder público na tragédia de Mariana	sim	sim (crise – Venezuela)	
26/11/15	Nova fase da Lava-Jato requer instituições fortes*/ Os cuidados que faltam no surto de microcefalia	sim	sim (<i>impeachment</i>)	
27/11/15	O tom afinado do veredicto da 2ª Turma do STF (t1)/ Crise entre Moscou e Ancara exige negociação (t2)	sim (t1)	sim (crise humanitária – t2)	
28/11/15	Inércia do Planalto agrava crises política e econômica*/ Educação patina em gestão ineficiente	sim	sim	##
29/11/15	Brasil adotou o modelo que faliu Argentina*/ Educação no trânsito contra atropelamentos	sim	sim	
30/11/15	CONFERÊNCIA DO CLIMA – COP-21: Em Paris, nova chance para conter o aquecimento global	não	não	
NOVEMBRO_2015	TOTAL DE TEXTOS DE EDITORIAIS: 53 *TEXTOS PREV. SELECIONADOS (C1 e C2): 8			
01/12/15	A culpa pelo estado de “emergência fiscal”*/ Chacina põe em xeque protocolos da polícia do Rio	sim	sim (crise e <i>impeachment</i>)	#
02/12/15	Ajuste não decola, e PIB continua a desacelerar*/ Dilma recua diante da Venezuela (t2)	sim	sim (crise; no t2, crise na Venezuela)	
03/12/15	O erro fatal do voluntarismo aplicado à economia*/ Ações contra o “Aedes” precisam ser aperfeiçoadas	sim	sim	
04/12/15	O FUTURO DE DILMA ROUSSEFF: Legalidade e legitimidade*	sim	sim	###
05/12/15	Dominância política na crise econômica*/ Cresce autoritarismo às vésperas de eleição na Venezuela	sim	sim (crise política e econômica/ <i>impeachment</i>)	##
06/12/15	Opção nuclear cresce de importância com a COP – 21/ Escolas em áreas de conflito precisam de especial atenção	não	não	
07/12/15	Como reequilibrar as contas públicas*	sim	sim	
08/12/15	Estados repetem erro de elevar impostos contra a crise*/ Luta pela democracia ganha alento na Venezuela	sim	sim	
09/12/15	O divórcio entre Temer e Dilma*/ Luta contra “Aedes aegypti” exige mobilização nacional	sim	sim	
10/12/15	Supremo deve é garantir segurança jurídica*/ Macri assume Argentina e recebe pesada herança	sim	sim	
11/12/15	Enquanto isso, a economia se deteriora*/ Luta contra o EI exige estratégia articulada	sim	sim	

12/12/15	Venceu o prazo de validade de Eduardo Cunha*/ Controle de armas é urgente nos EUA	sim	sim	
13/12/15	Há dinamite de pavio aceso no Orçamento*/ Estado deve ser pressionado por mais transparência	sim	sim	
14/12/15	O processo de <i>impeachment</i> de Dilma*	sim	sim	##
15/12/15	IDH já detecta retrocesso social/ Aumenta consciência do aquecimento global	sim	não	
16/12/15	Limites institucionais no julgamento do STF*/ O risco de se libertar presos por atacado	sim	sim	
17/12/15	Visita ao núcleo político da corrupção*/ A boa notícia do provável acordo de paz na Colômbia	sim	sim	#
18/12/15	Dilma decreta agravamento da crise econômica* (t1)/ Instituições começam a enquadrar Cunha*	sim	sim	## (t1)
19/12/15	Dilma assume a Fazenda e nomeia Barbosa*/ STF aumenta responsabilidade do Planalto*	sim	sim	
20/12/15	O pré-sal pode ser patrimônio inútil/ Combate à corrupção passa pelo fim da impunidade	sim	não	
21/12/15	Energia nuclear	não	não	
22/12/15	A crise de confiança é maior que o desequilíbrio fiscal*/ Espanha inaugura nova era política	sim	sim	
23/12/15	Macri dá novo toma ao Mercosul/ Acordo do clima exigirá acompanhamento	sim	sim (crise – Venezuela)	
24/12/15	A emergência do colapso na saúde do Rio/ É preciso coragem para fazer História	não (presidente*)	sim	
25/12/15	Mais ação contra a intolerância/ Conjuntura externa aumenta desafios para o Brasil	não (governo)	sim	
26/12/15	PIOR CRISE HUMANITÁRIA DO SÉCULO: Fluxo de refugiados sírio para UE é problema global	não	sim (crise humanitária – Europa)	
27/12/15	SAÚDE PÚBLICA: Um problema globalizado	não	sim	
28/12/15	Desvinculação da perícia criminal da estrutura da polícia	não	não	
29/12/15	Nada leva a se acreditar num ajuste real*/ Dengue põe urbanização desordenada em questão	sim	sim	##
30/12/15	Crise fiscal não ofusca má gestão*/ Populismo latino-americano em ciclo de baixa*	sim	sim	
31/12/15	BALANÇO DE 2015: O ano em que se confirmou o fim do modelo lulopetista*	sim	sim	##
DEZEMBRO 2015	TOTAL DE TEXTOS DE EDITORIAIS: 54 *TEXTOS PREV. SELECIONADOS (C1 e C2): 23			
01/01/16	ANO NOVO: À procura da luz no fim do túnel *	sim	sim	##
02/01/16	Legalização dos jogos de azar	não	não	
03/01/16	ESTATUTO DO DESARMAMENTO NO COMBATE À VIOLÊNCIA: Criminalidade cresce com mais armas em circulação	não	não	
04/01/16	Cia rápida para a contratação de obras públicas	não (lulopetismo)	não	
05/01/16	Propostas do PT arruinariam de vez o país*/ Golpe “judicial” em andamento na Venezuela	sim	sim	
06/01/16	Endividar-se não resolve crise de estados e municípios*/ Obama promove avanço no controle de armas	sim	sim	
07/01/16	Reforma trabalhista é a favor do emprego*/ Até que ponto tragédias nas estradas podem ser evitadas	sim	sim	
08/01/16	China expõe fragilidade da indústria brasileira*/ Execuções na Arábia Saudita são retrocesso	sim	sim	

09/01/16	Dilma entre o PT e a realidade do país e do governo*/ Rio se firma como cidade de grandes eventos	sim	sim	##
10/01/16	Blindar o currículo básico contra erros e “contrabandos”/ Ações de Macri ajudam a recuperar confiança	não	não	
11/01/16	Reforma da Previdência	sim	não (risco à governabilidade)	
12/01/16	Voluntarismo em torno do dinheiro das “pedaladas”*/ Uma caixa-preta chamada China*	sim	sim	
13/01/16	Operação de salvamento de empreiteiras da Lava-Jato/ Impasse na Venezuela denuncia golpe político	sim	não (esquema lulopetista)	
14/01/16	Imprevidência e corrupção desestruturam a Petrobras*/ O perigoso avanço das milícias no país	sim	sim	
15/01/16	Aparelhamento e fisiologismo sustentam a corrupção/ Zika põe o Brasil no centro das preocupações mundiais	sim	não (esquema lulopetista)	
16/01/16	Menos emprego e renda, porém mais impostos/ Autoridades não aprenderam com tragédia na Serra	sim	não	
17/01/16	Orçamento indexado inviabiliza ajuste/ Responsabilidade na gestão do futebol brasileiro	sim	não	
18/01/16	Crise na saúde pública do Rio e as Organizações Sociais	não	sim	
19/01/16	É amplo o saldo positivo da Operação Lava-Jato/ Diálogo leva Irã de volta à comunidade internacional	sim	não	
20/01/16	As relações incestuosas de um empreiteiro/ Situação da Petrobras é agravada pela geopolítica	não (lulopetismo)	não (esquema de corrupção)	
21/01/16	A difícil tarefa de convencer o empreendedor*/ Economia mundial preocupa países emergentes	sim	sim	
22/01/16	BC se descredencia ao sinalizar submissão (t1)/ Drama sírio é o maior dos nossos dias (t2)	sim (t1)	sim (crise humanitária (t2); ajuste fiscal)	
23/01/16	A construção da desconfiança na política econômica*/ Pacote intervencionista revela desespero de Maduro	sim	sim	#
24/01/16	Recuperação dos EUA é êxito da economia de mercado/ Saneamento de favelas para além de água e esgoto	não (lulopetismo/ PT)	sim	
25/01/16	Extensão do VLT até a Zona Sul	não	não	
26/01/16	Realiza-se o projeto de se equiparar Brasil à Venezuela/ Portugal e Espanha espelham dilema europeu	não (lulopetismo)	sim	
27/01/16	Imobilismo diante de uma crise que se aprofunda*/ Magé reflete modelo dominante na política fluminense	sim	sim	##
28/01/16	Um ajuste que avança é o externo*/ O alto preço da leniência no combate ao “Aedes”	sim	sim	
29/01/16	Lava-Jato expõe a extensão do fisiologismo/ Prisão evidencia incerteza sistêmica na China	sim	não (escândalo)	
30/01/16	Mais do mesmo não é solução/ Política criminal contempla graves injustiças no país	sim	não	
31/01/16	O indesejável esvaziamento do CNJ/ Crises põem em xeque integração da UE	não	sim	
JANEIRO 2016	TOTAL DE TEXTOS DE EDITORIAIS: 55 *TEXTOS PREV. SELECIONADOS (C1 e C2): 13			
01/02/16	Pedido de <i>impeachment</i> da presidente Dilma*	sim	sim	##

02/02/16	Não é hora de flexibilizar meta fiscal*/ Conversações revelam complexidade da crise síria	sim	sim	
03/02/16	Mais responsabilidade do Brasil na emergência mundial/ Truque de Trump não empolga Iowa	não	não	
04/02/16	Pedir ajuda implica dialogar e ceder*/ Lições a seguir na redução dos crimes em São Paulo	sim	sim	
05/02/16	Microcefalia põe o aborto na agenda de debates/ Créditos "podres" chineses preocupam o mundo	não	sim	
06/02/16	O arriscado uso do FGTS num plano equivocado*/ Corrida contra o tempo por um Irã moderado	sim	sim	
07/02/16	É imperioso investigar toda denúncia/ Reforma da Previdência vem tarde*	sim	sim	##
08/02/16	Documento do PMDB de proposta de ajuste da economia*	sim	sim	
09/02/16	Controle da publicidade infantil	não	não	
10/02/16	Os "acordos de leniência" com as empreiteiras da Lava-Jato	sim	não	
11/02/16	Macri dá provas de credibilidade na Argentina*/ Correia do Norte reforça papel de vilã mundial	sim	sim	
12/02/16	Má gestão é um perigo tão grande quanto o "Aedes"/ Justiça dos EUA põe em risco acordo do clima	não (governo/ lulopetismo)	sim (crise na saúde pública/ impeachment)	
13/02/16	Dilma confirma subestimar a séria crise fiscal*/ A bem-vinda trégua na Síria é frágil	sim	sim	##
14/02/16	Deve-se libertar a Petrobras do monopólio do pré-sal/ Continuam as incompreensões com a Lei Rouanet	sim	não (escândalo/ problemas financeiros sérios)	
15/02/16	EMERGÊNCIA INTERNACIONAL CONTRA A MICROCEFALIA: Derrotas sucessivas no combate ao mosquito	não (poder público)	não	
16/02/16	"Janela da infidelidade" é um retrocesso/ Recuperação da economia global ainda é incerta	não (Planalto)	sim	
17/02/16	Dilma terá no TSE um difícil debate*/ Apagão sanitário estimula proliferação do "Aedes"	sim	sim	##
18/02/16	Motivos para a nota de risco do Brasil ir ladeira abaixo (t1)/ Produtores de petróleo não devem conter queda (t2)	sim (t1)	sim (t2)	
19/02/16	A difícil agenda do novo líder do PMDB*/ STF mira na impunidade e agiliza a Justiça	sim	sim	
20/02/16	Uma legislação trabalhista a serviço do desemprego*/ Falhas na racionalização das linhas de ônibus	sim	sim	##
21/02/16	Empresas estatais costumam ter sete vidas (t1)/ Asfixiado pela crise, Maduro aprofunda os erros (t2)	sim (t1)	sim (t2)	
22/02/16	O aborto nos casos de microcefalia	não	não	
23/02/16	Dilma não fará o ajuste fiscal necessário*/ Acordo para manter Reino Unido na UE é sensato	sim	sim	##
24/02/16	A conta do aparelhamento de fundos de pensão/ Ajuste não pode ser argumento para a legalização do jogo*	sim	sim	#
25/02/16	Crise e desgaste tiram eficácia de discurso de Lula e PT*/ Populismo também é derrotado na Bolívia de Morales	sim	sim	##
26/02/16	Novo rebaixamento marca a falácia do ajuste/ Eleições podem acelerar reformas no Irã	sim	não (ajuste)	
27/02/16	PT força distanciamento da presidente Dilma (t1)/ Eleição não pode contaminar projeto da Rio-2016 (t2)	sim (t1)	sim (t2)	
28/02/16	Previdência dos estados também preocupa/ Caso exemplar da falência do sistema penitenciário	não	sim	

29/02/16	O combate à corrupção nos governos do PT	sim	não	
FEVEREIRO_2016	TOTAL DE TEXTOS DE EDITORIAIS: 51 *TEXTOS PREV. SELECIONADOS (C1 e C2): 14			
01/03/16	São nítidos os limites do ministro da Justiça/ Reformas no Irã devem focar na economia	sim	não (esquema de corrupção/ escândalo)	
02/03/16	Leis trabalhistas inflexíveis incentivam desemprego*/ Gestão irresponsável agrava crise dos royalties	sim	sim	##
03/03/16	PT descontente é promessa de mais pressão sobre Dilma*/ Hillary se firma, e Trump assusta republicanos	sim	sim	#
04/03/16	Eduardo Cunha em curva descendente*/ ONU acerta ao impor sanções à Coreia do Norte	sim	sim	
05/03/16	Uma reafirmação de princípios republicanos*	sim	sim	###
06/03/16	Em 13 anos de escândalos/ Ação nacional contra a microcefalia é urgente	sim	não (escândalos/ mensalaço/ Lava-Jato)	
07/03/16	Liberação do jogo*	sim	sim	
08/03/16	Crise política joga a economia no chão*/ Turquia dá novos sinais de guinada autoritária	sim	sim	##
09/03/16	A responsabilidade dos líderes pela paz nas ruas/ Áreas de risco ainda são tabu no Rio	não (lulopetismo/ PT)	sim	
10/03/16	Um momento especial na luta contra a impunidade/ Legislação rígida também reduz emprego na França*	sim	sim	
11/03/16	É inútil ofertar crédito sem a confiança restabelecida*/ UPPs emitem preocupantes sinais de desgaste	sim	sim	
12/03/16	Implicações do frágil pedido de prisão de Lula/ A urgência de enfrentar os gargalos do ensino médio	sim	não (escândalo)	
13/03/16	Contribuinte paga a conta da renegociação de dívidas (t1)/ Gasto com dengue é custo da imprevidência (t2)	sim (t1)	sim (t2)	
14/03/16	Execução da pena após a condenação em segunda instância	não	não	
15/03/16	Um "basta" das ruas a Dilma, Lula e PT*/ Eleições regionais reforçam xenofobia alemã	sim	sim (crises/ <i>impeachment</i>)	##
16/03/16	Desemprego expressa o drama humano na crise*/ Os mesmos erros nas enchentes de Rio e São Paulo	sim	sim	
17/03/16	Lula e Dilma apostam tudo para tentar sobreviver*	sim	sim (crise/ <i>impeachment</i>)	##
18/03/16	Vale-tudo empurra Dilma e Lula para a ilegalidade*/ Primárias sugerem disputa entre Hillary e Trump	sim	sim	##
19/03/16	O <i>impeachment</i> é uma saída institucional da crise*/ Obama faz gesto histórico ao visitar Cuba	sim	sim	##
20/03/16	A revitalização do exercício da política*/ Recessão traz risco da geração perdida	sim	sim	
21/03/16	Reforma da legislação trabalhista*	sim	sim	
22/03/16	A preocupante ofensiva do governo contra a Lava-Jato*/ Bases na Europa ampliam ação do Estado Islâmico	sim	sim	
23/03/16	A difícil reconstrução da Petrobras/ Bélgica é um quartel-general do terrorismo	não (lulopetista/ PT)	não	

24/03/16	Dilma radicaliza e fala de um país imaginário*/ Recorde de homicídios alerta para controle de armas	sim	sim	##
25/03/16	Dobrar a aposta em mais gastos é erro capital*/ Atentados em Bruxelas expõem dilema europeu	sim	sim	##
26/03/16	Justiça ganha agilidade com novo Código Civil/ O Rio ainda não fez o dever de casa contra enchentes	não	não	
27/03/16	Monopólio da Petrobras no pré-sal e substituição de importações	sim	não	
28/03/16	Lei Antiterrorismo	sim	não	
29/03/16	O que indicará uma debandada do PMDB*/ Atentado no Paquistão é ameaça à civilização	sim	sim	##
30/03/16	A farsa do "golpe" construída pelo lulopetismo*/ "Pílula do câncer" afronta rigor de pesquisas médicas	sim	sim (crise/ impeachment)	##
31/03/16	Tentativa desesperada com o velho fisiologismo*/ Pacto entre Turquia e UE sobre refugiados é o possível	sim	sim	##
MARÇO_2016	TOTAL DE TEXTOS DE EDITORIAIS: 55 *TEXTOS PREV. SELECIONADOS (C1 e C2): 21			
01/04/16	Provas de despreocupação com o equilíbrio fiscal*/ Até os Rockefeller condenam os combustíveis fósseis	sim	sim	##
02/04/16	Lava-Jato não pode ter o destino da Mãos Limpas*/ Argentina assume o protagonismo no continente	sim	sim	
03/04/16	Estados participaram da farra fiscal*/ Alívio momentâneo não tira escassez de água da agenda	sim	sim	##
04/04/16	A reintegração de terras ocupadas à área do Jardim Botânico	não (governo federal/ PT)	não	
05/04/16	Mensalão e petrolão evidenciam "organização criminosa"*/ Reação contra o caos no trânsito deve ser exemplar	sim	sim	
06/04/16	Tempo no impeachment corre contra o país*/ "Panama Papers" também atingem elite chinesa	sim	sim	##
07/04/16	Ministro do STF exorbita em impeachment de Temer*/ Derrota de Trump anima cúpula republicana	sim	sim	#
08/04/16	O consistente relatório da comissão do impeachment*/ Arábia Saudita tenta reinventar sua economia	sim	sim	##
09/04/16	Delação de empreiteira é chave para a Lava-Jato*/ Argentina começa seu embate à corrupção	sim	sim	
10/04/16	Economia lulopetista provoca retrocessos sociais/ A perigosa queda de matrículas no ensino médio	não (lulopetismo/ PT)	sim	
11/04/16	Alternativas de combate à crise*			
12/04/16	Dentro da Lei, dentro da Constituição*	sim	sim	##
13/04/16	Líderes têm de contribuir para clima de tranquilidade*/ Deslizes de Cameron trazem risco para a UE	sim	sim	
14/04/16	**Primeiro caderno não disponível e, por conseguinte, editorial também não localizado.			
15/04/16	A irresponsabilidade fiscal nos três poderes*/ Cresce a retórica protecionista nas eleições americanas	sim	sim	

16/04/16	STF acerta ao manter a tramitação do <i>impeachment</i> */ Crescem os estímulos à produção de energia limpa	sim	sim	
17/04/16	Não vai mesmo ter golpe*/ Crise impõe mudanças estruturais ao Estado do Rio	sim	sim	##
18/04/16	Um passo para o <i>impeachment</i>*	sim	sim	###
19/04/16	Temer precisará blindar a Polícia Federal*/ Impasse mantém pressão sobre o mercado petrolífero	sim	sim	
20/04/16	Bolivarianos e Dilma se isolam na farsa do “golpe”*/ Eleição no Peru evidencia acerto na economia	sim	sim	##
21/04/16	Dilma põe interesses pessoais e do PT acima do país*/ Cuba continua presa aos irmãos Castro	sim	sim	##
22/04/16	Ocupação de escolas na rede estadual no Rio de Janeiro	não	sim (crise na Educação)	
23/04/16	Acidente coloca obras da Rio-2016 sob suspeição/ Visita de Obama expõe contradições da Arábia Saudita	não	não	
24/04/16	O Orçamento à espera do desfecho do <i>impeachment</i> * (t1)/ A melhor alternativa de privatização da Cedae* (t2)	sim	sim	# (t1)
25/04/16	Renegociação da dívida dos Estados*	sim	sim	
26/04/16	PSDB não pode repetir o PT de 1992*/ Países precisam avançar nas questões das drogas	sim	sim	#
27/04/16	STF pode dar golpe fatal em Tesouro e sistema financeiro*/ Evidências de falhas em série na queda da ciclovía	sim	sim	
28/04/16	Eduardo Cunha mancha o Congresso*/ Emissão de títulos na Argentina mostra acerto de Macri	sim	sim	
29/04/16	Reformar a Previdência seria bom começo de Temer*/ Drama venezuelano aumenta com racionamento	sim	sim	
30/04/16	O verdadeiro golpe é o das “diretas já”*/ Otimismo e prudência a menos de cem dias da Rio-2016	sim	sim	##
ABRIL_2016	TOTAL DE TEXTOS DE EDITORIAIS: 52 *TEXTOS PREV. SELECIONADOS (C1 e C2): 26 **Edição não disponível (01)			
01/05/16	Oportunidade de se aperfeiçoar programas sociais*/ Presidente Xi executa maior reforma no Exército chinês	sim	sim	##
02/05/16	Mudanças pontuais na legislação que trata da criminalidade juvenil	não	sim	
03/05/16	Compromisso de Temer precisa ser com a História*/ Obrigações do Rio com a segurança nas obras olímpicas	sim	sim	
04/05/16	A falácia da defesa dos gastos sociais pelo PT*/ Prisões não realizadas são parte de sistema falido	sim	sim	##
05/05/16	MP inclui Lula na “organização” de Dirceu*/ Europa não segue conselho de Dilma e cresce*	sim	sim	
06/05/16	Renúncia de Cunha é a melhor alternativa/ Iraque continua entre as preocupações americanas	não (presidente)	sim	
07/05/16	Teses pelo <i>impeachment</i> se consolidam*/ Brexit ameaça projeto de integração europeia	sim	sim	##
08/05/16	A necessidade de seguro nas obras públicas/ Experiência em UPA é exemplo de gestão pública*	sim	sim	
09/05/16	Mudança na ONU do protocolo de combate às drogas	não	não	

10/05/16	Ato irresponsável à altura do baixo clero*/ Choque de autoridade contra aumento da violência	sim	sim	##
11/05/16	O papel de Lewandowski no impeachment*/ Cultura corporativista estimula a fuga de cérebros	sim	sim	
12/05/16	Novo marco de defesa da responsabilidade fiscal*	sim	sim	###
13/05/16	Otimismo com o novo tom do Planalto*/ Política penitenciária inepta agrava violência	sim	sim	##
14/05/16	HERANÇA MALDITA: Tempestade perfeita numa caixa-preta*	sim	sim	##
15/05/16	Impeachment mostra que Brasil não é Venezuela*/ Atendimento médico nos jogos, uma questão urgente	sim	sim	##
16/05/16	Acordos de delação premiada com empresas*	sim	sim	
17/05/16	Todo cuidado é pouco com a CPMF*/ Força-tarefa contra a criminalidade em alta	sim	sim	
18/05/16	Governo reintegra Itamaraty ao Estado brasileiro*/ Maus passos na Educação fluminense	sim	sim	##
19/05/16	Aparelhamento e desvios no poder público/ Os riscos da legalização do jogo no país	não (lulopetismo)	sim	
20/05/16	Descaso exige reforma mais ampla na Previdência*/ Tirania chavista afunda ainda mais a Venezuela	sim	sim	#
21/05/16	PT confirma aparelhar em nome do "projeto"/ É crucial o Rio reduzir a dependência do petróleo	não (PT)	sim	
22/05/16	Quem paga a conta num país de corporações*/ Novo índice alerta para velhos erros de gestão	sim	sim	
23/05/16	O impeachment da presidente Dilma*	sim	sim	##
24/05/16	Saída de Jucá estabelece norma positiva no governo*/ Violência cresce com descaso no controle de armas	sim	sim	
25/05/16	Começa a luta pela volta à racionalidade fiscal*/ Visita de Obama ao Vietnã é recado à China	sim	sim	
26/05/16	Saída de crises é só pela Constituição*/ País precisa unificar ações contra o crime	sim	sim	#
27/05/16	Mercosul e acordos de comércio*	sim	sim	
28/05/16	A importância de um Judiciário independente/ O papel da Rio-2016 como marco contra o doping	sim	não	
29/05/16	Os cuidados com estatais e seus fundos de pensão/ Efeitos negativos do Brexit ficam cada vez mais claros	sim	não (esquemas de corrupção)	
30/05/16	Sistema de avaliação do ensino no Estado do Rio de Janeiro	não	não	
31/05/16	Renúncia de ministro reduz danos de Temer* (t1)/ As mal-ajambradas explicações de Dilma* (t2)	sim	sim	## (t2)
MAIO_2016	TOTAL DE TEXTOS DE EDITORIAIS: 54 *TEXTOS PREV. SELECIONADOS (C1 e C2): 25			
01/06/16	Fraude no Bolsa Família alerta para cuidado nos gastos*/ Mobilização nacional e ampla contra o estupro	sim	sim	
02/06/16	PIB e desemprego clamam pelas reformas*/ Crise terminal na Venezuela é oportunidade para Brasil	sim	sim	
03/06/16	Só manobras e clientelismo sustentam Cuba/ França vive dilema entre o populismo e a realidade	sim	sim (crise – Grécia)	
04/06/16	Denúncias aprofundam desgaste de imagem de Dilma*/ Possível vitória da filha de Fujimori é ameaça ao Peru	sim	sim	#

05/06/16	A crise nada invisível dos estados*/ Rio precisa explorar mais o potencial do turismo esportivo	sim	sim	##
06/06/16	Crise e reforma da Previdência*	sim	sim	##
07/06/16	Temer tem de ter inflexível com a corrupção*/ Salvar vidas é prioridade inegociável	sim	sim	
08/06/16	Percalços nos embates contra a impunidade/ Combate às drogas deve ser feito sem atropelos	não	sim	
09/06/16	Estrutura partidária calamitosa agrava crise política/ Democratas escalam Hillary para confrontar Trump	não (lulopetismo no Planalto)	sim	
10/06/16	Caixa dois da campanha de 2014 ameaça Dilma/ Obra da Rio-2016 não pode ficar sob suspeita	sim	não (golpe)	
11/06/16	Cunha ultrapassa todos os limites*/ Empresas zumbis assombram governo chinês	sim	sim	
12/06/16	Momento para se quebrar se quebrar a rigidez das leis trabalhistas*/ País precisa multiplicar bons exemplos na Educação	sim	sim	##
13/06/16	Legalização do jogo para o país aumentar a arrecadação*	sim	sim	
14/06/16	Lava-Jato corre perigo em julgamento no STF/ Terror e ódio se aproveitam de liberdade com armas	sim	não	
15/06/16	Derrota de Cunha precisa recolocar Câmara nos eixos/ Melhorias administrativas podem aperfeiçoar a Justiça	não	sim (impeachment de Cunha)	
16/06/16	Senado tem de restabelecer projetos sobre estatais/ Ação contra o terror não pode afrontar a democracia	não	não	
17/06/16	Resta a Temer e a todos responder de forma convincente*	sim	sim	##
18/06/16	Teto para gastos é marco zero de reformas*/ Brexit é ameaça para Reino Unido, UE e o mundo	sim	sim	##
19/06/16	Não há saída da crise fora da Constituição*/ Imóveis públicos para revitalizar o Centro	sim	sim	##
20/06/16	O cumprimento de sentenças a partir da segunda instância	não	não	
21/06/16	Olimpíadas está acima da crise da dívida/ A máquina da segurança pública precisa reagir	não	sim	
22/06/16	Delírios estatísticos e corrupção na queda da Oi (t1)/ Brasil e Argentina lenientes diante da Venezuela (t2)	sim (t1)	sim (crise – Venezuela) (t2)	
23/06/16	Cunha também nos achaques em torno de CPIs/ Plebiscito britânico já mudou realidade da UE	não	sim (crise – UE)	
24/06/16	Combate à corrupção sem prazo de validade/ Acordo Farc e Colômbia sinaliza avanço democrático	sim	não	
25/06/16	Visão conspiratória e vitimização lulopetistas/ Forças do atraso tiram Reino Unido da UE	não (PT/ lulopetistas)	não	
26/06/16	Existência de estatais é causa básica de corrupção/ Risco de populismo e caixa dois na eleição municipal	não (PT/ lulopetismo)	não (escândalo de corrupção)	
27/06/16	O funk como manifestação cultural	não	não	
28/06/16	Brexit abala ordem mundial do Ocidente pós-1945/ Há espaço para ações pontuais na guerra contra o crack	não	sim	
29/06/16	Brexit torna urgente reformas econômicas de Temer/ A irresponsabilidade de jogar contra a Rio-2016	não	sim	
30/06/16	Atentado na Turquia é alerta para a Rio-2016/ Controle de verbas não justifica erros de gestão	não	sim	

JUNHO_2016	TOTAL DE TEXTOS DE EDITORIAIS: 55 *TEXTOS PREV. SELECIONADOS (C1 e C2): 12			
01/07/16	Judiciário precisa rever sua estrutura cara e pouco eficiente/ Saída do Reino Unido da UE revela retrocesso xenófobo	não	sim (crise humanitária – Europa)	
02/07/16	Lava-Jato expõe necessidade de restrição ao foro privilegiado/ Segurança da Rio-2016 não pode ser restrita	não	não	
03/07/16	Supremo precisa garantir o papel social da imprensa/ Paralisações agravam situação do ensino no país*	sim	sim	
04/07/16	Reforma da Previdência	não (lulopetistas)	não	
05/07/16	Mercosul precisa sair do imobilismo*/ Legalizar o jogo é inadequado e eticamente condenável	sim	sim	
06/07/16	Nova lei dos fundos de pensão estatais é avanço na crise*/ El substitui meta de califado por terror global	sim	sim	
07/07/16	Brasil e Argentina aumentam pressão sobre Maduro (t1)/ Colapso penitenciário é risco para a segurança pública (t2)	sim (t1)	sim (crise – Venezuela (t1); crise penitenciária fluminense (t2))	
08/07/16	Deputados têm o dever de recuperar a confiança do eleitor/ Renúncia a cobrança de débitos fiscais é temerária	não	sim	
09/07/16	É necessário diminuir o peso do Estado na economia*/ Saída para saneamento está na iniciativa privada	sim	sim	#
10/07/16	AJUSTE NAS FINANÇAS ESTADUAIS: Resistência dos governadores pode levar estados à falência	não	sim	
11/07/16	Movimentos de protesto contra atrasos no pagamento dos servidores do Rio	não	sim	
12/07/16	Cunha tem de ser cassado já*/ Xenofobia populista eleva tensão racial nos EUA	sim	sim	
13/07/16	Projeto do “abuso de poder” é delito com impressão digital/ Reduzir danos do Brexit será principal missão da premier	não	não	
14/07/16	Sem reformas, sinais de melhoria não persistirão*/ A preocupante dissociação das polícias com a sociedade	sim	sim	##
15/07/16	Temer ganha e Cunha perde com Maia na Câmara*/ Governo chinês precisa acatar decisão de Haia	sim	sim	##
16/07/16	Rodrigo Maia e a luta contra a corrupção/ Nova face do terror exige agenda multilateral	não (lulopetistas)	não	
17/07/16	Reforma trabalhista preserva e cria empregos*/ Crise nacional não pode desviar foco da agenda municipal	sim	sim	##
18/07/16	Cláusula de desempenho para partidos e fim das coligações em eleição proporcional	não	não	
19/07/16	Gastos ditos sociais requerem auditoria permanente/ O perigo do autoritarismo de Erdogan na Turquia	não (lulopetista)	sim	
20/07/16	Distensão política ajuda nas expectativas*/ O risco do pensamento totalitário na Educação	sim	sim	##
21/07/16	Segurança e privacidade em questão no WhatsApp/ Mercosul deve mesmo pressionar a Venezuela	não	sim (crise – Venezuela)	
22/07/16	A positiva estreia do novo Banco Central/ Liberar o jogo tem custo social e criminal*	sim	sim	
23/07/16	Combate ao terrorismo não tem volta/ Recuperação dos trens é deixada de lado na Olimpíada	não	sim	

24/07/16	Crise força o fim do injusto ensino superior gratuito/ É preciso derrubar os muros que alimentam o jihadismo	não	sim	
25/07/16	Projetos de lei que visam a controlar conteúdo nas salas de aula	não	não	
26/07/16	Aumentar salários de servidores é incoerente*/ Países aliados se assustam com Trump	sim	sim	#
27/07/16	Privatizações precisam ir além da BR/ Milícia nas eleições é ameaça à sociedade	sim	não (grave situação financeira)	
28/07/16	Fim do monopólio da Caixa no FGTS é positivo*/ Hillary terá que superar grandes desafios	sim	sim	
29/07/16	Ilusões com o imposto sobre “grandes fortunas”/ A injustiça de o aluno pagar a conta da greve	não	sim	
30/07/16	A chance de uma produtiva reforma política*/ Segurança para consolidar revitalização do Centro	sim	sim	
31/07/16	A acertada suspensão do Ciência sem Fronteira/ Conter pressões e avançar contra a corrupção	sim	não	
JULHO_2016	TOTAL DE TEXTOS DE EDITORIAIS: 57 *TEXTOS PREV. SELECIONADOS (C1 e C2): 13			
01/08/16	Cobrança de mensalidades nas universidades públicas	não	sim	
02/08/16	Ganhos com a Olimpíada e desafios para o futuro/ Riscos globais tornam mais urgentes reformas no país	não	sim	
03/08/16	Tese do “golpe” e da perseguição a Lula é pulverizada/ Espectro do fascismo aparece em Trump	sim	não (golpe/ pedaladas)	
04/08/16	Apressar impeachment não fere direito de defesa*/ Economia britânica reforça sinais de que Brexit é um erro	sim	sim	##
05/08/16	Otimismo com os Jogos do Rio/ Justiça aparelhada na Nicarágua elimina oposição a Ortega	não (presidente afastada)	não	
06/08/16	Políticos demonstram não perceber gravidade da crise*/ Agenda bolivariana de Maduro não cabe no Mercosul	sim	sim	##
07/08/16	Crise fiscal leva a que se repense a Federação/ Em busca de um projeto para a cidade	não (lulopetismo)	sim	
08/08/16	Avaliação do Ciência sem Fronteiras*	sim	sim	#
09/08/16	Contagem regressiva final para o impeachment*/ O jogo perigoso de Erdogan na Rússia	sim	sim	##
10/08/16	Apenas esporte não resolve o problema social/ Seguro em obra pública aperfeiçoa licitações	não	não	
11/08/16	Câmara é incoerente ao resistir à responsabilidade fiscal*/ Retórica antiglobalização ameaça a prosperidade	sim	sim	##
12/08/16	Câmara deve ao país a cassação de Cunha*/ Falta de integração fragiliza política de segurança	sim	sim	##
13/08/16	Cabe lembrar que o país continua em grave crise fiscal*/ Militarização da Venezuela reforça acerto do Mercosul	sim	sim	##
14/08/16	Suspensão de usina no Tapajós reforça opção nuclear*/ Direito de greve de servidor precisa ser regulamentado	sim	sim	
15/08/16	Renegociação da dívida dos estados com a União*	sim	sim	##
16/08/16	Uma eleição propicia ao caixa dois (t1)/ Saneamento precisa da iniciativa privada (t2)	sim (t1)	sim (t2)	

17/08/16	STF patrocina inconcebível fragilização da Ficha Limpa/ Cuba precisa se abrir ao mundo para sobreviver	não	sim (crise – Venezuela)	
18/08/16	A simbologia de dois presidentes investigados*/ Desníveis do ensino comprometem metas na Educação	sim	sim	##
19/08/16	Estatais criadas desde Lula sobrecarregam Tesouro*/ Uruguai faz bem em recuar no choque com Brasil	sim	sim	##
20/08/16	Olimpíada lava a alma da cidade/ É preciso salvar a Ficha Limpa	não	sim	
21/08/16	O terremoto do petrolão em bancos e fundos/ Islamofobia e jihadismo são faces da mesma moeda	sim	não (esquema de corrupção lulopetista)	
22/08/16	O lobby pela legalização dos jogos de azar	não	sim	
23/08/16	Melhorar gestão para aperfeiçoar desempenho nos Jogos/ Teto de gastos é um divisor de águas para o país*	sim	sim	##
24/08/16	Liberdade de expressão em jogo nos debates eleitorais/ Antiamericanismo aproxima autoridades do planeta	não (lulopetismo)	não	
25/08/16	Não faltam provas para o impeachment de Dilma*/ Conter a violência eleitoral deve ser ação estratégica	sim	sim	##
26/08/16	Modelo de licitação de partes da Cedae precisa ser adotado/ Paz na Colômbia sinaliza nova era no continente	não (lulopetismo)	não	
27/08/16	PT quer tirar o foco do julgamento do impeachment*/ Combate a “centros sociais” deve ser permanente	sim	sim	##
28/08/16	PEC dos partidos ajudará na renovação da política*/ Moradia para garantir o legado olímpico	sim	sim	
29/08/16	Iniciativa privada no abastecimento de água e saneamento no Rio de Janeiro	não	sim (crise econômica – RJ)	
30/08/16	Dilma não responde a acusações e repete argumentos*/ Negligência na prevenção compromete combate a DSTs	sim	sim	##
31/08/16	Dilma chega vulnerabilizada à votação*/ Segurança no Rio necessita das Forças Armadas	sim	sim	##
AGOSTO_2016	TOTAL DE TEXTOS DE EDITORIAIS: 57 *TEXTOS PREV. SELECIONADOS (C1 e C2): 17			
01/09/16	Para que jamais haja outro impeachment*	sim	sim	###
SETEMBRO_2016	TOTAL DE TEXTOS DE EDITORIAIS: 01 *TEXTOS PREV. SELECIONADOS (C1 e C2): 01			
JANEIRO_2015	TOTAL DE TEXTOS DE EDITORIAIS: 54 *TEXTOS PREV. SELECIONADOS (C1 e C2): 09			
FEVEREIRO_2015	TOTAL DE TEXTOS DE EDITORIAIS: 39 *TEXTOS PREV. SELECIONADOS (C1 e C2): 05 **Edição não disponível (06)			
MARÇO_2015	TOTAL DE TEXTOS DE EDITORIAIS: 53 *TEXTOS PREV. SELECIONADOS (C1 e C2): 08 **Edição não disponível (02)			
ABRIL_2015	TOTAL DE TEXTOS DE EDITORIAIS: 54 *TEXTOS PREV. SELECIONADOS (C1 e C2): 08			
MAIO_2015	TOTAL DE TEXTOS DE EDITORIAIS: 57 *TEXTOS PREV. SELECIONADOS (C1 e C2): 07			
JUNHO_2015	TOTAL DE TEXTOS DE EDITORIAIS: 52 *TEXTOS PREV. SELECIONADOS (C1 e C2): 04			
JULHO_2015	TOTAL DE TEXTOS DE EDITORIAIS: 59 *TEXTOS PREV. SELECIONADOS (C1 e C2): 11			

AGOSTO_2015	TOTAL DE TEXTOS DE EDITORIAIS: 56 *TEXTOS PREV. SELECIONADOS (C1 e C2): 18
SETEMBRO_2015	TOTAL DE TEXTOS DE EDITORIAIS: 55 *TEXTOS PREV. SELECIONADOS (C1 e C2): 22
OUTUBRO_2015	TOTAL DE TEXTOS DE EDITORIAIS: 54 *TEXTOS PREV. SELECIONADOS (C1 e C2): 18
NOVEMBRO_2015	TOTAL DE TEXTOS DE EDITORIAIS: 53 *TEXTOS PREV. SELECIONADOS (C1 e C2): 08
DEZEMBRO_2015	TOTAL DE TEXTOS DE EDITORIAIS: 54 *TEXTOS PREV. SELECIONADOS (C1 e C2): 23
JANEIRO_2016	TOTAL DE TEXTOS DE EDITORIAIS: 55 *TEXTOS PREV. SELECIONADOS (C1 e C2): 13
FEVEREIRO_2016	TOTAL DE TEXTOS DE EDITORIAIS: 51 *TEXTOS PREV. SELECIONADOS (C1 e C2): 14
MARÇO_2016	TOTAL DE TEXTOS DE EDITORIAIS: 55 *TEXTOS PREV. SELECIONADOS (C1 e C2): 21
ABRIL_2016	TOTAL DE TEXTOS DE EDITORIAIS: 52 *TEXTOS PREV. SELECIONADOS (C1 e C2): 26 **Edição não disponível (01)
MAIO_2016	TOTAL DE TEXTOS DE EDITORIAIS: 54 *TEXTOS PREV. SELECIONADOS (C1 e C2): 25
JUNHO_2016	TOTAL DE TEXTOS DE EDITORIAIS: 55 *TEXTOS PREV. SELECIONADOS (C1 e C2): 12
JULHO_2016	TOTAL DE TEXTOS DE EDITORIAIS: 57 *TEXTOS PREV. SELECIONADOS (C1 e C2): 13
AGOSTO_2016	TOTAL DE TEXTOS DE EDITORIAIS: 57 *TEXTOS PREV. SELECIONADOS (C1 e C2): 17
SETEMBRO_2016	TOTAL DE TEXTOS DE EDITORIAIS: 01 *TEXTOS PREV. SELECIONADOS (C1 e C2): 01
	TOTAL DE TEXTOS DE EDITORIAIS DA COLETA DE DADOS INICIAL VERIFICADOS/LIDOS: 1.077
	TOTAL DE TEXTOS PRÉ-SELECIONADOS APÓS APLICAÇÃO DE CRITÉRIOS "1" e "2": 283
	TOTAL DE TEXTOS SELECIONADOS, APLICADO O CRITÉRIO "3": 11
	**Total de edições do jornal não localizadas: 09 (0,83% do total de edições do período analisado)

Fonte: elaboração do autor a partir da consulta dos editoriais no acervo digital do jornal "O Globo", localizado em < <https://acervo.oglobo.globo.com/> >, consultado em: ago a nov 2019.